PAINEL DE INSPEÇÃO

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÃO SOBRE SOLICITAÇÃO PARA INSPEÇÃO

BRASIL

PROJETO DE MELHORIA DA GOVERNANÇA MUNICIPAL E DA QUALIDADE DE VIDA DE TERESINA - FINANCIAMENTO ADICIONAL (P.1. 46870)

25 DE NOVEMBRO DE 2019

TERMO DE RESPONSABILIDADE - Traducão

Este documento é uma tradução da versão original do texto em Inglês. Caso existam discrepâncias entre a versão original em Inglês e a presente tradução, a versão original prevalecerá.



Painel de Inspeção Relatório e Recomendação sobre Solicitação para Inspeção

Brasil: Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina - Financiamento Adicional (P1 46870)

A. Introdução

- Em 23 de agosto de 2019, o Painel de Inspeção (o "Painel") recebeu uma Solicitação de Inspeção (a "Solicitação") do Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida de Teresina Financiamento Adicional (o "Projeto") no Estado de Piauí. A Solicitação foi apresentada por 202 famílias residentes nos bairros Mafrense e São Joaquim de Teresina (os "Solicitantes"). Os Solicitantes não pediram ao Painel que suas identidades fossem mantidas em sigilo, e designaram três integrantes da comunidade, as Senhoras Thays Beatryce e Lúcia Araújo, e o Senhor Francisco Morais, para representá-los.
- Os Solicitantes expressaram seu apoio ao Projeto. No entanto, eles se opõem ao reassentamento e reivindicam que opções alternativas no desenho do Projeto lhes permitiriam permanecer em suas casas. Os mesmos afirmam que os integrantes da comunidade vivem nesses locais há várias décadas e que, ao deslocar sua comunidade, o Projeto causará danos culturais, sociais e econômicos. Eles têm a percepção que o projeto os levará ao empobrecimento e acrescentam preocupações sobre a falta de divulgação de informações e consultas, bem como a falta de oportunidade de participar do planejamento do reassentamento.
- 3 O Painel registrou a Solicitação em 19 de setembro de 2019 e notificou o Conselho Diretor (o "Conselho") e a Gerência do Banco. A Gerência enviou sua Resposta em 22 de outubro de 2019.
- 4 De acordo com a Resolução que criou o Painel,¹ o objetivo deste relatório é fazer uma recomendação ao Conselho Diretor sobre a necessidade de investigar os assuntos alegados na Solicitação. O Painel, com base na consideração da adequação técnica da Solicitação e na avaliação de outros fatores constantes em seus Procedimentos Operacionais e de Resolução, conforme detalhado nos parágrafos 40 a 86 abaixo, recomenda uma investigação.
- 5 O presente relatório apresenta a descrição do Projeto (Seção B), o resumo da Solicitação (Seção C), o resumo da Resposta da Gerência (Seção D), bem como as observações e a revisão do Painel (Seção E). A recomendação do Painel para investigar consta na Seção F.

B. O Projeto

O Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida de Teresina é uma operação para financiamento de investimentos realizada em duas fases, financiada por dois empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. A primeira fase de US\$ 31,13 milhões foi aprovada em 27 de março de 2008. Este empréstimo foi totalmente desembolsado e liquidado em 30 de junho de 2016.²

¹ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Resolução BIRD no. 93-10), Painel de Inspeção do Banco Mundial,
22 de setembro de 1993 (a "Resolução"), parágrafo 19. Disponível em:
http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/ResolutionMarch2005.pdf.

² Banco Mundial, Resposta da Gerência à Solicitação de Revisão pelo Painel de Inspeção no Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P088966) e Financiamento Adicional (P146870), datado de 22 de

outubro de 2019 ("Resposta da Gerência"), pg. v, parag. i.

- Em 24 de fevereiro de 2016, foi aprovado um financiamento adicional no valor de US\$ 88 milhões para a fase 2. De acordo com a Gerência, em 4 de outubro de 2019 haviam sido desembolsados 18% do financiamento adicional, e espera-se que o empréstimo seja encerrado em 15 de dezembro de 2021. O acordo de empréstimo foi celebrado entre o Município de Teresina (o "Mutuário") e o Banco em 27 de abril de 2016, sendo declarado efetivo em 1º de junho de 2016. O mesmo faz-se garantido pela República Federativa do Brasil nos termos de um contrato de garantia datado de 27 de abril de 2016 entre a República Federativa do Brasil e o Banco.³
- Os objetivos de desenvolvimento do projeto são: modernizar e melhorar a capacidade de gestão do Município de Teresina nos campos financeiro, urbano, ambiental, de prestação de serviços e desenvolvimento econômico, e melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da região de Lagoas do Norte.⁴ O Projeto possui três componentes: 1-Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento da Cidade e Gestão de Projetos; 2-Desenvolvimento Urbano-Ambiental Integrado na região de Lagoas do Norte; e 3-Desenvolvimento Econômico e Social na região de Lagoas do Norte.⁵
- A Solicitação refere-se aos componentes 2 e 3. O componente 2 apoia as atividades integradas realizadas na região de Lagoas do Norte (ver Mapa 1 da Resposta da Gerência). O componente 2 concentra-se em seis bairros da região de Lagoas do Norte (inclusive Mafrense e São Joaquim). Algumas das atividades deste componente incluem (i) otimizar e expandir os serviços de abastecimento de água, esgotos e tratamento de águas residuais; (ii) execução de atividades urbanas críticas de macro e microdrenagem; (iii) ações de restauração dos aspectos ambientais naturais da rede de lagoas e canais da região; (iv) ações de redução dos riscos de inundações e melhoria da segurança dos diques ao longo dos rios Parnaíba e Poti; (v) atividades de melhoria urbana, reabilitação e construção de áreas verdes, parques e espaços de lazer e áreas comunitárias; (vi) melhorias na rede rodoviária local; e (vii) reassentamento de famílias oriundas das áreas de risco e de outras áreas de atividades do Projeto. 8

³ Resposta da Gerência, pg. 2, parag. 5.

⁴ Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Parecer do Projeto sobre a Proposta de Empréstimo Adicional no valor de US\$ 88 milhões para o Município de Teresina com Garantia da República Federativa do Brasil para o Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida de Teresina, Relatório No: PAD1136, 1º de fevereiro de 2016 (o "Parecer do Projeto"), pg. 9.

⁵ Resposta da Gerência, pg. 2-3, parag. 7.

⁶ Resposta da Gerência, pg. 3, parag. 8-9. Os principais trabalhos do Componente 2 do Financiamento Adicional, relativos a melhorias urbano-ambientais, incluem: (i) otimização e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotos e tratamento de águas residuais, (ii) execução de atividades urbanas críticas de macro e micro-drenagem; (iii) ações de restauração dos aspectos ambientais naturais da rede de lagos e canais da região; (iv) ações de redução dos riscos de inundações e melhoria da segurança dos diques ao longo dos rios Parnaíba e Poti, (v) atividades de melhoria urbana, reabilitação e construção de áreas verdes, parques, áreas de lazer e espaços comunitários; e (vi) melhorias na rede rodoviária local, entre outros.

⁷ Resposta da Gerência, pg. 4, parag. 13. O Financiamento Adicional concentra-se em seis bairros da região de Lagoas do Norte, incluindo Mafrense, Matador, Mocambinho, Poti Velho, Olarias e São Joaquim, enquanto o projeto original concentrou suas atividades em cinco bairros da região, ou seja, Matadouro, Parque Alvorada, São Joaquim, Olarias e Nova Brasília.

⁸ Resposta da Gerência, pg. 3, parag. 10.

- O componente 3 é composto por atividades de desenvolvimento social e econômico direcionadas a todas as comunidades residentes na região de Lagoas do Norte que são complementares ao componente 2. Ele inclui atividades que apoiam a promoção de programas de emprego e geração de renda, bem como atividades voltadas para as populações mais vulneráveis (por ex: jovens e mulheres afrodescendentes).
- 11 O Projeto foi considerado de categoria ambiental "A", tendo acionado as seguintes políticas de salvaguarda: Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01); Habitats Naturais (OP/BP 4.04); Recursos Culturais e Materiais (OP/BP 4.11); Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12); e Segurança de Barragens (OP/BP 4.37). 10 11
- A Ficha Integrada de Dados de Salvaguardas indica que o Arcabouço da Política de Reassentamento (RPF) elaborado para o Financiamento Adicional foi divulgado publicamente em outubro de 2014 e as consultas ocorreram em novembro de 2014. Nela nota-se que os projetos detalhados de engenharia e os planos de reassentamento seriam elaborados durante o primeiro ano de implementação. O documento também indica que 2180 famílias, abrangendo 1730 propriedades, seriam reassentadas. A Resposta da Gerência atualizou o número de propriedades, explicando que a estimativa é que o número de moradias afetadas pelo potencial deslocamento seja de 997. A Gerência explica que, de acordo com o Projeto, as obras civis que deverão impactar o reassentamento foram divididas em oito contratos. Seis destes contratos referem-se a obras nos bairros de Mafrense e São Joaquim, e são de relevância para os Solicitantes.

C. Resumo da Solicitação

A Solicitação para Inspeção foi enviada por três membros da comunidade em nome de 202 famílias residentes nos bairros de Mafrense e São Joaquim, em Teresina. A Solicitação consta no Anexo 1 deste relatório. As preocupações dos Solicitantes estão relacionadas ao impacto das obras financiadas pelo Projeto na região de Lagoas do Norte, em Teresina. Embora os Solicitantes apoiem o Projeto, estes se opõem ao reassentamento e afirmam que existem alternativas aos projetos atuais que lhes permitiriam permanecer em suas casas. Os mesmos afirmam que os integrantes da comunidade vivem nestes locais há várias décadas e que, ao deslocar sua comunidade, o Projeto causará danos culturais, sociais e econômicos, inclusive o risco de empobrecimento. Estes também demonstram preocupações com a falta de divulgação de informações e consultas, assim como com a impossibilidade de participar do planejamento de reassentamento.

⁹ Resposta da Gerência, pg. 3, parag. 8.

¹⁰ De acordo com o Parecer do Projeto, não há alterações na estrutura de componentes do Projeto ou na sua categoria de salvaguarda, entre o projeto original e o Financiamento Adicional. Parecer do Projeto, pg. 5, parag. 3.

¹¹ Resposta da Gerência, pg. v. parag. vi.

¹² Resposta da Gerência, pg. 6, parag. 20. Segundo a Gerência, as oito obras são: (i) Obra de Mocambinho, no bairro de Mocambinho e ligadas à restauração da lagoa de Mocambinho, (ii) Obra de Matadouro, no bairro de Matadouro e ligadas à reabilitação do canal de drenagem de Matadouro, (iii) Obra No. 1 no bairro de São Joaquim e vinculadas à restauração das lagoas de São Joaquim, Mazerine, Oleiros e Piçarreira, (iv) Obra No. 2, no bairro de Mafrense e vinculadas à restauração de Lagoa de Oleiros, (v) Obra No. 3, no bairro de São Joaquim e também vinculadas à restauração da lagoa de Oleiros, (vi) Obra No. 4, nos bairros de Mafrense e Olarias e também vinculada à restauração da Lagoa Oleiros, (vii) Obra nº 5, no bairro de Mafrense, ligada à restauração da lagoa Piçarreira, (viii) e Obra No. 6, nos bairros de São Joaquim, Poti Velho e Olarias e ligadas ao reforço dos diques Boa Esperança e Mocambinho. A Gerência anexou o Mapa 4 à Resposta, mostrando a localização dos Projetos.

- 14 **Reassentamento**. Os Solicitantes declaram que pertencem às famílias afetadas pelo reassentamento. Estes também afirmam que, embora algumas famílias tenham sido incluídas nos Planos de Ação de Reassentamento (RAPs), outras foram excluídas, inclusive aquelas que se estabeleceram após o censo de 2014. Os mesmos explicam que algumas famílias vivem há 40 anos na área do Projeto e têm vínculos com o local. As famílias possuem negócios na área e dependem economicamente das redes que formaram. Os Solicitantes declaram que desejam se beneficiar das melhorias e oportunidades oferecidas pelo Projeto e permanecerem no local atual.
- Estes afirmam que o Projeto de reassentamento infringe a política do Banco, pois não considera (i) as alternativas para evitar o reassentamento, (ii) os graves prejuízos econômicos, sociais e ambientais causados pelo reassentamento involuntário, (iii) o empobrecimento ligado à perda de propriedade e fontes de renda, (iv) a falta de oportunidades econômicas na área do reassentamento, (v) as redes sociais existentes na comunidade e suas identidades culturais ligadas ao território, (vi) a possibilidade da população afetada de usufruir dos benefícios do Projeto, (vii) a possibilidade de participar do planejamento e implementação do reassentamento, (viii) o princípio da partilha igualitária de ativos entre homens e mulheres, (ix) a necessidade de indenização antes do deslocamento, (x) a necessidade de assessoria jurídica, cuja falta está resultando em uma avaliação injusta dos ativos e em valores de indenização inadequados, e (xi) a falta de acesso à parcela de terra por pessoas sem registros de propriedade (locatários, vendedores ambulantes ou trabalhadores informais).
- 16 **Divulgação de Informações e Consultas**. Os Solicitantes alegam que o Projeto carece de transparência e que não houve diálogo entre as comunidades afetadas e o município. Segundo estes, somente tiveram acesso ao RAP após entrar em contato com a Defensoria Pública e o Ministério Público.
- Os Solicitantes relataram ao Painelque, embora a maioria das famílias ainda não tenha sido reassentada, não há informações sobre o cronograma do Projeto, e as famílias estão preocupadas com o seu reassentamento iminente. Estes explicaram que alguns membros da comunidade já foram afetados, e em alguns casos o reassentamento incluiu o uso de força policial. Relataram ao Painel que estão "sendo intimidados por representantes do município e ouvindo que suas casas não valem nada." Solicitaram ao Painel para investigar com urgência o Projeto.
- Documentos Comprobatórios. Além da Solicitação, o Painel recebeu uma carta da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese Católica de Teresina datada de 5 de agosto de 2019. A mesma enfatiza que as comunidades afetadas vivem na região há muitos anos e sua identidade cultural está ligada à sua localização e intimamente ligada à história da fundação de Teresina. A carta afirma que o Projeto trará benefícios para a cidade, mas deverá ser implementado com o devido respeito aos direitos culturais das comunidades afetadas.
- O Painel também recebeu um ofício da Defensoria Pública Federal no Piauí, datado de 14 de agosto de 2019, em apoio à Solicitação de Inspeção. O ofício versa que a Defensoria Pública acompanha este Projeto nos últimos três anos e, embora compreenda sua importância e benefícios, "os gerentes de projeto não demonstraram disposição para considerar os impactos socioeconômicos e culturais do mesmo nas comunidades afetadas, que habitam a região há décadas". O ofício acrescenta que a Defensoria Pública Federal espera a condução de uma investigação clara e imparcial sobre a implementação do Projeto. O Painel também recebeu cópia de portaria da Defensoria Pública Federal no Piauí, a qual estabelece uma comissão interna para fazer face às preocupações relativas ao Projeto.

Ademais, o Painel recebeu oficio do Ministério Público do Estado do Piauí em 26 de agosto de 2019, solicitando sua intervenção. Segundo o oficio, o Ministério Público recomendou ao Município de Teresina a interrupção do processo de reassentamento do Projeto. No entanto, de acordo com o oficio, o reassentamento foi acelerado. O mesmo afirma que o município não providenciou estudos comprovando que as famílias a serem reassentadas estão em áreas de risco.

D. Resumo da Resposta da Gerência

- A Resposta da Gerência encontra-se na íntegra no Anexo II deste relatório. A Resposta inclui a descrição da Solicitação, do Projeto e seus antecedentes, bem como a Resposta da Gerência. À Resposta, foi anexada uma tabela com as reivindicações dos Solicitantes e as respostas detalhadas da Gerência. Encontra-se anexada também uma tabela da situação das obras assim como planos ambientais e de reassentamento, documentos e fotografias disponíveis, relação de consultas e eventos de divulgação, um folheto sobre o Projeto em português, além de quatro mapas . Em 19 de novembro de 2019, a Gerência apresentou maiores informações após visita do Painel ao Brasil.
- A Resposta observa que o Projeto foi elaborado para responder a dois desafios enfrentados pelo Município de Teresina (população de cerca de 840.000). Estes desafios dizem respeito às enchentes recorrentes na região de Lagoas do Norte, uma das áreas mais vulneráveis em termos ambientais e sociais, e das mais pobres da cidade, ¹³ e ao desenvolvimento urbano não planejado ao longo dos anos. ¹⁴ A Resposta versa que as inundações na região deixaram milhares de famílias desabrigadas e se repetem a cada 16 anos. Segundo a Resposta, o município teve que declarar estado de emergência em abril de 2019. ¹⁵ Ademais, o desenvolvimento urbano não planejado afetou os sistemas de drenagem natural da região, compostos por lagoas interligadas que constituem um sistema de drenagem superficial, e que se mostra incapaz de absorver e canalizar uma quantidade significativa das águas das chuvas, contribuindo para as inundações. ¹⁶ O Projeto busca reabilitar e atualizar a infraestrutura de proteção contra inundações e melhorar a qualidade de vida da população da região. ¹⁷
- A Gerência observa que o impacto da estação chuvosa na região do Projeto está causando um aumento acentuado no nível dos rios Parnaíba e Poti. A região é parcialmente protegida por dois diques de terra com 5 metros de altura o dique Boa Esperança, com 4,6 quilômetros de extensão e construído em 1974 ao longo do rio Parnaíba, e o dique Mocambinho de 4,7 km, construído ao longo do rio Poti após a enchente de 1985 (a pior inundação já registrada na região). Apesar da proteção pelos diques, a região continua vulnerável ao aumento do nível da água, que faz com que os rios transbordem e inundem a área onde encontram-se os sistemas da lagoa. A Gerência afirma que ao longo dos anos houve invasões no topo dos diques e cerca de 174 casas foram construídas ilegalmente no topo do dique Boa Esperança.

¹³ Resposta da Gerência, pg. v, parag. ii, e pg. 4, parag. 12.

¹⁴ Resposta da Gerência, pg. v, parag. iii, e pg. 5, parag. 17.

¹⁵ Resposta da Gerência, pg. 5, parag. 18.

¹⁶ Resposta da Gerência, p. v, parag. iii, e pg. 5, parag. 17.

¹⁷ Resposta da Gerência, pg. v, parag. iv, e pg. 8, parag. 26.

¹⁸ Resposta da Gerência, pg. 4, parag. 15.

¹⁹ Resposta da Gerência, pg. 5, parag. 19.

- Análise de Alternativas para o Sistema de Drenagem. A Gerência afirma que alternativas viáveis ao desenho do Projeto estão sendo consideradas para minimizar o reassentamento. Os projetos de sete das oito obras civis planejadas estão sendo realizados com base nos resultados do estudo hidrológico e hidráulico de todo o sistema de drenagem da região de Lagoas do Norte, levando em consideração (i) questões socioambientais, (ii) a operação das lagoas; e (iii) a criação de uma área tampão capaz de absorver as enchentes com um período de retorno de 25 anos.²⁰ Duas alternativas distintas foram analisadas. A alternativa adotada reduziu significativamente a necessidade de realocar as pessoas afetadas pelo Projeto (PAPs) de 1279 moradias afetadas totalmente ou parcialmente para 894.²¹
- Análise de Alternativas aos Diques (Obra No. 6). A Gerência afirma que duas comissões independentes de especialistas em segurança de barragens (CdE) foram formadas em 2005 e 2015 durante a fase 1 do projeto, para examinar o estado dos diques e seus taludes.²² Em fevereiro de 2016, a segunda CdE concluiu que as estruturas construídas no topo e nos taludes dos diques representavam risco de possíveis danos à integridade deles.²³ A mesma CdE realizou outra análise, a pedido do Ministério Público do Estado, para verificar as alternativas sugeridas pela comunidade (ampliação da Avenida Boa Esperança e aproximação do eixo do dique ao Rio Parnaíba).²⁴ A CdE determinou que manter a segurança e a estabilidade geotécnica do dique Boa Esperança requer a realocação das pessoas que atualmente habitam em sua porção externa.²⁵ A Comissão concluiu que não era viável deslocar o eixo do dique e recomendou elevá-lo em 1 metro para sustentar um pico de enchente igual a uma inundação de 100 anos.²⁶ Em fevereiro de 2019, o município iniciou uma análise adicional de alternativas para reabilitar o dique, minimizando o reassentamento. Esta análise será concluída até o final de dezembro de 2019 e serão realizadas consultas com as comunidades.²⁷
- **Reassentamento Involuntário.** A Gerência compreende o desejo dos Solicitantes de permanecer em seus locais atuais²⁸ e suas preocupações relativas aos potenciais impactos adversos do Projeto, principalmente a necessidade de reassentar os residentes enquanto recupera a infraestrutura de proteção da cidade contra inundações.²⁹ Atualmente, estima-se em 997 o número de moradias afetadas pelo Financiamento Adicional. Deste número, 301 famílias de 177 moradias já foram reassentadas.³⁰ A Gerência indica que este número ainda está sujeito a revisão, pois algumas atividades do Projeto estão sendo reavaliadas com vistas a limitar o número de famílias a serem reassentadas.³¹

²⁰ Resposta da Gerência, pp. 8-9, parag. 27.

²¹ Resposta da Gerência, pg. 9, parag. 28.

²² Resposta da Gerência, pg. 9, parag. 29.

²³ Resposta da Gerência, pg. 9, parag. 30.

²⁴ Resposta da Gerência, pg. 10, parag. 31.

²⁵ Resposta da Gerência, pg. 10, parag. 31.

²⁶ Resposta da Gerência, pg. 10, parag. 32.

²⁷ Resposta da Gerência, pp. 11-12, parag. 33.

²⁸ Resposta da Gerência, pg. v, parag. x, e pg. 8, parag. 25.

²⁹ Resposta da Gerência, pg. vi, parag. v, e pg. 7, parag. 22.

³⁰ Resposta da Gerência, pg. 7, parag. 22, e pg. 18, parag. 56, nota de rodapé 20.

³¹ Resposta da Gerência, pg. vi, parag. v, e pg. 7, parag. 22, nota de rodapé 6.

Embora reconheça que alguns instrumentos de reassentamento do Projeto não estejam totalmente alinhados com os requisitos das políticas do Banco e exijam atualização e fortalecimento,³² a Gerência afirma que os potenciais impactos negativos do Projeto passam por exaustivos estudos e estão sendo mitigados por meio de diversas alternativas técnicas, Planos de Gestão Ambiental e Social (ESMPs) e RAPs.³³ A Gerência acrescenta que os RAPs não declararam nem comunicaram formalmente a data limite para definir quem teria direito a indenização.³⁴ Desta forma, a Gerência solicitou ao Mutuário a atualização do censo e a definição e divulgação da data limite, ora estabelecida para 14 de outubro de 2019.³⁵ Esta nova data limite beneficiaria todas as PAPs com direito ao reassentamento no âmbito do Projeto.³⁶

Quadro Resumo da Situação das Obras e Respectivos Planos Ambientais e de Reassentamento Relativos aos Solicitantes (Fonte: Resposta da Gerência, Anexo 2, pg. 49)

Contratos de Obras	Bairro	Situação dos Projetos	RAP Elaborado, Não- objeção do Banco, Data de Divulgação pelo Banco	Plano de Gestão Ambiental Data de Divulgação pelo Banco	Seções de Obras a partir de 5/set de 2019 ³⁷	Situação das Obras/ Implementação do RAP	Quantidade estimada de propriedades afetadas, a partir de 5 de setembro de 2019 ³⁸
	São Joaquim e Nova Brasília	Concluída	Sim 18/jul 19/fev	19/set	Seção 1	RAP em negociação nas Seções 2 e 3. Contrato de obra assinado Plano Ambiental e Social de Obras aprovado. Obras não iniciadas.	0
Obra No.1 (E1)					Seção 2		76
					Seção 3		104
Obra No.2 (E2)	Mafrense	Concluída	Sim 19/jan 19/fev	19/set ³⁹	Seção 1	RAP em negociação na Seção 1. Negociações não iniciadas na Seção 2. Contrato de obras assinado. Plano Ambiental e Social apresentado ao Banco para não-objeção. Obras não iniciadas na Seção 1.	60
					Seção 2		61

³² Resposta da Gerência, p. vi, parag. x, e pg. 7, parag. 23, e pg. 14, parag. 40.

³³ Resposta da Gerência, pg. vi, parag. vii, e pg. 7, parag. 22.

³⁴ Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 23

³⁵ Resposta da Gerência, pg, v-vi, parag. Vi e ix, e pg. 14-15, parag. 42. A Gerência observou que o Projeto usava como referência o censo de 2014 como ponto de corte, porém não o havia anunciado efetivamente às pessoas afetadas (PAPs). No entanto, este lapso não possui implicações, pois todas as PAPs que se mudaram para a região do Projeto antes de 14 de outubro de 2019 têm direito à indenização caso sejam reassentadas, incluindo proprietários de estruturas clandestinas desocupadas e demolidas em agosto de 2019. Ver Resposta da Gerência, p. vi. parag. ix.

³⁶ Resposta da Gerência, p. vi, parag. ix, pg. 7, parag. 23, e pg. 14, parag. 40.

³⁷ De acordo com a Gerência, os RAPs originais estão sendo reavaliados para incluir as seções de obras coerentes com o planejamento atual e a estimativa revisada das PAPs, com base no censo atualizado.

³⁸ Segundo a Gerência, estes números estão sujeitos a revisão, pois algumas atividades do Projeto ainda estão sob análise a fim de reduzir ainda mais o número de famílias a serem reassentadas. A definição da data limite de 14 de outubro de 2019 também poderá levar a um ajuste do número, à medida que o censo seja atualizado.

³⁹ Segundo a Gerência, o Plano de Gestão Ambiental e Social foi aprovado pelo Banco, mas não divulgado.

Contratos de Obras	Bairro	Situação dos Projetos	RAP Elaborado, Não- objeção do Banco, Divulgação da Data pelo Banco	Plano de Gestão Ambiental Data de Divulgação pelo Banco	Seções de Obras a partir de 5/set de 2019	Situação das Obras/ Implementação do RAP	Quantidade estimada de propriedades afetadas, a partir de 5 de setembro de 2019
						Atividades da Seção 2 não iniciadas.	
Obra No.3	São Joaquim e		Sim		Seção 1	RAP em negociação na Seção 1.	68
(E3)	Olarias	Concluído	19/fev 19/fev	19/set	Seção 2	Obras em contratação. Seção 2 não iniciada. Implementação do RAP	171
Obra No.4 (E4)	Mafrense e Olarias	Em finalização	Não	-	Polo Cultural	Aguardando plantas definitivas para elaborar o RAP, o ESMP e documentos de licitação.	152
Obra No.5 (E5)	Mafrense	Concluída e apresentada ao banco para não- objeção	Sim	-	Piçarreira	Aguardando a revisão e aprovação do RAP e ESMP pelo Banco para iniciar o processo de licitação.	94
Obra No.6 (E6) Segurança dos Diques	São Joaquim, Poti Velho e Olarias	Alternativas em estudo	Não	-	Avenida Boa Esperança	Aguardando a elaboração de plantas alternativas para depois elaborar os RAP, ESMP e documentos de licitação.	174
				·			997

A Gerência declara que as PAPs reassentadas podem escolher entre três opções de indenização: (i) indenização em espécie; (ii) novas unidades habitacionais;⁴⁰ ou (iii) reassentamento monitorado.⁴¹ A Gerência observa que os instrumentos de reassentamento do Projeto oferecem indenização às PAPs além do exigido pela política do Banco e pela legislação brasileira, pois as casas seriam melhores e mais seguras do que o exigido e as PAPs teriam direitos de posse de terra mais garantidos.⁴² Ademais, todas as PAPs receberiam transporte gratuito de móveis, bens e todos os materiais reutilizáveis passíveis de recuperação da demolição de suas atuais residências.⁴³

29 A Gerência considera que algumas das principais atividades do Projeto exigirão a remoção de casas e estruturas construídas em áreas de risco ou que prejudiquem a drenagem da cidade e o sistema de proteção contra enchentes. Logo, de acordo com a Gerência, o reassentamento *in situ* não será viável em todo lugar.⁴⁴

⁴⁰ A Gerência observa que as novas unidades habitacionais estão em construção no Parque Brasil. Estas terão aproximadamente 45 metros quadrados, com residências unifamiliares (350 unidades, das quais 100 terão área comercial) e apartamentos (672 unidades) localizadas a cerca de 4 km ao norte da região de Lagoas do Norte, onde haverá acesso a todos os serviços públicos (por ex: drenagem, abastecimento de água, saneamento e energia). Estima-se a conclusão para março de 2020. Infraestrutura e serviços gerais, como educação, saúde e transporte público, estão disponíveis regularmente no bairro. A Gerência acrescenta que o Parque Brasil oferece a oportunidade de preservar e promover redes familiares e sociais por meio da construção de centros comunitários, espaços de lazer e locais de culto. Ver Resposta da Gerência, p. 12. parag. 36.

⁴¹ Resposta da Gerência, p. vi, parag. vii, pg. 7, parag. 22, e pg. 13-14, parag. 37. De acordo com a Gerência, a opção de reassentamento monitorado permitirá que as PAPs sejam realocadas para casas nas proximidades e fora de áreas de risco a serem adquiridas pelo Projeto. Ver Resposta da Gerência, pg. 12, parag. 35

⁴² Resposta da Gerência, pg. vi, parag. vii, pg. 7, parag. 23, e pg. 13, parag. 37.

⁴³ Resposta da Gerência, pp. 13-14, parag. 37.

⁴⁴ Resposta da Gerência, pg. vi, parag. x, e pg. 8, parag. 26.

- **Programas de Subsistência.** A Gerência afirma que, embora o RAP não defina medidas de mitigação específicas para recuperar os meios de subsistência, outros estudos, a exemplo do Estudo Antropológico e o estudo intitulado "O Projeto Socioambiental: Participação Popular e Controle Social" (volumes I e II), descrevem medidas de apoio às pessoas afetadas e reassentadas pelo Projeto para melhorar ou ao menos recuperar suas condições de subsistência. ⁴⁵ O RPF do Projeto bem como os RAPs subsequentes são baseados nos seguintes princípios (i) diversas alternativas economicamente adequadas para a subsistência seriam oferecidas e (ii) as famílias receberiam indenização equivalente ao custo total de substituição pela perda de suas atividades produtivas em razão dos impactos do projeto. ⁴⁶ A Gerência acrescenta que o Componente 3 do Projeto apoia atividades de geração de emprego e renda voltadas para as PAPs reassentadas e a população beneficiária das intervenções do Projeto. Será elaborado um Projeto de Assistência Social em apoio à integração das famílias reassentadas, permitindo-lhes reconstruir vínculos com a comunidade e capacidade de geração de renda. O Projeto inclui apoio a pessoas em ocupações tradicionais (como olaria, pesca e agricultura de subsistência ou jardinagem) e treinamento em novas habilidades e novos negócios. ⁴⁷
- Demolição de Novas Estruturas Irregulares. A Gerência afirma que em agosto de 2019 as estruturas localizadas em terrenos públicos ou em áreas em risco de inundação foram demolidas com base nas leis municipais. A Gerência foi informada que nenhuma casa ocupada foi demolida, não houve despejos nem confrontos físicos. 48 Segundo a Gerência, as PAPs cobertas pelo RAP terão direito a indenização, inclusive por suas estruturas. O Mutuário confirmou à Gerência que nenhuma outra estrutura foi demolida. 49 A Gerência observou que em 18 de outubro de 2019 algumas pessoas ingressaram em uma das áreas do Projeto (bairro Mafrense no local da Obra No. 2), alegadamente carregando materiais de construção que haviam sido entregues em caminhões. Este incidente ocorreu após a data limite de 14 de outubro de 2019, amplamente divulgada por meio de cartazes, informando que invasões do gênero não teriam direito a indenização. A Gerência solicitou à Unidade de Gestão do Projeto ("UGP") documentar e reunir informações sobre tais ocorrências e aconselhou o município a consultar o Banco antes de tomar qualquer providência. Um integrante da equipe do Banco foi até a região do Projeto na semana de 20 de outubro de 2019 para verificar as informações no local. 50
- Aspectos Culturais. A Gerência afirma que o Projeto apoiou o planejamento e a construção da Praça dos Orixás (espaço urbano temático, baseado nas tradições e religiões afro-brasileiras). Além do mais, as consultas realizadas pelo Projeto levaram à criação do Estudo Antropológico, o qual identificou 480 grupos tradicionais e religiosos afro-brasileiros na cidade e 210 na região do Projeto. O Estudo Antropológico avaliou potenciais impactos positivos e negativos das atividades do Projeto sobre as tradições culturais, inclusive impactos adversos em residências que servem como locais de culto para as religiões afro-brasileiras. O Projeto substituirá essas casas de culto por outras. O Estudo Antropológico também recomenda um plano de ação, em implementação, de acordo com a legislação brasileira sobre patrimônio cultural. Além deste estudo, o Projeto apoiou a revitalização do Teatro Boi, considerado uma

⁴⁵ Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 44

⁴⁶ Resposta da Gerência, pg. 14, parag. 38.

⁴⁷ Resposta da Gerência , pg. 14, parag. 39.

⁴⁸ Resposta da Gerência, pg. 14, parag. 41.

⁴⁹ Resposta da Gerência, pp. 14-15, parag. 42.

⁵⁰ Resposta da Gerência, pg. 15, parag. 43.

⁵¹ Resposta da Gerência, pp. 15-16, parag. 47.

⁵² Resposta da Gerência, pg. 16, parag. 48.

importante manifestação cultural e popular na região do Projeto.⁵³

- **Divulgação de Informações e Consultas**. A Gerência reconhece que talvez tenha havido limitações à eficácia das comunicações com os moradores locais sobre os benefícios do Projeto, bem como sobre seus impactos e riscos. ⁵⁴ A Gerência observa que o Projeto usava o censo de 2014 como referência para o cronograma de corte, o que não foi divulgado adequadamente às PAPs. ⁵⁵ Além do mais, algumas das medidas de proteção contra enchentes parecem ter sido interpretadas como melhorias puramente estéticas, recreativas ou de urbanização, e portanto tiveram pouca aceitação pelas PAPs como justificativa para o reassentamento. Ademais, a percepção das famílias que moram no topo dos diques sobre os riscos de inundação pode ser errônea. ⁵⁶
- No entanto, a Gerência acredita que houve consulta e divulgação adequada às PAPs sobre o Projeto e os instrumentos de salvaguarda necessários. Desde 2014, foram realizadas mais de 60 audiências públicas, reuniões e apresentações com as comunidades afetadas e demais partes interessadas. Entre 2016 e 2018, foram realizadas 87 atividades gerais de consulta à comunidade, incluindo 25 reuniões comunitárias e 25 oficinas sobre os aspectos ambientais do Projeto. A Gerência observa que a melhoria na comunicação com as PAPs seria benéfica e recomenda que o Projeto (i) fortaleça ainda mais a qualidade da consulta, comunicação e do mecanismo de solução de reclamações, e (ii) melhore ainda mais a disseminação de suas informações.⁵⁷
- A Gerência se compromete a garantir a devida implementação destas iniciativas até o final de dezembro de 2019. Entre estas ações estão (i) atualização do censo, (ii) revisão e análise de todos os RAPs, (iii) suspensão da demolição de todas as construções feitas antes da data limite de 14 de outubro de 2019, (iv) apresentação de relatório técnico e social sobre as construções irregulares na região do Projeto que foram demolidas pelas autoridades em agosto de 2019, a fim de garantir aos proprietários elegíveis a indenização de acordo com a política do Banco, (v) fortalecimento da qualidade da consulta, (vi) melhoria na qualidade das comunicações, (vii) melhoria na disseminação das informações do Projeto e garantia de atualização das informações sobre o andamento da implementação de todos os RAPs na página do Projeto na Internet, (viii) fortalecimento do mecanismo de solução de reclamações do Projeto e (ix) garantia da implementação das recomendações feitas no Estudo Antropológico sobre as questões de patrimônio cultural.⁵⁸
- Em conclusão, a Gerência acredita que o Banco envidou todos os esforços para o cumprimento das políticas e procedimentos pertinentes às questões levantadas na Solicitação. A Gerência acrescenta que identificou algumas falhas nos RAPs do Projeto, que estão sendo tratadas consoante a política do Banco, e fez acordo com o Mutuário em relação a iniciativas para refinar a implementação do Projeto. A Gerência concluiu que os direitos ou interesses dos Solicitantes não foram, nem serão direta ou adversamente afetados por uma falha do Banco na implementação de suas políticas e procedimentos.

⁵³ Resposta da Gerência, pg. 16, parag. 49.

⁵⁴ Resposta da Gerência, p. vii, parag. xii, e pg. 7-8, parag. 24.

⁵⁵ Resposta da Gerência, p. vi. parag. ix.

⁵⁶ Resposta da Gerência, p. vii, parag. xii, e pg. 7-8, parag. 24.

⁵⁷ Resposta da Gerência, pg. vii, parag. xiii, e pg. 18, parag. 58.

⁵⁸ Resposta da Gerência, pg. vii-viii, parag. xiv, e pg. 19-21, parag. 63.

E. Revisão da Solicitação pelo Painel, Resposta da Gerência e Visita de Elegibilidade

- A integrante do Painel, Ramanie Kunanayagam, e o Oficial Sênior de Operações, Serge Selwan, visitaram o Brasil de 5 a 11 de novembro de 2019. A equipe do Painel realizou reuniões em Brasília e Teresina. Em Brasília, a equipe se reuniu com representantes do Escritório local do Banco Mundial. A equipe também se reuniu com autoridades do Ministério da Economia e do Ministério do Desenvolvimento Regional. Em Teresina, a equipe se reuniu com o prefeito, a secretaria de planejamento do município, e a UGP. O Painel também se reuniu com os Solicitantes e demais integrantes da comunidade potencialmente afetados e seus representantes nos bairros de Mafrense e São Joaquim. Ademais, a equipe do Painel se reuniu com representantes do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual (que acompanha o reassentamento em Lagoas do Norte) e da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina. O Painel fez diversas visitas às regiões potencialmente afetadas pelo Projeto.
- O Painel deseja expressar sua gratidão a todos aqueles acima mencionados por compartilharem suas opiniões e pontos de vista. O Painel também deseja expressar sua gratidão à equipe do Escritório local do Banco Mundial em Brasília, pelo apoio nas questões logísticas.
- A análise elaborada pelo Painel se baseia em informações apresentadas na Solicitação, na Resposta da Gerência, nos documentos relevantes do Projeto e nas informações coletadas durante a visita às áreas. A análise a seguir espelha o parecer do Painel sobre a elegibilidade técnica da Solicitação, segundo os critérios estabelecidos no Esclarecimento de 1999 (subseção E.1), observações sobre outros fatores (subseção E.2) e a análise do Painel (subseção E.3) em apoio à recomendação do mesmo.⁵⁹

Determinação da Elegibilidade Técnica

- O Painel concorda que a Solicitação atende a todos os seis critérios técnicos de elegibilidade do parágrafo 9 do Esclarecimento de 1999. O Painel faz notar que sua confirmação da elegibilidade técnica, que é o conjunto de fatos verificáveis, cujo principal foco é o conteúdo da Solicitação conforme redigida pelos Solicitantes, e não inclui a avaliação pelo Painel da materialidade das reivindicações constantes da Solicitação.
 - Critério (a): "A parte afetada consiste em duas ou mais pessoas com interesses ou preocupações comuns e que se encontram no território do mutuário." O Painel verificou que a Solicitação foi apresentada em nome das famílias afetadas que vivem nos bairros de Lagoas do Norte onde o Projeto está sendo implementado. O Painel considera este critério atendido.

⁵⁹ O Esclarecimento de 1999 da Segunda Revisão pelo Conselho, do Painel de Inspeção, abril de 1999 (o "Esclarecimento de 1999"). Disponível em

http://siteresources.worldbank.org/EXTINSPECTIONPANEL/Resources/1999ClarificationoftheBoard.pdf.

- Critério (b): "A Solicitação afirma em substância que a infração grave por parte do Banco de suas políticas e procedimentos operacionais tem ou poderá ter efeito adverso relevante sobre o Solicitante." Os Solicitantes reivindicam danos sociais, econômicos e culturais em decorrência do reassentamento pelo Projeto, alegando que existem alternativas para evitar o mesmo. Também consideram que a falta de acesso aos documentos sociais e ambientais do Projeto dificultou sua capacidade de entender o impacto deste último e suas respectivas medidas de mitigação. O Painel considera este critério atendido.
- Critério (c): "A Solicitação afirma que o assunto foi levado à atenção da Gerência e que, na opinião do Solicitante, a Gerência não respondeu adequadamente demonstrando que cumpriu ou está adotando medidas para cumprir as políticas e procedimentos do Banco." O Painel verificou que as preocupações dos Solicitantes foram levadas ao conhecimento do Banco antes da apresentação da Solicitação. Os Solicitantes anexaram à Solicitação uma carta que dirigiram à Gerência do Banco em junho de 2019, na qual suscitaram preocupações com o Projeto. O Painel entende que a Gerência recebeu a carta, acusou recebimento e prometeu externar estas preocupações à Unidade de Gestão do Projeto. No entanto, de acordo com os Solicitantes, as preocupações permaneceram sem solução. O Painel considera este critério atendido.
- Critério (d): "O assunto não está relacionado a aquisições." O Painel tem convicção de que as reclamações não estão relacionadas a aquisições e considera este critério atendido.
- Critério (e): "O empréstimo em questão não foi encerrado nem teve sua maior parte desembolsada." Em 4 de outubro de 2019, o desembolso do projeto atingia 18%. 60 A conclusão do Projeto está prevista para 15 de dezembro de 2021. Logo, este critério encontra-se atendido.
- Critério (f): " O Painel não fez recomendação anterior sobre o assunto ou, se fez, a Solicitação declara que há novas evidências ou circunstâncias desconhecidas no momento da Solicitação anterior." O Painel não havia apresentado recomendação anterior sobre as questões suscitadas nesta Solicitação, portanto, este critério encontra-se atendido.

Observações do Painel relativas à sua Recomendação

Ao apresentar sua recomendação ao Conselho Diretor e de acordo com seus Procedimentos Operacionais, o Painel considera o seguinte: se existe uma ligação de causa plausível entre os danos alegados na Solicitação e o Projeto; se o dano alegado e a possível não conformidade por parte do Banco com suas políticas e procedimentos operacionais são de natureza grave; e se a Gerência lidou adequadamente com as questões ou reconheceu a não conformidade e apresentou um documento com ações corretivas para resolver as preocupações dos Solicitantes. A seguir, o Painel registra suas observações preliminares sobre os supostos danos e a conformidade, observando que, ao fazê-lo, não está avaliando as decisões soberanas do Mutuário nem fazendo uma avaliação definitiva da conformidade do Banco com suas políticas e procedimentos, bem como de todo efeito negativo porventura ocasionado.

⁶⁰ Resposta da Gerência, pg. 2, parag. 5.

- A maioria das preocupações suscitadas pelos Solicitantes e membros da comunidade durante a visita do Painel dizia respeito ao possível reassentamento. A equipe do Banco e a UGP explicaram a situação da implementação do Projeto e os compromissos constantes na Resposta da Gerência. O Painel entende que existem seis RAPs relativos à comunidade afetada. A diferença entre cada um dos RAPs são as obras de engenharia e infraestrutura. Os termos e condições indenizatórios dos RAPs são uniformes.
- O Painel ouviu enfaticamente de todas as partes interessadas que o Projeto é importante e traz muitos beneficios para Lagoas do Norte e Teresina de modo geral. O Painel ouviu diretamente das pessoas que queriam ser reassentadas (em razão de inundações ou condições precárias), bem como daquelas que não o desejavam (não convencidas da justificativa para o reassentamento ou convictas que as atuais condições de indenização são inadequadas para recuperar sua atual qualidade de vida).
- Justificativa para o Reassentamento e Alternativas do Projeto. O Painel observou que as preocupações das PAPs de Mafrense são distintas das preocupações das PAPs residentes na avenida Boa Esperança, na região de São Joaquim. Os RAPs para Mafrense foram elaborados e estão sendo atualizados. O RAP referente à comunidade de Boa Esperança ainda não foi elaborado e aguarda o estudo técnico em andamento sobre a análise de alternativas.
- As PAPs em Mafrense são afetadas por três pacotes de obras (obras números 2, 4 e 5). De acordo com as comunidades com as quais o Painel se reuniu, não lhes foram dadas informações detalhadas sobre como estas serão especificamente afetadas. As mesmas entendem, com base no que outros membros da comunidade ouviram, que o motivo de seu reassentamento se deve ao risco de enchentes pelas lagoas. No entanto, algumas não concordam que suas casas correm risco de inundação. Alguns membros da comunidade tinham cópia de um RAP onde seus nomes estavam incluídos, mas não havia informações sobre o que isto significava.
- As PAPs de Boa Esperança são afetadas por obras relativas à recuperação e modernização dos diques (obra número 6). Estas mostraram ao Painel as diferentes distâncias e elevações entre suas casas e o rio, e o fato de nunca terem sido inundadas, inclusive quando a maior parte de Teresina foi inundada em 1985. Portanto, elas acreditam que o risco de inundação oculta a intenção da valorização econômica da região. Nenhuma das PAPs com as quais o Painel se reuniu ouviu falar ou soube dos riscos à segurança relativos ao dique de Boa Esperança. Os integrantes da comunidade em ambos os locais alegam que vivem na região há muitas décadas, e agora que os serviços de desenvolvimento e infraestrutura chegam à região, eles estão sendo retirados.
- O Painel observou uma forte oposição em Boa Esperança em relação ao reassentamento. Existem dúvidas profundas sobre a necessidade de reassentamento com base no risco. O Ministério Público relatou que em 2016 houve uma reunião com a arquidiocese e o prefeito para tratar de possíveis alternativas. O Ministério Público e os integrantes da comunidade declararam que haviam solicitado a criação de uma comissão independente para determinar a necessidade de reassentamento por risco. A UGP informou ao Painel que contrataram uma consultoria para realizar a análise de alternativas que ao final resultariam em três opções. O Ministério Público e a comunidade acreditam que este estudo está sendo desenvolvido apenas para justificar o reassentamento e, portanto, não merece credibilidade. O Defensor Público do Estado e a Comissão de Direitos Humanos da arquidiocese admitem que esta análise de alternativas ofereceria ao município três opções.

- O Painel ouviu do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual, bem como da Comissão de Direitos Humanos da arquidiocese, juntamente com a comunidade, que as famílias questionam os motivos do Projeto (risco de inundação e segurança dos diques) e não estão convencidos de que tais motivos sejam pertinentes. Estas alegam que evitar o reassentamento não foi devidamente levado em conta. Algumas das partes interessadas sugerem que isto faz parte de um plano maior para o desenvolvimento da região. Uma das partes interessadas disse que este era o principal motivo do reassentamento e que não havia um compromisso real de fazer valer o primeiro princípio da Política de Reassentamento Involuntário do Banco evitar o reassentamento quando possível.
- Características Socioeconômicas da Comunidade. O Painel observou que as comunidades de Mafrense e Boa Esperança são compostas por diversos grupos em termos de etnia, religião, situação socioeconômica e de renda e escolaridade. O Painel notou que aparentemente havia muitas famílias chefiadas por mulheres na comunidade. Muitas das reuniões eram organizadas e lideradas por mulheres e contaram com a forte presença delas. Em geral, as mulheres eram extremamente articuladas quanto aos seus sentimentos e o apego à comunidade e à região.
- 50 Em sua Resposta, a Gerência menciona uma pesquisa socioeconômica realizada para cada região, como parte do preparo de cada RAP. Realizou-se a pesquisa para garantir salvaguardas contra riscos de empobrecimento e permitir às pessoas afetadas compartilharem dos benefícios do Projeto. Uma análise de linha de base para toda a região também ocorreu em 2012 para reunir informações sobre as condições e a qualidade de vida da população da região de Lagoas do Norte em geral.
- Durante sua visita, o Painel observou que o tamanho de alguns domicílios parecia exceder a média brasileira declarada ao Painel por funcionários do Banco no país. As famílias visitadas pelo Painel variavam em tamanho de duas a oito pessoas. Por exemplo, pais idosos moravam em uma casa ao lado de seus filhos adultos que cuidavam deles. Em outra casa viviam três gerações de uma família um ou mais avós, pais e filhos. O histórico da ocupação das casas variava entre aqueles que nelas habitavam durante 35 a 50 anos, àqueles que vieram nos últimos 10 anos e até aqueles que se estabeleceram após 2014.
- Algumas das casas visitadas pelo Painel eram de baixa qualidade, sem benfeitorias aparentes. Eram também utilizadas para abrigar animais, como as galinhas. Em outros casos, as casas eram muito grandes e tinham inclusive garagens. Estas eram bem mobiliadas, bem equipadas e bem conservadas. O Painel observou que muitas das casas visitadas possuíam jardins e grandes árvores frutíferas adultas. Alguns dos ocupantes mencionaram que vendiam sua produção no mercado. Em Boa Esperança, em especial, os quintais são utilizados para agricultura em pequena escala. Em Boa Esperança, na margem do rio, o Painel notou um aglomerado de casas de baixa qualidade com grandes terrenos cercados, dentro dos quais havia árvores frutíferas grandes e adultas e animais, inclusive cavalos. Estas famílias pareciam diferentes do restante da comunidade de Boa Esperança. O Painel observou em Mafrense diversas casas, em uma rua que corta a lagoa, construídas nas suas bordas. Estas pareciam ser principalmente moradias de baixo custo.
- O Painel soube que muitos dos moradores de longa data chegaram a esta região muito pobres, e com muito trabalho, diligência e economia, construíram e melhoraram suas vidas ao longo do tempo e conquistaram uma qualidade de vida para si e suas famílias com a qual sentem-se felizes. O Painel observou que as PAPs incluem uma combinação de empreenderores, pequenos agricultores, artesãos, trabalhadores remunerados e lideranças religiosas. As PAPs consideram que foram pioneiras nesta região, contribuíram para o seu desenvolvimento e construíram uma vida para si e para as gerações futuras. Uma PAP informou ao Painel que não construiu uma casa, "construiu um sonho".
- O Painel foi informado e recebeu a confirmação de todas as partes interessadas com as quais se encontrou durante sua visita a Lagoas do Norte, de que nenhum dos domicílios possui registro de propriedade. Os membros da comunidade não veem isso como impedimento à segurança de seus meios de

subsistência, pois, na visão deles, a falta de registro é uma situação semelhante à de toda a comunidade de Lagoas do Norte e demais regiões de Teresina.

- Plano de Ação para Reassentamento Consulta, Participação, Divulgação. O Painel observa que a UGP e os membros da comunidade declaram que não havia uma data de corte específica para o reassentamento. Somente após a Solicitação de Inspeção é que a data limite de 14 de outubro de 2019 foi determinada. Nenhum dos integrantes da comunidade que participou de reuniões com o Painel lembra-se de um censo ou de recenseadores que lhes tivessem perguntado sobre o tamanho de suas famílias, ocupação, fontes de geração de renda etc.
- De acordo com a Resposta da Gerência, após o censo de 2014, as casas designadas para serem afetadas receberam um "lacre" e um código de censo registrado no município. Os integrantes afetados da comunidade falaram sobre suas casas serem lacradas em 2014. As comunidades descreveram este processo ao Painel durante as reuniões. Afirmaram que, em alguns casos, o lacre foi simplesmente colado em suas casas. Não receberam explicação ou comunicação. Em outros casos, os funcionários entraram em suas casas sem serem convidados, tiraram fotos, examinaram, colocaram o lacre e se foram dando pouca ou nenhuma explicação.
- As comunidades visitadas pelo Painel em Mafrense e Boa Esperança foram unânimes sobre não terem sido convidadas ou incluídas em qualquer tipo de consulta, comunicação ou divulgação relacionada à preparação ou conclusão de qualquer RAP. Algumas ouviram boatos de negociações para reassentamento em andamento com outras comunidades. Disseram que isso causou grande ansiedade entre os membros da comunidade e resultou em sua mobilização para suscitar suas preocupações sobre o Projeto. Esta mobilização envolveu ativistas sociais que moram em Lagoas do Norte e organizações da sociedade civil de fora da região. Tais organizações ajudaram a facilitar os contatos com o Ministério Público, os Defensores Públicos Estaduais e Federais bem como a Comissão de Direitos Humanos da arquidiocese. Todas estas partes estão fortemente dedicadas a garantir um processo e resultado justos a favor das PAPs.
- O Painel observa que a arquidiocese desempenhou um papel de mediação em 2015 2016. Atualmente, o defensor público designado especificamente para atuar nas questões relativas a Lagoas do Norte desempenha o papel de facilitador. Tais entidades são o meio de comunicação confiável para a comunidade.
- De acordo com a UGP e a Resposta da Gerência, atualmente, cinco RAPs estão sendo atualizados. No entanto, os membros da comunidade afirmam que ainda não foram consultados nem convidados a participar desta atualização do RAP.

⁶¹ Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 23

⁶² Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 23

- Em sua Resposta, a Gerência afirma que houve consulta e divulgação dos RAPs para as PAPs. 63 No entanto, a Gerência também explica que a comunicação e a consulta com as PAPs poderiam ser bem melhores. Nas reuniões da comunidade nas quais o Painel participou, não havia sensação de melhorias nas consultas e comunicações.
- Plano de Ação para Reassentamento Indenização e Recuperação de Meios de Subsistência. Em sua Resposta, a Gerência afirma que as PAPs reassentadas no âmbito do Projeto serão transferidas para casas melhores e mais seguras e terão direitos de posse mais garantidos. ⁶⁴ A Gerência declara ainda que os instrumentos de reassentamento do Projeto oferecem indenização às PAPs além do exigido pela política do Banco e pela legislação brasileira. O Projeto oferece três opções de indenização: (i) indenização em espécie; (ii) novas unidades habitacionais (Parque Brasil); e (iii) reassentamento monitorado.
- 62 Com base em sua observação de campo e leitura preliminar dos RAPs, o Painel observa que a indenização oferecida às PAPs parece ser mais orientada para abordar e melhorar a vida dos segmentos mais pobres da comunidade (ou seja, aqueles que vivem em casas de baixa qualidade e que correm risco de inundação). As opções de indenização oferecidas parecem não levar em conta as famílias que moram em casas maiores, de melhor qualidade e com maior renda. Os termos de indenização não parecem estar totalmente claros sobre como as pessoas cujos terrenos são usados para atividades agrícolas de pequena escala e de subsistência serão indenizados de maneira justa.
- O Painel visitou a área de reassentamento Parque Brasil. As casas e apartamentos pareciam bem construídos. O Painel conseguiu visualizar o conceito do Parque Brasil, que deverá se tornar um subúrbio integrado com futuros projetos paisagísticos, parques, serviços a exemplo de escolas, redes de estradas pavimentadas e sistemas de esgoto, etc. O Painel observou que todas as casas e apartamentos são do mesmo tamanho, portanto, não atendem as pessoas com famílias grandes ou aquelas que se mudam de casas ou terrenos maiores. O Painel também observou o baixo número de pessoas que escolheram a opção Parque Brasil. De acordo com a Resposta da Gerência, apenas 11% das PAPs teriam escolhido o Parque Brasil. O Painel observou a existência de espaço externo adicional em algumas das propriedades destinadas às pessoas com pequenos negócios, como bares, pequenas lojas etc. No diálogo com as PAPs que não desejam ser reassentadas, foi comunicado ao Painel que a indenização em espécie ou o reassentamento monitorado não as compensaria de maneira equivalente às perdas que sofreriam.
- O Painel visitou a casa de uma das PAPs que havia optado pelo reassentamento monitorado e se mudou para uma casa adquirida pela UGP em seu nome. O Painel observou que a PAP estava satisfeita com sua escolha, foi capaz de acomodar sua oficina de carpintaria e tinha espaço para estacionar seu carro no terreno. O Painel também observou que a casa possuía dois quartos e os únicos ocupantes eram o homem e sua esposa.
- O Painel não ouviu informações das comunidades nem do Projeto sobre a recuperação dos meios de subsistência em relação ao reassentamento, e em especial sobre as pessoas da categoria de renda mais alta. A Gerência reconhece que o RAP não fornece medidas de mitigação específicas para recuperar os meios de subsistência. 66 Também não estão claras as diferenças entre as medidas de recuperação dos meios

⁶³ Resposta da Gerência, pg. 18, parag. 58.

⁶⁴ Resposta da Gerência, pg. 13, parag. 37.

⁶⁵ Resposta da Gerência, pg. 7, parag. 22, nota de rodapé 11.

⁶⁶ Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 44

de subsistência dirigidas às famílias reassentadas, e as atividades gerais de desenvolvimento social e econômico relativas ao Componente 3.

- Plano de Ação de Reassentamento Mecanismo de Solução de Reclamações. Em sua Resposta, a Gerência reconhece que alguns dos RAPs do Projeto não estavam totalmente alinhados com os requisitos das políticas do Banco, exigindo atualização e fortalecimento. A atualização incluiria a descrição detalhada do mecanismo de solução de reclamações até dezembro de 2019.⁶⁷ A Resposta da Gerência destaca o trabalho do comitê de mobilização. Os integrantes do comitê são eleitos a cada ano por suas respectivas comunidades para realizar inspeções mensais das áreas do Projeto. Estes ouvem e reúnem as reclamações de membros da comunidade, quando há, e relatam à UGP suas conclusões e propostas de soluções que consideram relevantes para a comunidade.⁶⁸
- O Painel se reuniu com o comitê de mobilização e notou sua incapacidade para executar suas tarefas ou responsabilidades. Os membros do comitê de mobilização dizem não ter ideia de qual seja seu papel, que carecem de recursos e não receberam qualquer tipo de treinamento. Os membros se consideram filantrópicos, trabalhando voluntariamente. A impressão do Painel foi que o comitê não era funcional. Os integrantes da comunidade afirmaram que não conheciam nenhum mecanismo de solução de reclamações e o Painel não viu nenhum sinal de processo de solução de reclamações acessível às comunidades.
- **Diferenças Culturais.** Em sua resposta, a Gerência afirma que as questões culturais foram levadas em conta na criação e implementação do Projeto. Por outro lado, a comunidade afirma que o Projeto não reconhece sua singularidade cultural. A comunidade entregou ao Painel um estudo cultural da região, que havia sido encomendado por ela. Seus membros descreveram a região como multicultural e multireligiosa.
- O Painel observa que a Gerência encomendou o Estudo Antropológico de 2018, o qual recomendou um plano de ação sobre o patrimônio cultural em conformidade com a legislação brasileira. Este plano de ação está sendo implementado pela UGP e será monitorado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁶⁹
- O Painel observa ainda o compromisso do Projeto de substituir as casas de culto das religiões afrobrasileiras no caso de demolições. Casas com locais de culto foram reassentadas e as pessoas afetadas receberam indenização adicional para continuar suas atividades. Os novos locais de culto foram consagrados seguindo todos os rituais necessários.⁷⁰

E.3. A Revisão do Painel

O Painel observa o forte apoio ao Projeto por todas as partes interessadas, inclusive os Solicitantes, e a opinião unânime sobre os benefícios do Projeto para toda a comunidade. O Painel observa também que há várias famílias interessadas no reassentamento devido à sua localização e ao forte risco de inundação.

⁶⁷ Resposta da Gerência, pg. 14, parag. 40.

⁶⁸ Resposta da Gerência, pg. 17, parag. 54.

⁶⁹ Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 37

⁷⁰ Resposta da Gerência, Anexo 1, pg. 37

- O Painel concorda com a Gerência que as preocupações dos Solicitantes refletem os desafios e as compensações do desenvolvimento de infraestrutura básica e eficaz de proteção contra inundações em um ambiente urbano, caso dos elementos de infraestrutura que exigem um local específico para funcionar.⁷¹
- O Painel observa as preocupações suscitadas não apenas pela comunidade, mas também pelo Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado, e a Comissão de Direitos Humanos da arquidiocese, de que não foi dada atenção suficiente para evitar o reassentamento, especialmente em relação às pessoas que alegam não terem sofrido com as enchentes, salvo em 1985. o Painel também observa a preocupação das partes acima mencionadas de que, apesar dos pedidos reiterados, não receberam os relatórios de justificativa técnica para o reassentamento. Com relação a Boa Esperança, O Painel observa a análise em curso de alternativas, que deverá ser concluída em dezembro de 2019 e que fornecerá três opções para a operação dos diques. O Painel observa as convicções entre diversos integrantes da comunidade de que a verdadeira justificativa para o reassentamento é realocar as famílias, visando a urbanização e mais ampla valorização econômica da região, atraindo potenciais investidores privados.
- Justificativa para o Reassentamento e Alternativas do Projeto. Durante sua visita, o Painel ouviu dúvidas, por parte da comunidade, no que diz respeito a adoção pelo Projeto do princípio de evitar o reassentamento estabelecido na política do Banco. O Painel observa que a análise de alternativas válidas para as casas localizadas no topo e nos taludes do dique está em curso com o objetivo, em parte, de evitar e minimizar o reassentamento. O Painel observa ainda que o processo de negociação a ser realizado abordará a revisão, sempre que possível, do Projeto na área de Mafrense, com o mesmo objetivo de evitar e minimizar o deslocamento. O Painel observa que, segundo a Gerência, a atualização do RAP incluirá, entre outros, motivos mais claros para o reassentamento.
- Consultas e Participação. O Painel menciona a declaração da Gerência de que foram realizadas mais de 60 reuniões e apresentações públicas desde 2014 e 87 atividades de consulta à comunidade durante as fases de elaboração e design. O Painel também menciona que estas reuniões parecem ter ocorrido com lideranças de bairros e organizações locais representando as 100.000 pessoas dos 13 bairros beneficiados na grande região de Lagoas do Norte. O Painel não tem certeza de quantas destas reuniões foram dirigidas às PAPs. O Painel nota que os membros da comunidade com quem se reuniu afirmaram que não lhes foram fornecidas informações diretamente. Os mesmos também não tiveram a oportunidade de participar da elaboração dos pacotes de indenização.
- O Painel nota um déficit significativo de confiança entre as comunidades afetadas por ele visitadas e o Projeto. Este ponto de vista foi reforçado durante as reuniões com o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado e a Comissão de Direitos Humanos da arquidiocese. O Painel observa o envolvimento da Comissão de Direitos Humanos e do Defensor Público do Estado na facilitação do diálogo e na busca de soluções. O Painel acredita que a participação de tais instituições não seria necessária caso a comunidade percebesse o comprometimento efetivo do Projeto com esta última.

⁷¹ Resposta da Gerência, p. vi, parag. xi, e pg. 8, parag. 26.

- O Painel observa o reconhecimento da Gerência de que vários aspectos da consulta, participação, divulgação de informações e mecanismo de solução de reclamações precisam ser atualizados e fortalecidos. A Gerência compromete-se a concluir estas ações até dezembro de 2019. Embora o Painel esteja satisfeito com tais comprometimentos, o mesmo observa que a consulta às PAPs está sendo feita concomitantemente à implementação do RAP, quando a equipe do Projeto está realizando reuniões com cada família, reuniões de grupo, visitas ao local, reuniões de negociação e visitas guiadas às novas casas para as pessoas deslocadas. O Painel observa que a Política do Banco sobre Reassentamento Involuntário exige que estas consultas ocorram durante o planejamento e a elaboração do RAP, assim como durante a implementação, de forma que as PAPs recebam informações em tempo hábil para poderem participar e influenciar a elaboração e implementação do RAP.
- Linha de Base Socioeconômica. O Painel nota a existência de grupos socioeconômicos distintos com diferentes padrões de vida entre as PAPs. Em especial, o Painel observa a presença de um grupo de renda relativamente mais alta, que corre o risco de perder sua qualidade de vida, bens materiais, inclusive boas casas e, em alguns casos, meios de sustento ligados aos seus terrenos. O Painel observa que os RAPs parecem se concentrar quase que exclusivamente nos terrenos: área afetada, tamanho das áreas construídas, material usado na construção das casas, usos do terreno, valores das estruturas construídas, etc. Não está claro se os dados socioeconômicos da população a ser reassentada são desagregados em termos de sistemas de produção, níveis de escolaridade e alfabetização, ou separados por impactos, a exemplo de possíveis perdas de empregos, terras cultiváveis e atividades pesqueiras, recursos produtivos tais como jardins, pomares e empresas. O Painel observa o que parece ser informação restrita sobre fluxos de renda oriundos da agricultura, empresas comerciais ou qualquer outra atividade produtiva mencionada nos RAPs.
- O Painel considera que a falta de dados completos levanta questões sobre a adequação do desenho do RAP e das medidas de recuperação dos meios de subsistência. Tal falta de informações costuma restringir as atividades programadas para replicar os níveis de renda após o reassentamento, ou para criar novos sistemas de produção. Ao deixar de fazer isso, o Projeto poderá colocar algumas famílias reassentadas em risco de empobrecimento. Nenhum dos integrantes da comunidade com os quais o Painel se reuniu, lembrava de pedidos de informações relativas ao censo até o dia da visita.
- Adequação das Opções de Indenização. O Painel observa que os documentos do Projeto indicam que 25% dos residentes de Lagoas do Norte vivem abaixo da linha da pobreza e 26% são indigentes. O Painel também nota, a partir de observações de campo, a existência de grandes casas, fazendas, jardins com pomares, negócios, carros etc., o que sugere que alguns moradores estão em melhor situação. As opções de indenização do Projeto não levam em conta a heterogeneidade das famílias a serem reassentadas. O Painel acredita que esta abordagem única teria o potencial de melhorar as moradias das famílias mais pobres ou negócios menores, porém não parece oferecer opções de indenização adequadas em termos de substituição para todos os que seriam elegíveis para tal. O Painel observa que o Parque Brasil dispõe apenas de casas com dois quartos. Ademais, o reassentamento monitorado está limitado a 77 mil reais. Tais opções não levam em conta famílias maiores ou com níveis de renda mais altos.
- Medidas de Recuperação de Subsistência. O Painel observa que o Projeto prevê apoio à criação de empregos e criação de programas de geração de renda. O Painel também observa o que parece ser a falta de descrição técnica destas atividades e como elas visam especificamente as PAPs. Tais programas parecem estar disponíveis para os 13 bairros beneficiados da região de Lagoas do Norte. Embora por um lado este seja um aspecto positivo, por outro não parece almejar famílias em risco de empobrecimento devido à perda de ativos produtivos induzida pelo reassentamento.

- O Painel observa que a Gerência considera que o Projeto inclui disposições para a recuperação dos meios de subsistência. O Painel observa que os RAPs parecem não conter informações sobre oportunidades de desenvolvimento socioeconômico nas regiões de acolhimento de pessoas reassentadas, no Parque Brasil ou onde as PAPs poderão adquirir residências. Ademais, os RAPs parecem carecer de descrições técnicas de projetos de geração de renda, identificação de oportunidades de emprego, medidas de capacitação para novos empregos, equipe técnica ou profissional designada para auxiliar na criação de novos meios de subsistência, bem como um orçamento ou plano de financiamento para programas de recuperação dos meios de subsistência. O Painel observa que as atividades gerais descritas no Componente 3 se aplicam à população em geral de Lagoas do Norte. Não está claro para o Painel quais atividades são especificamente priorizadas para as diferentes categorias de PAPs, mostrando que estas não precisariam concorrer, com à população em geral, por programas oferecidos para recuperar seus meios de subsistência.
- Compromissos da Gerência. O Painel avaliou os aspectos identificados acima em relação aos compromissos da Gerência. O Painel reconhece as ações positivas que a Gerência propôs em atendimento às preocupações dos Solicitantes e exigências da política do Banco. A Gerência se compromete a atualizar os RAPs e fornece alguns detalhes sobre o que será atualizado a partir da versão anterior, inclusive maiores informações sobre as razões para o reassentamento, o arcabouço jurídico e mais atenção aos programas e treinamento para recuperação dos meios de subsistência.
- No entanto, o Painel observa que ainda não estão claras as ações da Gerência para tratar das questões suscitadas pelos Solicitantes, em especial no que se refere a consultas, pesquisas de linha de base socioeconômica e recuperação dos meios de subsistência. A política do Banco exige que as PAPs recebam informações oportunas e relevantes, sejam ouvidas sobre as opções de reassentamento e tenham oportunidades de participar no planejamento, implementação e monitoramento do reassentamento. O Painel observa que a consulta às PAPs e sua participação estão ocorrendo durante as negociações, sendo que as PAPs estão tomando decisões importantes com pouco entendimento e preparo.
- O Painel observa deficiências expressivas na pesquisa socioeconômica, a qual não oferece informações adequadas com base nos domicílios para determinar os fluxos de renda oriundos da agricultura, do comércio ou de outras atividades produtivas, para projetar medidas de recuperação dos meios de subsistência. Embora o Projeto preveja atividades de geração de emprego e renda para Lagoas do Norte no Componente 3, e a Gerência se comprometa a detalhar tais atividades nos RAPs, não está claro para o Painel como o Projeto capturará as PAPs que se mudarem de Lagoas do Norte, ou como as PAPs terão acesso a estas atividades. Portanto, o Painel demonstra preocupação em saber se estas atividades atingirão a recuperação dos meios de subsistência, que está localizada no cerne da política do Banco.
- Por fim, o Painel observa que o prazo para a conclusão das ações da Gerência é dezembro de 2019. Dada a complexidade na implementação das ações pela Gerência, inclusive a atualização de cinco RAPs e a realização de respectivas consultas, o Painel está preocupado se tais compromissos poderão ser implementados dentro do cronograma sugerido.

F. Recomendação

O Painel conclui que os Solicitantes bem como o Pedido de Inspeção atendem aos critérios de elegibilidade técnica constantes na Resolução que criou o Painel de Inspeção, assim como o Esclarecimento de 1999. O Painel observa ainda que o dano alegado é de natureza grave e que existe uma ligação de causalidade plausível entre os prejuízos alegados e a possível não conformidade do Banco com suas políticas e procedimentos operacionais.

- 87 O Painel considera o comprometimento da Gerência como um passo positivo. No entanto, dadas as observações acima expostas, neste momento o Painel não está convencido de que tais compromissos sejam adequados para atender às preocupações suscitadas pelos Solicitantes, consoante as políticas e procedimentos do Banco.
- A luz do exposto, o Painel recomenda uma investigação sobre as questões suscitadas na Solicitação. Caso o Conselho Diretor concorde com esta recomendação, o Painel fará a devida comunicação aos Solicitantes e à Gerência.

ANEXO I

Pedido de Inspeção

Pedido de Inspeção

Nós, abaixo-assinados, representando 202 famílias moradoras das comunidades e bairros Afonso Mafrense e São Joaquim, da área do **Programa Parque Lagoas Do Norte, Teresina, Piauí,** da etapa 2 do plano de reassentamento involuntário/PRI, através desta carta, vimos nos manifestar sobre esse PRI, que a prefeitura de Teresina, capital do Piauí, Brasil, nos apresentou.

Não concordamos e não aceitamos o reassentamento de nossas famílias com a consequente saída do atual local de residência. Segundo a minuta do PRI, nessa área da etapa 2 existem 119 famílias afetadas, sendo previsto 34 remoções parciais e 85 remoções totais. Nós somos parte dessa última meta, se somando a outras famílias que moram na mesma área mas não estão consideradas nos registros(selos) da Prefeitura, ou seja, novas moradias e famílias pós realização do selo em 2014 e plano de reassentamento.

Ressaltamos que essas famílias estão sendo impactadas, de forma brutal, nas suas condições sociais, política, cultural e econômica. Não existe transparência no projeto que está em execução e nem diálogo entre a prefeitura e moradores. O Plano de reassentamento involuntário só foi disponibilizado para nós quando conseguimos a ajuda de um promotor e um defensor público.

Vimos apresentar este pedido de inspeção e solicitamos uma investigação na área que compõe o parque lagoas norte, prioritariamente na área que consiste a etapa supra citada, também para verificar se as obras estão sendo executadas de acordo com a política do banco mundial.

O que nós questionamos: parque lagoas do norte para quem? Neste projeto a ser executado requer a remoção de mais de 70% das moradias da etapa atual, existem famílias que moram há 40 anos de residência nesse local, já existe um grande valor sentimental pela sua moradia, já outros, possuem meios de trabalho na sua própria residência para garantir o sustento da família, e além do mais, existem pessoas necessitadas que dependem da ajuda de outras pessoas, como no caso os vizinhos mais próximos, já que moram a tanto tempo nessa área. Essas pessoas mais antigas, fazem parte da história da comunidade. Agora, com a vinda do parque, pensávamos que iríamos nos beneficiar com as maravilhas do projeto da prefeitura, já que estamos tanto

tempo à espera de uma benfeitoria, pois agora não nos dão escolha de ficar, para usufruir dos benefícios do parque.

Acreditamos que reassentamento involuntário seja a última opção para o projeto, de acordo com a política do banco, mas na verdade não é dessa forma que está acontecendo, os moradores não estão tendo a opção de ficar nas suas residências, pois a prefeitura obriga os moradores a sair do local sem necessidade, por que tem área suficiente para construção parque sem a remoção das famílias. O que queremos, é permanecer em nossas residências e desfrutar da beleza do parque futuramente.

Com a movimentação da prefeitura, nós moradores criamos grupos de resistência para fortalecer a permanência das famílias nas nossas comunidades, os grupos de resistência tem recebido o apoio de algumas instituições como: Centro de Defesa Ferreira de Sousa (mobilizando famílias impactadas de outras comunidades, movimentos e pesquisadores), Movimento de Atingidos por Barragens/MAB, Ministério Público do Estado do Piauí (anexado termo de audiência), a Defensoria Pública da União e também do Estado do Piauí (constituído comissão de defensores públicos – ver anexo), a Arquidiocese de Teresina, através de sua comissão direitos humanos, paróquias e pastorais(anexada carta de apoio da Arquidiocese), Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí, Conselho Estadual de Engenharia e Agronomia e Grupo de Articulação Zonal/GAZ do Norte. Ressaltamos também muitas adesões de parcerias civis voluntárias.

Vamos continuar perseverando na expectativa de atendimento, que nossas famílias sejam contempladas na participação da existência do parque lagoas do norte, ficando no mesmo lugar em que estamos morando e fazendo história.

O reassentamento involuntário promovido pela Prefeitura de Teresina descumpre o documento Manual Operacional do Banco Mundial de 2001 em razão de não considerar:

- 1. os graves riscos econômicos, sociais e ambientais provocados pelo reassentamento involuntário e desagregação dos sistemas de produção;
- 2. o empobrecimento pela perda de patrimônio ou fontes de renda;
- 3. as condições ofertadas para produção de bens e serviços do local de origem com realocação em locais menos favorecidos;

- 4. as redes sociais e instituições comunitárias das famílias deslocadas, o que leva à dispersão de grupos familiares e promove ataque à identidade cultural de um povo que deu origem à cidade de Teresina;
- 5. formas alternativas de evitar o reassentamento involuntário;
- 6. as possibilidades de participação nos benefícios providos pelo projeto;
- 7. oportunidades de participação no planejamento e implementação do programa de reassentamento, sendo ouvidas e atendidas suas demandas, de modo a serem assistidas nos seus esforços de restauração das condições de vida, prevalecendo a alternativa de melhoria dessas condições;
- 5. as condições em que vive a população afetada e com isso buscar recuperar seu modo de vida;
- 6. a participação das famílias envolvidas, considerando o princípio de partilha conjunta da mulher e do homem nos bens e nas negociações de alternativas de compensação inerentes ao planejamento e na efetivação de qualquer atividade de reassentamento;
- 7. a obrigatoriedade das compensações antes das remoções;
- 8. a necessidade de assessoria jurídica no âmbito de negociação da compensação, o que tem resultado em avaliação não justa e nem prévia dos bens e imóveis, sem adotar o método de custos de substituição, que deve incluir os custos de transação;
- 9. as famílias que não têm regularização fundiária (posseiros) e às famílias ou indivíduos que não têm qualquer direito legal sobre a terra (arrendatários, cedentes, rendeiros, vendedores ambulantes ou informais) e que vão perder o direito de acesso e uso de uma parte da mesma (em virtude da implantação da obra).

Que o Parque Lagoas do Norte seja para quem já mora junto e próximo ao seu espaço!

Temos a certeza que será de menor custo financeiro e maior valor social.

Apresentamos alguns contatos para referência de continuidade dos diálogos, via email e sempre copiados: Thays: thaysbeatryce@gmail.com, Morais: franciscomototaxi1307@gmail.com e Lúcia Araújo: luciateresina@yahoo.com.br.

Além desses contatos, observar outros citados em outros documentos anexados.

Teresina/Piauí, 13 de agosto de 2019.

ABAIXO-ASSINADOS EM ANEXO DE 202 FAMÍLIAS

ANEXO

Eu, abaixo assinado, responsável pela família e residência com o endereço também informado abaixo, localizado em área das obras do Parque Lagoas Do Norte, não concordo e não aceito o reassentamento da minha família do atual local de residência. Venho a reclamar junto ao Banco Mundial, na expectativa de atendimento, e da oportunidade de minha família ser beneficiada pelos bens trazidos pelo parque ambiental.

ALONE		ENDEREÇO	
NOME	BAIRRO	RUA	NUMERO

ANEXO II RESPOSTA DA GERÊNCIA

RESPOSTA DA GERÊNCIA À SOLICITAÇÃO DE REVISÃO PELO PAINEL DE INSPEÇÃO DO PROJETO DE MELHORIA DA GOVERNANÇA MUNICIPAL E DA QUALIDADE DE VIDA DE TERESINA (PO88966) E FINANCIAMENTO ADICIONAL (PI46870)

A Gerência revisou a Solicitação de Inspeção do Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P088966) e Financiamento Adicional do Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P146870), recebida pelo Painel de Inspeção em 23 de agosto de 2019 e registrada em 19 de setembro de 2019 (RQ19/10). A Gerência elaborou a seguinte resposta.

ÍNDICE

Abre	viatı	ıras e Siglasiv				
Sumá	ário l	Executivov				
I.	APRESENTAÇÃO					
II.	A S	OLICITAÇÃO1				
III.		STÓRICO DO PROJETO2				
Anex	os					
Anex Anex	o 2.	Reivindicações e Respostas Quadros Resumo da Situação das Obras e Respectivos Planos Ambientais e de Reassentamento na Fase 2 do Projeto				
Anex Anex		Relação de Documentos Disponíveis em Arquivos				
Anex		Fotos do Projeto Eventos de Consulta e Divulgação				
Anex	_	Folheto sobre o Projeto (em português)				
Mapa	as					
Mapa Mapa	2. B	BIRD No. BRA41306 - Programa Geral Mostrando Áreas 1-4 BIRD No. BRA44689 - Localização dos Bairros na Região de Lagoas do Norte BIRD No. BRA44705 - Localização dos Diques e Lagoas na Área da Fase 2 do Projeto BIRD No. BRA44706 - Localização dos Canteiros de Obras da Fase 2 do Projeto				
Figui	ras					
Figur	a 1.	Casas no Topo do Dique Boa Esperança constatadas pela Revisão CdE de 2015/2016				
Figur		Fundação de Casa Construída no Talude do Dique Boa Esperança constatadas pela Revisão CdE de 2017/2018				
Figur	ra 3.	Poço e Árvores no Talude do Dique Boa Esperança constatadas pela Revisão CdE de 2017/2018				
Figur	a 4.	Construção em Curso de Casas para Reassentamento no Parque Brasil				

ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Áreas de Proteção Permanente

COLAB - Aplicativo da Ouvidoria da Prefeitura de Teresina

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

DPE - Defensoria Pública do Estado do Piauí

DPU - Defensoria Pública da União no Piauí

ESIA - Avaliação de Impacto Ambiental e Social

ESMP - Plano de Gestão Ambiental e Social

GRM - Mecanismo de Solução de Reclamações

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MPE - Ministério Público do Estado do Piauí

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PMU - Unidade de Gestão do Projeto

PTS - Projeto de Trabalho Social

RAP - Plano de Reassentamento Involuntário

RPF - Marco de Reassentamento Involuntário

SDU - Superintendência de Desenvolvimento Urbano

SMPM - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres

UPS - Unidade de Projeto Social

Unidade de Moeda - Real (BRL)

(em 20 de outubro de 2019)

USD 0,24 = 1 BRL USD 1 = 4,10 BRL

SUMÁRIO EXECUTIVO

Histórico

- i. *O Projeto* O Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P088966) e seu Financiamento Adicional (P146870), visam (i) modernizar e melhorar a capacidade de gestão do Mutuário nas áreas financeira, ambiental, de urbanização, prestação de serviços e desenvolvimento econômico; e (ii) melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda na Região de Lagoas do Norte. A "Fase 1 do Projeto" original no valor de US\$ 31,13 milhões foi aprovada em março de 2008; o empréstimo foi totalmente desembolsado e encerrado em junho de 2016; o Financiamento Adicional "Fase 2 do Projeto" no valor de US\$ 88 milhões foi aprovado em 24 de fevereiro de 2016 e espera-se que seja concluído em 15 de dezembro de 2021.
- ii. Um dos maiores problemas enfrentados pelo Município de Teresina (população total de cerca de 840.000) refere-se às inundações recorrentes na região de Lagoas do Norte, uma das áreas mais vulneráveis e pobres nos aspectos ambiental e social da cidade. Em 1995, fortes chuvas durante um período curto de tempo elevaram o nível das águas nos rios e lagoas na Região de Lagoas do Norte, causando uma grande enchente que deixou milhares de famílias desabrigadas. Em 2005, o risco de recorrência de inundações deste porte foi estimado em um a cada 16 anos. Mais recentemente, em 2009, 2018 e novamente em 2019, fortes chuvas e inundações desastrosas ocorreram e o Município declarou estado de emergência.
- iii. O desenvolvimento urbano não planejado ao longo de muitos anos interferiu nos sistemas de drenagem natural e contribuiu significativamente para as inundações. As lagoas formam um sistema de drenagem superficial interligado que inicialmente era capaz de absorver um volume significativo de águas das chuvas. Hoje, porém, estas lagoas encontram-se bastante degradadas, sendo assim, sua capacidade de absorção, contenção e canalização das águas pluviais foi fortemente reduzida. Tal fato afetou negativamente a segurança e a qualidade de vida da população local devido aos danos de enchentes recorrentes e a grave contaminação das lagoas, causados pelo escoamento descontrolado de esgoto e lixo doméstico.
- iv. O Projeto foi desenvolvido para responder a estes desafios, buscando reabilitar e atualizar a infraestrutura de proteção contra inundações e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região. O Projeto inclui a melhoria do sistema de drenagem, restaurando e preservando as lagoas, além de fortalecer e modernizar os diques, canais e aterros de Boa Esperança e Mocambinho. O Projeto também apoia melhorias urbanas, incluindo abastecimento de água, canalização de efluentes, reabilitação de espaços verdes, construção de áreas de lazer, melhorias habitacionais e mobilidade urbana. Tais melhorias na infraestrutura contra enchentes exigem o reassentamento das famílias atualmente localizadas em áreas de risco de inundação, incluindo casas construídas às margens das lagoas e no topo dos diques.
- v. *A Solicitação*. Os Solicitantes discordam da proposta de reassentamento e afirmam que o Projeto prejudicará as pessoas que moram na região há muitas décadas. Eles alegam que o Projeto não analisou suficientemente as possíveis alternativas ao reassentamento proposto e reivindicam que não foram devidamente consultados ou informados sobre o assunto.

Resposta da Gerência

vi. A Gerência entende as preocupações dos Solicitantes com relação aos potenciais impactos adversos do Projeto, principalmente a necessidade de reinstalar os moradores para recuperar a infraestrutura de proteção contra inundações da cidade. A quantidade de propriedades a serem afetadas na Fase 2 do Projeto está atualmente estimada em 997. A mesma inclui 177 imóveis já afetados, envolvendo 301 famílias. Este número está ainda sujeito a revisão, pois as plantas de algumas atividades do Projeto ainda estão sob análise de modo a reduzir ainda mais o número de famílias a serem reassentadas. A determinação da data limite de 14 de outubro de 2019 também poderá levar a um ajuste do número à medida que o censo seja atualizado.

- vii. Na opinião da Gerência, os possíveis impactos adversos causados pelo Projeto estão sendo minuciosamente estudados antes da realização de investimentos e serão mitigados por meio do desenho do Projeto, dos Planos de Gestão Ambiental e Social (ESMPs) bem como Planos de Ação de Reassentamento (RAPs). Juntamente com as várias alternativas técnicas consideradas, o processo de consulta realizado ao longo do ciclo do Projeto ajudou a reduzir ainda mais os possíveis impactos adversos. Todas as pessoas elegíveis afetadas pelo Projeto que precisem ser reassentadas fisicamente terão três opções de indenização para escolher de acordo com suas necessidades: (i) indenização em espécie; (ii) novas unidades habitacionais, ou (iii) reassentamento monitorado. A opção de reassentamento monitorado permitirá que as pessoas afetadas pelo Projeto permaneçam na mesma região, sendo realocadas para uma casa nas proximidades e sem risco, a ser adquirida pelo Projeto.
- viii. A Gerência nota que as pessoas afetadas pelo Projeto que precisem ser reassentadas terão a opção de semudar para casas melhores e mais seguras e ter o direito à posse do terreno mais garantido. Os instrumentos de reassentamento do Projeto indenizam as pessoas por ele afetadas além dos requisitos da política do Banco e das leis brasileiras.
- A Gerência reconhece que alguns dos instrumentos de reassentamento do Projeto não ix. estavam totalmente alinhados com os requisitos das políticas do Banco e requerem atualização e fortalecimento, atualmente sob consideração. Isto se refere principalmente à declaração e comunicação da data de corte da área da Fase 2 do Projeto, que o Mutuário se comprometeu a realizar apenas recentemente. A Fase 2 do Projeto usava como referência o censo de 2014 para a data de corte, mas não o anunciara efetivamente para as pessoas afetadas pelo Projeto. Portanto, o Mutuário concordou recentemente em estabelecer uma nova data limite de 14 de outubro de 2019, que foi devidamente comunicada e divulgada. A Gerência, no entanto, acredita que este lapso não afetou negativamente as pessoas afetadas pelo Projeto, pois todas as pessoas que se mudaram para a área do Projeto antes da data limite de 14 de outubro de 2019 são elegíveis para a indenização, caso precisem ser reassentadas. Estão incluídos proprietários de construções irregulares desocupadas e demolidas pelo Mutuário em agosto de 2019. Em relação a esta ação, o Município informou à Gerência que não houve despejos. A Unidade de Gestão de Projetos (UGP) está revisando a intervenção e monitora as conclusões desta revisão, a Gerência trabalhará com o Mutuário para garantir que os proprietários elegíveis destas construções sejam indenizados consoante a política do Banco. A Gerência também lembrou ao Mutuário por escrito sobre a necessidade de realizar o devido processo e indenização, de acordo com a política do Banco, antes de reassentar mudar as pessoas afetadas pelo Projeto ou demolir as construções.
- x. A Gerência reconhece o desejo dos Solicitantes de permanecer em sua localização atual. O Projeto considerou com cuidado as possíveis soluções alternativas para lidar com o risco de inundação, a fim de reduzir a pegada do Projeto, o que já levou a uma redução significativa na quantidade de famílias que necessitam ser reassentadas para as atividades da Fase 2 do Projeto. No entanto, algumas das principais atividades do Projeto exigirão a remoção de casas e estruturas construídas em áreas de risco e de maneira que comprometa o sistema de drenagem e proteção contra inundações da cidade, o que coloca os moradores destas casas e de outras em risco de inundação. Assim, embora as preocupações e preferências dos Solicitantes em permanecer no local sejam avaliadas, isto não será viável em todos os lugares.
- xi. A Gerência considera que as preocupações dos Solicitantes ilustram os desafios e as compensações de apoiar o desenvolvimento de infraestrutura básica e eficaz de proteção contra inundações em um ambiente urbano. Este é em especial o caso de componentes de infraestrutura que requerem determinado local para funcionar e que não podem ser levados para fora da cidade ou para longe das residências. Isso pode vir a competir com as preferências individuais dos moradores.

xii. A Gerência reconhece que pode ter havido limitações à eficácia das comunicações com os moradores locais sobre os benefícios que o Projeto proporcionará, juntamente com seus impactos e riscos. Algumas das medidas de proteção contra inundações parecem ter sido mal interpretadas pelas pessoas afetadas pelo Projeto como sendo melhorias puramente estéticas, recreativas e de urbanização e, sendo assim, não foram bem aceitas por alguns moradores como o motivo do reassentamento. Ademais, pode haver uma percepção errônea sobre o risco de inundação entre as famílias que se estabeleceram no topo dos diques.

xiii. A Gerência acredita que o Projeto e os instrumentos de salvaguarda necessários foram devidamente consultados e divulgados às pessoas afetadas pelo projeto. Desde 2014, foram realizadas mais de 60 audiências públicas, reuniões e apresentações com as comunidades afetadas e demais partes interessadas. Entre 2016 e 2018, foram realizadas 87 atividades gerais de consulta à comunidade, incluindo 25 reuniões comunitárias e 25 oficinas sobre aspectos ambientais do Projeto. No entanto, a Gerência observa que as comunicações com as pessoas afetadas pelo Projeto se beneficiariam de diversas melhorias e recomendou que o Projeto: (i) fortaleça ainda mais o qualidade das consultas e comunicações; e (ii) melhore ainda mais a divulgação de informações sobre o Projeto.

Plano de Ação

xiv. Com base em conversas com a comunidade e a Unidade de Gestão de Projetos, as seguintes ações, pactuadas com o Mutuário, foram iniciadas para ajudar a melhorar a implementação do Projeto e abordar as preocupações apresentadas na Solicitação (ver detalhes no parágrafo 63 da Resposta):

- Ação 1: Concluir a atualização do censo e divulgar informações sobre a data de corte até 20 de novembro de 2019.
- Ação 2: Analisar e revisar todos os RAPs até 13 de dezembro de 2019. Os RAPs revisados incluirão a data limite de 14 de outubro de 2019.
- Ação 3: Suspender a demolição de todas as construções na área do Projeto feitas antes da data limite ora definida, conforme a política do Banco.
- Ação 4: Apresentar até 20 de novembro de 2019 um relatório técnico e social sobre as estruturas irregulares na área do Projeto, que foram demolidas pelas autoridades em agosto de 2019. Após a conclusão desta avaliação, a Gerência trabalhará com o Mutuário para garantir que os proprietários elegíveis destas estruturas sejam indenizados de acordo com a política do Banco.
- Ação 5: Reforçar ainda mais a qualidade das consultas até 29 de novembro de 2019. Esta medida requer a mobilização, por parte da Gerência, de um consultor local para oferecer treinamento à equipe da UGP sobre como conduzir consultas significativas com as partes interessadas.
- Ação 6: Reforçar ainda mais a qualidade da comunicação até 29 de novembro de 2019. Isto inclui: (i) apoio de uma empresa de comunicação especializada para a formulação da estratégia de comunicação e do plano de ação; (ii) início da implementação do plano de ação, com base em informações técnicas e transformando-as em linguagem compreensível para as pessoas afetadas pelo Projeto; (iii) atualização e distribuição de folhetos com informações resumidas do Projeto; e (iv) abertura/ fortalecimento de locais de informações nos diversos canteiros de obras.
- Ação 7: Melhorar ainda mais a divulgação das informações sobre o Projeto até 30 de dezembro de 2019. Isto inclui: (i) melhorar a página do Projeto na Internet, corrigindo eventuais falhas técnicas; e (ii) assegurar que a página do Projecto mantem informações atualizadas sobre o estado de implementação de todos os RAPs.

- Ação 8: Reforçar o mecanismo de solução de reclamações do Projeto até 20 de dezembro de 2019.
- Ação 9: A Gerência fará o acompanhamento com a UGP da implementação das recomendações relativas aos aspectos do patrimônio cultural identificados pelo Estudo Antropológico durante a Fase 2 da implementação do Projeto. O mesmo incluirá apoio a (i) um programa de educação patrimonial; (ii) um inventário de referências do patrimônio cultural; iii) fortalecimento institucional do Município para aguçar a conscientização de aspectos culturais; e (iv) monitoramento do andamento destas iniciativas.

I. APRESENTAÇÃO

- *I*. Em 19 de setembro de 2019, o Painel de Inspeção (o "Painel") protocolou uma Solicitação de Inspeção, Pedido IPN RQ 19/10 (doravante denominada a "Solicitação"), relativa ao Brasil: Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P088966) e Financiamento Adicional do Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (P146870), com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (o "Banco").
- 2. Estrutura do Texto. O documento contém as seguintes seções: A Seção II apresenta a Solicitação; A Seção III descreve o Projeto e seu histórico; e a Seção IV contém a resposta da Gerência. O Anexo 1 apresenta em um quadro as reivindicações dos Solicitantes, juntamente com respostas detalhadas da Gerência. Demais anexos incluem a situação das obras do Projeto e planos ambientais e de reassentamento (Anexo 2), documentos e fotografias disponíveis do Projeto (Anexos 3 e 4), consultas e eventos de divulgação (Anexo 5), folheto sobre o Projeto (Anexo 6 em português); e quatro mapas.

II. A SOLICITAÇÃO

- 3. A Solicitação foi apresentada por 202 famílias residentes nos bairros Afonso¹ Mafrense e São Joaquim, de Teresina (doravante os "Solicitantes"). As famílias designaram três integrantes da comunidade para representa-las. Juntamente com a Solicitação estava anexado um abaixo-assinado. Diversos documentos de apoio também foram incluídos:
 - (i) Documento assinado pelos moradores declarando que não concordam nem aceitam o reassentamento de suas famílias longe de seu local de residência atual.
 - (ii) "Manifesto" dos representantes das famílias sobre o diálogo com o Banco Mundial e os diálogos em andamento com os diversos órgãos federais e locais com relação ao Projeto.
 - (iii) Ofício da Defensoria Pública Federal no Piauí, datado de 14 de agosto de 2019 em apoio à Solicitação de Inspeção.
 - (iv) Portaria da Defensoria Pública Federal do Piauí que instaura uma comissão interna para a elaboração das iniciativas planejadas, de modo a fazer face às demandas do Projeto.
 - (v) Carta datada de 5 de agosto de 2019 da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese Católica de Teresina, expressando apoio à Solicitação.
 - (vi) Termo de audiência datado de 2 de maio de 2019 do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa, 44ª Promotoria de Justiça.

¹ O nome correto do bairro é *Mafrense*.

- (vii) Oficio do Ministério Público do Estado do Piauí ao Painel, datado de 26 de agosto de 2019, solicitando a intervenção do Painel para suspender de imediato todo reassentamento involuntário no âmbito do Projeto.
- 4. Não foi recebido outro material pela Gerência em apoio à Solicitação.

III. HISTÓRICO DO PROJETO

- 5. O Projeto. O Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina (o Projeto) é uma operação de financiamento para investimento em duas fases, com recursos de dois empréstimos do BIRD: o empréstimo original (Ln 7523-BR) ("Fase 1 do Projeto") no valor de US\$ 31,13 milhões, aprovado em março de 2008, totalmente desembolsado e encerrado em junho de 2016; e o Financiamento Adicional (Ln 8586-BR) ("Fase 2 do Projeto") de US\$ 88 milhões aprovado em 24 de fevereiro de 2016, com 18% desembolsados até 4 de outubro de 2019 e encerramento previsto para 15 de dezembro de 2021. O Acordo de Empréstimo para a Fase 1 do Projeto foi firmado entre o Município de Teresina (o "Mutuário") e o Banco em 24 de julho de 2008 e declarada efetiva em 3 de setembro de 2008. O Acordo de Empréstimo para a Fase 2 do Projeto foi celebrado entre o Mutuário e o Banco em 27 de abril de 2016 e passou a vigorar em junho de 2016. Os Ln 7523-BR e Ln 8586-BR contaram com a garantia da República Federativa do Brasil (a "Garantidora") nos termos dos Acordos de Garantia celebrados entre a Garantidora e o Banco em 24 de julho de 2008 e 27 de abril de 2016, respectivamente.
- 6. Objetivos do Projeto. Os objetivos do Projeto (conhecido localmente como Programa Lagoas do Norte) servirão para (i) modernizar e melhorar a capacidade de gestão do Mutuário nos aspectos financeiros, de urbanização, ambiental, de prestação de serviços e de desenvolvimento econômico; e (ii) melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da Região de Lagoas do Norte.
- 7. Componentes do Projeto. Os componentes da Fase 1 do Projeto eram:
 - Componente 1: Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento Urbano e Gestão de Projeto. Entre as atividades deste Componente estão: (i) consolidação e melhoria da eficiência da capacidade de planejamento financeiro e gestão orçamentária do Mutuário; (ii) modernização da prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento para atender à Lei de Água e Saneamento; (iii) modernização da gestão da educação do Mutuário; (iv) modernização da gestão urbana e ambiental do Mutuário; (v) desenvolvimento e implementação da estratégia local de desenvolvimento econômico para o Mutuário; e (vi) execução da gestão, monitoramento e avaliação do Projeto, em apoio à Unidade de Gestão do Projeto (UGP) para realizar compras, gestão financeira, requisitos ambientais, sociais e outros do Projeto.
 - Componente 2: Melhoria Urbano-Ambiental Integrada na Região de Lagoas do Norte. Este Componente integra atividades de modo a: (i) otimizar e ampliar o fornecimento de água; ii) implantar sistemas de coleta e tratamento de águas residuais; (iii) tomar medidas críticas para macro e microdrenagem urbanas; (iv) restaurar os aspectos naturais da rede de lagoas e canais da região, bem como as margens dos rios Parnaíba e Poti; (v) realizar a modernização urbana, reabilitar e construir espaços verdes, parques, áreas de lazer e espaços comunitários; (vi) melhorar a rede rodoviária local, o fluxo de tráfego, o acesso e a segurança na região; e (vii) reassentar as famílias beneficiárias oriundas das áreas de risco e de outras áreas de atividades do Projeto, e implementar benfeitorias às moradias das demais famílias elegíveis.

- □ Componente 3: Desenvolvimento Econômico e Social na Região de Lagoas do Norte. Este Componente compreende atividades de desenvolvimento social e econômico na região de Lagoas do Norte, complementares ao Componente 2. Entre as atividades deste Componente estão: (i) fortalecimento de associações comunitárias e outros grupos das comunidades, de forma a melhorar o acesso de famílias elegíveis aos programas sociais do Projeto, creches e serviços básicos de saúde e educação; (ii) atividades de promoção de educação ambiental e sanitária; (iii) promoção de programas de criação de emprego e renda; (iv) reforma, expansão e construção de instalações comunitárias; e (vi) promoção da mobilização e participação comunitária em todos os aspectos dos Componentes 2 e 3 do Projeto.
- 8. Na Fase 2 do Projeto, o Componente 1 concentra-se no fortalecimento da capacidade de gestão ambiental do Município, assim como a consolidação e melhoria na eficiência da capacidade de planejamento financeiro e gestão orçamentária do Município. O Componente 2 continua a se concentrar no mesmo conjunto de atividades do Empréstimo Original, incorporando as lições aprendidas durante a implementação da Fase 1 do Projeto, com foco em seis bairros da Região de Lagoas do Norte. Nesse sentido, o Componente 2 compreende atividades abrangentes e integradas (drenagem, saneamento, modernização urbana e reassentamento) em andamento nas Áreas 2 e 3 da Região de Lagoas do Norte (a maior parte das atividades da Fase 2 ocorre na Área 2 do Projeto, veja o Mapa 1). O componente 3 apoia o Mutuário no desenvolvimento de atividades socioeconômicas complementares às atividades do Componente 2, incluindo atividades voltadas para as populações mais vulneráveis (por exemplo, jovens e mulheres afrodescendentes).
- 9. Perfil de Elaboração para a Fase 2 do Projeto. Durante a elaboração da Fase 1 do Projeto em 2005, foram realizadas avaliações de macrodrenagem, abastecimento de água, esgoto, urbanismo e paisagismo, assim como aspectos da malha rodoviária para as Áreas 1, 2, 3 e 4 como um todo. No entanto, durante a elaboração da Fase 2 do Projeto em 2014, analisou-se um novo conjunto de alternativas do Projeto, levando-se em conta o novo arcabouço regulatório ambiental e habitacional em vigor e os resultados das iniciativas da Fase 1 do Projeto: (i) "Controle de Enchentes e Manutenção dos níveis das Lagoas da Região Norte: Simulações hidrológicas e hidráulicas dos cenários de inundação" reavaliaram a sistema global de macrodrenagem e a Região de Lagoas do Norte, simulando cenários para os anos nos quais ocorreriam as atividades; (ii) foram analisadas novas alternativas para as soluções de saneamento, que resultaram na canalização do esgoto das Áreas 2, 3 e 4 até a Estação de Tratamento de Esgoto Pirajá; e (iii) foram avaliados cenários para o projeto de urbanismo e paisagismo das margens das lagoas (áreas de proteção permanentes).
- 10. Atividades do Projeto: As principais obras da Fase 2 do Projeto (Componente 2) estão relacionadas a melhorias urbano-ambientais, entre as quais: (i) otimização e ampliação do abastecimento de água, serviços de tratamento de águas residuais e esgotos; (ii) execução de atividades urbanas críticas de macro e micro-drenagem; (iii) iniciativas para restaurar as características ambientais naturais da rede de lagoas e canais da região; (iv) iniciativas para redução dos riscos de enchentes e melhoria da segurança dos diques ao longo do Rios Parnaíba e Poti; (v) atividades de modernização urbana, reabilitação e construção de espaços verdes, parques e espaços para lazer e comunitários; e (vi) melhorias na malha rodoviária local.
- 11. Salvaguardas. O Projeto foi considerado de categoria "A" para fins de avaliação ambiental e social, e as seguintes políticas de proteção se aplicam a ele: Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01); Habitats Naturais (OP/BP 4.04); Recursos Culturais Materiais (OP/BP 4.11); Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12); e Segurança de Barragens (OP/BP 4.37).

Contexto do Projeto

- 12. Principais desafios do Município de Teresina. Um dos maiores problemas enfrentados pelo Município de Teresina (população total de cerca de 840.000) refere-se às inundações recorrentes na região de Lagoas do Norte, uma das áreas mais vulneráveis e pobres da cidade em termos ambientais e sociais. O Projeto foi desenvolvido para enfrentar os principais desafios de desenvolvimento desta região, com foco na solução de problemas urbanos, ambientais e sociais e de inundação que a distinguem do resto da cidade. Foram realizados estudos específicos em 2005, durante a elaboração da Fase 1 do Projeto, para definir a melhor abordagem para mitigação de tais problemas, incluindo, entre outros: (i) a modelagem hidráulica do sistema de drenagem da lagoa, com cenários de simulação de inundação; e (ii) a modelagem da qualidade da água das lagoas e rios adjacentes, demonstrando os efeitos dos diferentes cenários em relação à quantidade e qualidade de efluentes de águas residuais em diversos e possíveis corpos d'água receptores.
- 13. Características da Região de Lagoas do Norte. A Região de Lagoas do Norte compreende 13 bairros que abrangem uma área de cerca de 1.311 km.² Cerca de 100.000 pessoas vivem na área, cuja densidade populacional varia entre 200 habitantes por hectare na Vila São Francisco e 18 habitantes por hectare em Olarias. A Fase 1 do Projeto concentrou suas atividades em cinco bairros da Região de Lagoas do Norte: Matadouro, Parque Alvorada, São Joaquim, Olarias e Nova Brasília. A Fase 2 do Projeto concentra suas atividades em seis dos 13 bairros da região: Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Poti Velho, Olarias e São Joaquim (ver Mapa 2).
- 14. A região de Lagoas do Norte, localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, é altamente vulnerável do ponto de vista ambiental, em decorrência da combinação da: (i) alta incidência de deposição de sedimentos nos rios/lagoas; (ii) área grande, plana, baixa e propensa a inundações; (iii) solos arenosos e permeáveis; e (iv) corpos d'água grandes e rasos formando uma série de lagoas interligadas. A região costumava abrigar cerca de 34 lagoas formadas pelos "paleocanais" do rio Parnaíba, e a região da lagoa de Mocambinho formava um sistema de drenagem superficial independente. Hoje, no entanto, a maioria destas lagoas foi aterrada.
- 15. Impactos da estação chuvosa na área do Projeto. A estação chuvosa normalmente causa forte elevação do nível dos rios Parnaíba e Poti e a montante, principalmente entre fevereiro e abril, quando são frequentes as chuvas torrenciais. A região possui proteção parcial de dois diques o Boa Esperança construído em 1974² ao longo do rio Parnaíba; e o dique do Mocambinho³ construído ao longo do rio Poti após a enchente de 1985 (a mais grave já ocorrida). A proteção pelos diques e o rápido aumento populacional, levaram a uma expansão irregular da população na baixada delineada pelos diques. Apesar da proteção pelos diques, a região continua vulnerável ao aumento do nível da água, o que faz com que os rios transbordem e inundem a região dos sistemas de lagoas.
- 16. Além dos impactos pelas águas fluviais, a região também é vulnerável a riscos de inundação no interior. O sistema de drenagem na região das lagoas consiste de canais e cursos d'água que ligam as várias lagoas à lagoa de São Joaquim, e esta à lagoa de Oleiros, a partir da qual a água é escoada para o rio Parnaíba. As mesmas chuvas torrenciais que elevam os níveis dos rios também afetam e provocam o transbordamento das lagoas e dos canais entre as lagoas, que constitui a rota preferencial do fluxo de águas pluviais no sistema de drenagem (ver Mapa 3).

² Trata-se de dique aterrado com 4,6 km de comprimento e 5 m de altura (máximo), sem estudo ou projeto conhecido

³ Trata-se de dique aterrado com 4,7 km e 5 m de altura (máximo)

- 17. O desenvolvimento urbano não planejado ao longo de muitos anos afetou os sistemas de drenagem natural da Região de Lagoas do Norte e contribuiu de forma significativa para reduzir a capacidade das lagoas de absorver as inundações perenes. As 34 lagoas formavam um sistema de drenagem superficial interligado que em seu início foi capaz de absorver um volume expressivo de águas da chuva. Este sistema de drenagem natural também contava com canais que ligavam as lagoas e uma estação de bombeamento através da qual era bombeada a água para o rio Parnaíba. Hoje, no entanto, o aterramento da maioria destas lagoas levou à uma degradação substancial, reduzindo, portanto, sua capacidade de absorver, conter e canalizar a água da chuva. Tal fato afetou negativamente a segurança e a qualidade de vida da população local devido aos danos ocasionados pelas enchentes recorrentes e a grave contaminação das lagoas causada pelo escoamento descontrolado de efluentes e lixo.
- 18. Um grave problema enfrentado pelo Município de Teresina tem a ver com as enchentes recorrentes na Região de Lagoas do Norte, que frequentemente geram desastres ocasionados pelas inundações. Em 1995, fortes chuvas em um curto período de tempo elevaram o nível da água a 57 metros, ou 2 metros acima do nível máximo de água das lagoas, causando uma grande enchente que deixou cerca de 2000 famílias desabrigadas. Em 2005, o risco de recorrência de enchentes deste porte foi estimado em 1 a cada 16 anos. Enchentes desastrosas ocorreram novamente no início de 2004, deixando outras 3000 famílias desabrigadas e precisando de apoio do Município e remoção para moradias temporárias em abrigos públicos. As enchentes tornaram a ocorrer em 2009, 2018 e a mais recente em abril de 2019, quando fortes chuvas e o transbordamento dos rios na área do Projeto levaram o Município a declarar estado de emergência. Mais de 500 famílias foram afetadas na ocasião e três pessoas perderam a vida. Como resultado, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) solicitou apoio adicional para acelerar a implementação do Projeto, com base em solicitações de 140 famílias afetadas pelas enchentes.
- *19*. Para proteger os moradores locais das inundações recorrentes e melhorar sua qualidade da vida, o Projeto busca reabilitar e atualizar a infraestrutura de proteção contra enchentes. Isso inclui melhorar o sistema de drenagem, restaurando e preservando as lagoas, além de fortalecer e modernizar os diques, canais e aterros de Boa Esperança e Mocambinho. O topo do dique Boa Esperança e parte do dique Mocambinho são pavimentados e integrados à rede de trânsito da cidade, formando a Avenida Boa Esperança. Com o passar dos anos, invasões de vários tipos ocorreram no topo dos diques, e estima-se que cerca de 174 casas foram erguidas ilegalmente no topo e nos taludes do dique Boa Esperança. Tal fato constitui ameaça à integridade do dique e, por sua vez, compromete a segurança da população local de aproximadamente 100.000 pessoas da Região de Lagoas do Norte. Conforme exigido pela legislação ambiental brasileira, para proteger os corpos d'água e evitar as constantes invasões das lagoas recuperadas, o Projeto também apoia a reabilitação das APP - Áreas de Proteção Permanente, em faixas de até 30 metros de largura (a largura média das faixas na região do Projeto é de 10 metros) medidas a partir das lagoas em seu nível máximo, que varia entre 55-56 metros acima do nível do mar, como zona tampão na forma de parques lineares, para minimizar ainda mais as invasões. As demais atividades urbanas de melhoria, como as do sistema de saneamento, das unidades habitacionais e de mobilidade e integração urbanas também são apoiadas pelo Projeto para melhorar a qualidade vida da população local, bem como a qualidade das águas das lagoas.

⁴ Declara-se estado de emergência por decreto Municipal e em estreita consulta com a Defesa Civil, quando uma situação anormal causada por fatores adversos resulta em danos iminentes à saúde e aos serviços públicos para as populações vitimadas. Durante o estado de emergência e em resposta à situação de emergência, o Município poderá executar, excepcionalmente, os procedimentos de compras definidos pela legislação brasileira, podendo se habilitar a obter recursos adicionais dos fundos federais e estaduais.

§http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/teresina-chuva-atinge-mais-de-40-casas-e-deixa--tres-mortos

20. Obras civis que possam causar impactos por causa do reassentamento durante a Fase 2 do Projeto foram agrupadas em oito pacotes. Trata-se de: (i) Obra de Mocambinho, no bairro de Mocambinho e ligada à restauração da lagoa de Mocambinho, (ii) Obra de Matadouro, no bairro de Matadouro e ligada à reabilitação do canal de drenagem de Matadouro, (iii) Obra No. 1 no bairro de São Joaquim e vinculada à restauração das lagoas de São Joaquim, Mazerine, Oleiros e Piçarreira, (iv) Obra No. 2, no bairro de Mafrense e vinculada à restauração de Lagoa de Oleiros, (v) Obra No. 3, no bairro de São Joaquim e também vinculada à restauração da lagoa de Oleiros, (vi) Obra No. 4, nos bairros de Mafrense e Olarias e também vinculada à restauração da Lagoa Oleiros, (vii) Obra nº 5, no bairro de Mafrense, ligada à restauração da lagoa Piçarreira, (viii) e Obra No. 6, nos bairros de São Joaquim, Poti Velho e Olarias e ligada ao reforço dos diques Boa Esperança e Mocambinho. (Ver as áreas dos Projetos no Mapa 4).

IV. RESPOSTA DA GERÊNCIA

- 21. As reivindicações dos Solicitantes, juntamente com as respostas detalhadas da Gerência, constam do Anexo 1.
- 22. A Gerência entende as preocupações dos Solicitantes com relação aos potenciais impactos adversos, principalmente a necessidade de reassentar os moradores para recuperar a infraestrutura de proteção contra inundações da cidade. A Gerência deseja destacar que a cuidadosa e abrangente consideração de alternativas viáveis para o Projeto já resultou na redução significativa dos impactos adversos, inclusive a quantidade de pessoas por ele afetadas. Ademais, na opinião da Gerência, os possíveis impactos adversos do Projeto estão sendo minuciosamente estudados antes da realização dos investimentos e mitigados por meio do planejamento e dos instrumentos de gestão ambiental e social do Projeto, especialmente os Planos de Gestão Ambiental e Social (ESMPs) e os Planos de Ação do Reassentamento (RAPs). Juntamente com as várias alternativas técnicas consideradas, o processo de consulta realizado ao longo do ciclo do Projeto ajudou a reduzir ainda mais os possíveis impactos adversos. Todas as pessoas afetadas pelo Projeto e elegíveis para reassentamento por que suas propriedades serão afetadas, (ora estimadas em 997 propriedades, 6) terão três opções de indenização, de acordo com suas necessidades: (i) indenização em espécie; (ii) novas unidades habitacionais, ou (iii) reassentamento monitorado.⁷
- 23. A Gerência observa que as pessoas afetadas pelo Projeto que precisem ser reassentadas terão a opção de se mudar para casas melhores e mais seguras, e ter os direitos ao terreno mais garantidos. Os instrumentos de reassentamento do Projeto quanto à indenização das pessoas afetadas pelo Projeto vão além das exigências da política do Banco e das leis brasileiras. Ao mesmo tempo, a Gerência identificou partes dos instrumentos de reassentamento que requerem fortalecimento e que estão atualmente sendo revistos. Isto se refere principalmente à declaração e comunicação formais da data de corte da área da Fase 2 do Projeto, ⁸ que o Mutuário se comprometeu a realizar apenas recentemente. No entanto, a Gerência acredita que este lapso não tenha causado prejuízos às pessoas afetadas pelo Projeto, visto que a Gerência do Banco solicitou ao Mutuário e este concordou em garantir que todas as pessoas afetadas pelo Projeto, que se mudaram para a área do Projeto antes da data limite de 14 de outubro de 2019, sejam elegíveis para receber indenização caso precisem ser reassentadas, de acordo com a política do Banco.
- 24. A Gerência reconhece que talvez tenha havido limitações à eficácia das comunicações com os residentes locais sobre os beneficios do Projeto, bem como sobre seus impactos e riscos. Algumas das medidas de proteção contra enchentes a exemplo dos parques lineares para proteger as lagoas contra invasões, de forma que possam aumentar sua capacidade de escoamento durante as inundações parecem ter sido mal interpretadas pelos Solicitantes como melhorias puramente estéticas, recreativas e de urbanização, e portanto foram não foram bem aceitas por alguns dos moradores como a razão para a necessidade de reassentamento. Os solicitantes também parecem ter conhecimento limitado da regulamentação brasileira que requer a criação de zonas tampão para os corpos d'água. Da mesma forma, poderá haver uma percepção equivocada sobre o risco de

⁶ Estes números estão sujeitos a revisão, pois as plantas de algumas atividades do Projeto ainda estão sob análise de modo a reduzir ainda mais o número de famílias a serem reassentadas. O estabelecimento da data limite de 14 de outubro de 2019 também poderá levar a um ajuste do número à medida que o censo seja atualizado.

⁷ A opção preferida de indenização entre as famílias já reassentadas foi em espécie (73%), seguido pela aquisição monitorada da moradia (16%) e novas unidades habitacionais no Parque Brasil (11%).

⁸ O Projeto da Fase 1 usou instrumentos de reassentamento semelhantes, mediante os quais 493 famílias foram reassentadas sem problemas, conforme mostrado no relatório de avaliação independente sobre as ações de reassentamento realizadas na Fase 1 ("*Reassentamento involuntário na Área 1 - avaliação de resultados e impactos*" de setembro de 2011). O Projeto da Fase 2 usava como referência o censo de 2014 para o ponto de corte, mas não o anunciara efetivamente para as pessoas afetadas pelo Projeto.

inundação entre as famílias assentadas no topo dos diques que protegem a região de Lagoas do Norte de inundações. Estas parecem ter a falsa sensação de segurança contra possíveis inundações, e não percebem a necessidade de reabilitar os diques para resistir ao pico das inundações (como a de 1985, cujo prazo de reincidência estimado atualmente é inferior a 100 anos). Ademais, algumas famílias que ocupam as margens dos rios Parnaíba e Poti podem não estar cientes de que suas casas impedem o fluxo normal dos rios durante as inundações. Desde 2014, o Projeto realizou mais de 60 audiências públicas, reuniões e apresentações com as comunidades afetadas e demais partes interessadas em diferentes bairros, para explicar e esclarecer as medidas de proteção contra enchentes do Projeto, que visam beneficiar todos os moradores de Lagoas do Norte. Entre 2016 e 2018, foram realizadas 87 atividades gerais de consulta à comunidade, incluindo 25 reuniões comunitárias e 25 oficinas sobre os aspectos ambientais do Projeto. As respostas das consultas foram levadas em conta na elaboração e revisão das alternativas para o Projeto. A Gerência continuará trabalhando com a UGP para garantir a divulgação de informações factuais e precisas sobre o projeto, bem como seus impactos e riscos, de modo que sejam facilmente compreensíveis pelos usuários, relevantes para as comunidades locais e que reduzam mal-entendidos e percepções errôneas.

- 25. A Gerência reconhece o desejo dos Solicitantes de permanecer em sua localização atual. O Projeto deu a devida atenção a possíveis soluções alternativas para lidar com o risco de inundação, a fim de reduzir sua pegada, o que já levou a uma redução significativa no número de famílias que necessitam ser reassentadas para as atividades da Fase 2 do Projeto. O Projeto tem o compromisso de revisar as atividades pendentes para garantir se é viável reduzir ainda mais o número de famílias a serem reassentadas.
- 26. No entanto, algumas das principais atividades do Projeto exigirão a remoção de casas e estruturas construídas em áreas de risco e de maneira a comprometer o sistema de drenagem e proteção contra inundações da cidade, colocando assim os moradores destas e de outras casas em risco de inundação. Dessa forma, embora a preocupação e preferência dos Solicitantes em permanecer no local sejam consideradas, isto não será viável em todos os locais. A Gerência considera que esta preocupação ilustra os desafios e as compensações de apoiar o desenvolvimento de infraestrutura básica e eficaz de proteção contra enchentes em um ambiente urbano. Este é especialmente o caso dos componentes de infraestrutura que requerem um lugar específico para funcionar e que não podem ser levados para fora da cidade ou para longe das residências, e que às vezes pode competir com as preferências de determinados residentes. A Gerência observa que os Solicitantes alegam que existem "outras soluções possíveis para o Projeto que lhes permitiriam permanecer em seu local atual;" no entanto, nem a Solicitação nem os Solicitantes apresentaram alternativas viáveis que atendessem aos objetivos do Projeto.

Questões Específicas Suscitadas na Solicitação

- (i) Alternativas do projeto para proteção contra enchentes consideradas
- 27. Alternativas viáveis de soluções para o Projeto para minimizar o reassentamento sem comprometer a segurança da população foram e continuam sendo consideradas. As plantas de sete das oito obras civis da Fase 2 do Projeto estão sendo elaboradas com base nos resultados dos estudos hidrológicos e hidráulicos de todo o sistema de drenagem da Região de Lagoas do Norte, o que determinou o nível ideal da água nas lagoas (entre 55-56 metros acima do nível do mar) levando-se em conta (i) considerações sociais e ambientais (inclusive a qualidade da água),

⁹ Em decorrência das revisões das soluções e prioridades do Projeto e após consultas com as pessoas afetadas pelo Projeto, reduziu-se a quantidade estimada de imóveis afetados pelo reassentamento na Fase 2 do Projeto, de 1730 (em 2014) para 997 (em 2019). Encontra-se em andamento a análise mais aprofundada das opções do Projeto, para determinar se poderá ser reduzida ainda mais a quantidade imóveis afetados.

- (ii) O funcionamento das lagoas e (iii) a criação de uma área tampão capaz de absorver inundações com período de reincidência de 25 anos. ¹⁰ Com base nas simulações hidrológicas e hidráulicas dos cenários de inundação, determinou-se que manutenção do nível de 55 metros na lagoa de Oleiros era o cenário operacional mais adequado, visto que o mesmo minimizaria a necessidade de reassentamento nas margens da lagoa e permitiria maximizar o nível de água antes do início da estação seca.
- 28. Conforme demonstrado na ESIA, duas alternativas distintas também foram analisadas para a definição da APP em torno das lagoas. A alternativa que passou a ser adotada reduziu de forma significativa a necessidade de realocar as pessoas afetadas pelo Projeto, estimadas à época da presente análise em: 763 imóveis afetados e outras 131 parcialmente afetados, em vez de 1214 imóveis totalmente afetados e 65 parcialmente afetados pela outra alternativa.
- 29. A análise de alternativas para a planta para as obras civis de reforço dos diques Boa Esperança e Mocambinho (Obra no. 6) encontra-se em andamento. Considerando a importância crítica da operação e manutenção dos diques Boa Esperança e Mocambinho para o Projeto, foi criada em 2005 a Comissão independente de especialistas em segurança de barragens (CdE), durante a preparação da Fase 1 do Projeto, para avaliação da estabilidade e segurança destes diques (em conformidade com a OP/BP 4.37 sobre Segurança de Barragens. 11 A CdE visitou o local em janeiro de 2006 e examinou o estado e a inclinação dos taludes dos diques, recomendando a remoção das casas construídas no topo do dique Boa Esperança, entre o dique e o rio, a recuperação dos diques para fazer face à inundação a cada 100 anos, a construção de bordo livre e realização de levantamento topo-batimétrico, entre outras medidas necessárias. 12
- 30. Durante a preparação da Fase 2 do Projeto, estabeleceu-se em 2015 uma nova CdE para revisar e atualizar a avaliação de segurança realizada durante a Fase 1 do Projeto à luz dos eventos ocorridos desde 2006 (a exemplo das inundações de 2008 nos rios Parnaíba e Poti, a adoção do plano diretor de drenagem urbana de Teresina, o aumento da capacidade de bombeamento da estação Boa Esperança, bem como a avaliação de risco dos diques em 2015, realizada pelo Serviço Geológico do Brasil), ¹³ e levando-se em conta uma proposta de ampliação da Avenida Boa Esperança. A CdE concluiu sua avaliação em fevereiro de 2016, e seu relatório de 2015/2016 também concluiu que as moradias e demais estruturas construídas no topo e nos taludes dos diques representavam risco de possíveis danos à sua integridade. ¹⁴

¹⁰ Para maiores detalhes sobre (ii) e (iii), consulte o ESIA, Banco Mundial. 2015. Sumário Executivo em Inglês - Avaliação Ambiental para Financiamento Adicional no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/338591468214488807/pdf/942700BR0P14680OUO0900SecM 201500038.pdf ¹¹ A OP 4.37 foi acionada porque as obras de drenagem financiadas pelo Projeto da Fase 1 dependiam do bom funcionamento dos diques.

¹² Município de Teresina. 2006. *Relatório Final da Primeira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens*. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Segurança-2006.pdf

¹³ Serviços Geológicos do Brasil. 2015. *Mapeamento das Áreas de Risco e Desastres Naturais - Avenida Boa Esperança entre a Rua Minas Gerais e o Restaurante Pesqueirinho*. Ministério das Minas e Energia. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/ESTUDO_CPRM_Detalhamento-Poligonal.pdf.

¹⁴ Município de Teresina. 2016. Relatório Final da Segunda Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2016.pdf

Figura 1. Casas no Topo do Dique Boa Esperança constatadas pela Revisão da CdE em 2015/2016





- 31. A pedido do MPE Ministério Público do Estado, entre 2017 e 2018, a mesma CdE realizou uma segunda revisão para avaliar as possíveis alternativas sugeridas pela comunidade, ou seja, a ampliação da Avenida Boa Esperança e a mudança do eixo do dique para mais perto das margens do rio Parnaíba de modo a evitar a remoção de casas, e assim produziu outro relatório. O relatório 2017/2018 determinou que, para fins de manutenção da segurança e da estabilidade geotécnica do dique, a ocupação da parte externa do dique Boa Esperança (entre o dique e o rio Parnaíba) representava alto risco à integridade estrutural e segurança do mesmo e, por este motivo, os moradores desta área deveriam ser transferidos. A CdE também concluiu que a alternativa de mudar o eixo do dique para evitar a remoção de casas não era viável, devido às dificuldades com relação aos paleocanais ao longo da margem esquerda do rio Parnaíba assim como os elevados custos de investimento e manutenção.
- 32. A revisão 2017/2018 da CdE também constatou que o dique Boa Esperança não estava de acordo com os critérios de segurança¹⁷ devido às intervenções existentes nos taludes, a exemplo da construção de fundações para sustentar casas e estabelecimentos comerciais, perfuração de poços de abastecimento d'água e escavação de fossas de saneamento. (Ver Figuras 2 e 3.) Ademais, a CdE recomendou a elevação do bordo livre do dique Boa Esperança em 1 metro acima da marca d'água de 1985 para fazer frente ao pico de inundação equivalente ao de 100 anos.

¹⁵ Município de Teresina. 2017. *Parte 1 do Relatório da Terceira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens*. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2017.pdf

¹⁶ Município de Teresina. 2018. *Parte 2 do Relatório da Terceira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens*. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2018.pdf.

¹⁷ Diretrizes nacionais e internacionais para a segurança de barragens, inclusive critérios hidrológicos hidráulicos e geotécnicos.

Figura 2. Fundação de Casa Construída no Talude Virado para o Rio do Dique Boa Esperança constatada pela Revisão da CdE de 2017/2018



Figura 3. Poço artesiano e Árvores no Talude Virado para o Rio do Dique Boa Esperança constatadas pela Revisão da CdE de 2017/2018



33. Em fevereiro de 2019, durante missão de supervisão do Banco, foram abordados dois cursos de ação com o Município: prosseguir com a recuperação do dique conforme as recomendações da CdE, inclusive o reassentamento de famílias; ou realizar estudos complementares para analisar outras alternativas para reabilitar o dique e aumentar a segurança,

visando minimizar o reassentamento. O município optou pelo segundo curso de ação. Atualmente uma empresa de consultoria contratada pelo Mutuário está analisando alternativas com base em novas pesquisas / avaliações a serem realizadas para minimizar ainda mais as necessidades de reassentamento, sempre que viável, e garantir a segurança da população local. Esta análise será concluída até o final de dezembro de 2019 e serão realizadas consultas com as comunidades. Ademais, o Projeto incluirá a introdução de medidas não estruturais para minimizar os riscos à população, como um sistema de alerta precoce e plano de ação de emergência.

(ii) Opções de reassentamento para os moradores

- 34. Todas as pessoas elegíveis e afetadas pelo Projeto que precisem ser reassentadas independentemente de sua situação legal como proprietários ou posseiros do terreno, terão três opções de indenização entre as quais escolher, de acordo com suas necessidades: (i) indenização em espécie; (ii) novas unidades habitacionais, ou (iii) reassentamento monitorado.
- 35. Todas as pessoas afetadas pelo Projeto poderão escolher a opção de reassentamento que lhes permita permanecer na mesma área, podendo assim preservar os laços sociais existentes. Embora algumas pessoas afetadas pelo Projeto precisem ser reassentadas por razões de segurança não podendo permanecer em seu atual local de residência, o Projeto oferece a opção (reassentamento monitorado) de permanecer na mesma região, ao optar por se mudar para uma casa próxima, mas sem risco, a ser adquirida pelo Projeto. Nesta opção, a família procurará nova moradia no mercado imobiliário, com incentivo financeiro (parcela em dinheiro para a compra de outro imóvel, que será adquirido pela UGP em nome da pessoa afetada pelo Projeto e depois registrado em seu nome). O Projeto identificou 200 casas disponíveis para venda em áreas próximas, dentro do valor máximo do reassentamento monitorado.
- 36. As pessoas afetadas pelo projeto também poderão optar por se mudar para unidades habitacionais em construção em um complexo residencial de nome Parque Brasil. O município de Teresina está construindo cerca de 1022 unidades habitacionais de cerca de 45 m², onde haverá casas unifamiliares (350 unidades, das quais 100 serão modificadas para incluir uma área para atividades comerciais) e apartamentos (672 unidades), localizadas a cerca de 4 km ao norte da Região de Lagoas do Norte, onde haverá todos os serviços públicos (a exemplo de drenagem, abastecimento de água, saneamento e energia). As obras estão em andamento e o Parque Brasil deverá ser concluído até março de 2020. Infraestrutura e serviços em geral, tais como educação, saúde e transporte coletivo, estão disponíveis regularmente no bairro. Para as famílias que optarem por se mudar para o Parque Brasil, o Projeto garante oportunidades para preservar e promover redes familiares e sociais por meio da construção de centros comunitários, espaços de lazer e locais de culto, entre outros. A equipe do Banco visitou o canteiro de obras várias vezes; a visita mais recente foi em setembro de 2019 (ver fotos abaixo e no Anexo 4).

Figura 4. Construção em Curso de Casas para Reassentamento no Parque Brasil





37. As pessoas afetadas que forem reassentadas pelo Projeto se mudarão para casas melhores e mais seguras, e terão a posse mais garantida do terreno. Conforme afirmado acima, os instrumentos de reassentamento do Projeto indenizam as pessoas afetadas acima do exigido pela política do Banco e pela legislação brasileira. Os proprietários serão indenizados pelo custo total de substituição de seus imóveis inclusive benfeitorias. Os invasores (pessoas sem direito lícito e comprovado ou que reivindicam a terra que ocupam) receberão indenização equivalente a 70% do valor dessas terras e o custo total da substituição dos bens e benfeitorias perdidos. Os locatários terão direito à assistência reassentamento por um prazo de 12 meses. Em benefício dos mais vulneráveis, o programa de direitos também dispõe que as pessoas afetadas pelo Projeto (proprietários e posseiros) cujos valores de bens sejam inferiores ao limite de BRL77.000 (US\$ 18.780) poderão optar entre indenização em espécie pelo valor real de seus bens, o reassentamento monitorado nas casas que escolherem até este valor limite (com o registro em seu nome) ou uma nova unidade habitacional em seu nome no Parque Brasil. Todas as pessoas afetadas pelo Projeto também receberão transporte gratuito dos móveis, bens e todos os materiais reutilizáveis e recuperados da demolição de suas casas para outras casas.

- 38. De acordo com a política do Banco, o Projeto considerou impactos sociais, ambientais e econômicos no desenvolvimento do programa de reassentamento e formas de sustento. Após a OP / BP 4.12, o Arcabouço da Política de Reassentamento do Projeto (RPF) e os RAPs posteriores foram baseados nos princípios de que: (i) seriam oferecidas diversas alternativas indenizatórias e economicamente adequadas (conforme consta das Reivindicações 1 e 15 no Anexo 1); e (ii) as famílias que tiverem suas atividades produtivas interrompidas ou reduzidas em decorrência dos impactos relacionados ao Projeto seriam indenizadas no valor total para compensação pelas perdas, a fim de lhes permitir reconstruir suas vidas no menor prazo possível.
- 39. O Projeto também apoia atividades de geração de emprego e renda voltadas tanto para as famílias afetadas pelo reassentamento quanto para a população beneficiária das áreas de intervenção diretas pelo Projeto. Os RAPs preveem a elaboração de um Projeto de Trabalho Social (PTS) em apoio à integração das famílias reassentadas, permitindo-lhes reconstruir os laços familiares e comunitários, bem como a capacidade de geração de renda. O Projeto inclui esforços para apoiar as pessoas em ocupações tradicionais, tais como cerâmica, pesca e pequenos sítios/hortas. O Projeto também custeou uma série de atividades de apoio, como o treinamento profissional, e em decorrência diversas pessoas afetadas pelo Projeto aprenderam novas habilidades e iniciaram novos negócios.
- 40. A Gerência reconhece que alguns dos instrumentos de reassentamento do Projeto não estavam totalmente de acordo com as exigências das políticas do Banco e necessitavam atualização e reforço, o que está sendo atualmente feito. Tais lapsos se referem principalmente à ausência de declaração e comunicação formais da data de corte da área da Fase 2 do Projeto, que o Mutuário se comprometeu a realizar apenas recentemente. Juntamente com a data limite, os RAPs revisados também incluirão (i) informações sobre a atualização do censo; (ii) descrição detalhada do sistema GRM; (iii) melhor justificativa para o reassentamento e arcabouço legal; (iv) explicação detalhada da metodologia padronizada de avaliação de bens; e (v) melhor reflexo das respostas recebidas a partir do processo de consulta. A Gerência, no entanto, acredita que estas fraquezas não causaram prejuízo às pessoas afetadas pelo Projeto, pois todas estas pessoas que se mudaram para a região do Projeto antes da data limite de 14 de outubro de 2019, são elegíveis para a indenização caso precisem ser reassentadas.
 - (iii) <u>Demolição de estruturas clandestinas novas e desocupadas na região do Projeto.</u>
- 41. Em setembro de 2019 o Mutuário informou à Gerência que em agosto de 2019 a Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) do Município paralisou as obras de construção clandestinas de 15 novas estruturas desocupadas na região da Vila Apolônia, no bairro de Olarias, tendo a demolição sido feita com apoio policial. As estruturas encontravam-se em terrenos públicos dentro da APP e/ou em áreas com risco de inundação. O Mutuário explicou que esta intervenção foi baseada nas leis municipais pertinentes. Conforme as informações prestadas pelo Mutuário ao Banco, nenhuma casa ocupada foi demolida, não houve despejo nem confronto físico. ¹⁸

_

¹⁸ Durante a implementação da Fase 2 do Projeto, não se constatou nenhum caso de despejo.

- 42. Ao tomar ciência da demolição das estruturas clandestinas, a Gerência exigiu a suspensão imediata pelo Município de todas as intervenções do gênero na região do Projeto até que fosse estabelecida e divulgada a data de corte. O município concordou, e a data limite foi divulgada na região do Projeto em 14 de outubro de 2019. A demolição destas estruturas está atualmente em revisão pelo Mutuário, e medidas e procedimentos corretivos serão adotados, consoante os requisitos das políticas de salvaguarda do Banco. As pessoas afetadas pelo Projeto cobertas pelo RAP terão direito à indenização, inclusive por suas estruturas. O Banco expressou preocupação com o risco de novas invasões na área do Projeto e, neste sentido, recomendou ao Mutuário que adote medidas preventivas para evitar novas invasões, tais como a colocação de cartazes nas áreas afetadas. O Mutuário confirmou à Gerência que não houve demolição de outras estruturas e nem outros despejos. A Gerência intensificará a supervisão para reconfirmar tal fato.
- 43. A Gerência foi informada pela UGP que, em 18 de outubro de 2019, um grupo de indivíduos ingressou em uma das áreas do Projeto (bairro Mafrense no local da Obra no. 2), supostamente carregando materiais de construção que foram entregues em caminhões. Este incidente ocorreu após a data limite da RAP de 14 de outubro de 2019, que a UGP informou ter sido amplamente divulgada por meio de cartazes colocados na região e mediante comunicação verbal e por escrito às famílias locais. Os cartazes colocados afirmam que toda invasão na região após a definição da data limite não seria permitida ou elegível para indenização no âmbito do Projeto financiado pelo Banco. A Gerência solicitou à UGP documentar e coletar informações sobre o incidente e demais ocorrências relevantes nas áreas do Projeto após a data limite do RAP, de forma que a UGP possa manter o Banco informado e enviar relatório detalhado e por escrito até 1º de novembro de 2019. A Gerência também recomendou ao Município consultar o Banco antes de tomar qualquer iniciativa na área do Projeto. Um integrante da equipe do Banco irá até a região do Projeto na semana de 20 de outubro de 2019 para verificar as informações no local.

(iv) Consultas e divulgação

- 44. Houve inúmeras consultas e atividades de engajamento com as partes interessadas durante o planejamento e implementação do Projeto. Os documentos de salvaguarda foram devidamente divulgados para a Fase 2 do Projeto. A resposta a estas consultas levou à contratação de estudos complementares que forneceram dados técnicos para o planejamento do Projeto de forma a reduzir o reassentamento involuntário, reforçar o mecanismo de solução de reclamações (GRM) e oferecer importantes benefícios sociais e culturais às pessoas afetadas pelo Projeto.
- 45. As consultas sobre a Avaliação de Impacto Ambiental e Social (ESIA) e o RPF para a Fase 2 do Projeto começaram em outubro de 2014 e estão em andamento. Tais consultas englobaram potenciais impactos ambientais e sociais e como eles serão mitigados por meio de instrumentos abrangentes, como o Plano de Gestão Ambiental e Social (ESMP), os RAPs e estudos suplementares, a exemplo do Estudo Antropológico encomendado em 2017.
- 46. Neste sentido, desde 2014 foram realizadas mais de 60 audiências públicas, reuniões e apresentações com as comunidades afetadas e demais partes interessadas. Entre 2016 e 2018, foram realizadas 87 atividades gerais de consulta à comunidade, incluindo 25 reuniões comunitárias e 25 oficinas sobre aspectos ambientais do Projeto. Tais reuniões de consulta fomentaram a participação da comunidade e visaram estabelecer e manter um diálogo com os integrantes da comunidade para permitir às pessoas afetadas pelo Projeto oportunidade de se manifestar e levantar possíveis dúvidas sobre as atividades que as afetam, bem como seus benefícios. As mesmas também permitiram melhorias no processo de reassentamento, como a introdução da função de mediação durante as negociações com a Unidade de Projeto Social (UPS) na UGP do Projeto em relação à escolha da opção de indenização.

- 47. Aspectos culturais foram levados em consideração diante do resultado das consultas. São muitas as evidências de que as consultas promoveram um diálogo entre as partes ao longo dos anos. Por exemplo, nas consultas com a comunidade a Fase 2 do Projeto apoiou a planta e construção da Praça dos Orixás (espaço urbano temático, baseado nas tradições e religiões afrobrasileiras). A planta definitiva para esta Praça foi selecionada por um comitê formado por seis representantes (um do município e cinco dos grupos afro-brasileiros). As consultas durante o processo de aprovação ambiental da Fase 2 do Projeto também levaram à elaboração do Estudo Antropológico, que identificou 480 grupos tradicionais e religiosos afro-brasileiros na cidade e 210 na área do Projeto, e foi levado em conta durante a implementação do Projeto. Ademais, as consultas resultaram em trabalho técnico adicional que resultou na redução do reassentamento (por exemplo, por que uma estrada não foi ampliada ou as pessoas afetadas pelo Projeto em alguns locais poderiam permanecer com segurança no local próximo às lagoas), melhorias no GRM, restauração de meios de sustento e principais benefícios sociais e culturais.
- 48. As questões culturais foram levadas em conta na criação e implementação do Projeto. O Estudo Antropológico, além de identificar atividades culturais e grupos tradicionais na área do Projeto, avaliou potenciais impactos positivos e negativos das atividades da Fase 2 do Projeto sobre as tradições culturais, incluindo impactos adversos às moradias que servem de locais de culto para as religiões afro-brasileiras. Nesse sentido, os relatórios ESIA e a RPF/RAPs afirmam que, quando as casas de culto das religiões afro-brasileiras precisarem ser demolidas, o Projeto as substituirá. Até o momento, duas casas de culto para as religiões afro-brasileiras foram reassentadas. O Estudo Antropológico também recomenda um plano de ação gerencial em conformidade com a legislação brasileira sobre o patrimônio cultural. Este plano de ação está em implementação pela UGP.
- 49. O projeto contempla a implementação de múltiplas atividades, levando-se em consideração as características sociais, econômicas e ambientais da comunidade. Além do Estudo Antropológico de 2018, o Projeto apoiou atividades tais como: (i) fortalecimento de associações comunitárias e organizações da sociedade civil para melhorar o acesso das famílias aos programas sociais; (ii) promoção da educação ambiental e sanitária; (iii) criação de empregos e estabelecimento de programas de geração de renda, incluindo apoio ao microempreendedorismo. Outras atividades incluem: (a) revitalização do Teatro Boi (o Boi é considerado importante manifestação cultural/popular) na área do Projeto; (b) atividades de empreendedorismo voltadas para mulheres e jovens; e (c) apoio a propostas da comunidade para prevenção de crimes e violência, entre outros.
- 50. A Gerência observa que em novembro de 2014 um grupo de pessoas Atingidos pelo Lagoas do Norte queixaram-se na mídia sobre as possíveis medidas de reassentamento involuntário durante a Fase 2 do Projeto, devido às obras propostas para alargar a Avenida Boa Esperança. O Banco respondeu com uma missão de supervisão, recomendando à UGP um plano de ação para realizar estudos técnicos adicionais e outra avaliação da segurança do dique por uma CdE, além de melhorar a comunicação e o engajamento, a fim de esclarecer à população que a necessidade de reassentamento estava ligada à segurança do dique e não à ampliação da estrada. A UGP ainda avalia alternativas para melhorar a segurança do dique Boa Esperança (Obra no. 6), minimizando as necessidades de reassentamento, sendo que o alargamento da Avenida Boa Esperança não está mais em consideração para a Fase 2 do Projeto. A viabilidade de possíveis alternativas para melhorar a segurança do dique Boa Esperança estará sujeita a consultas suplementares.
- 51. Divulgação dos RAPs. No âmbito da Fase 2 do Projeto, estão previstos oito RAPs no total, sendo que cinco estão concluídos; um foi submetido à não-objeção do Banco e dois estão sem elaboração. As minutas dos RAPs foram compartilhadas com as pessoas afetadas pelo Projeto antes das consultas públicas, sendo que as versões finais também foram divulgadas. Até o momento, cinco RAPs elaborados no âmbito da Fase 2 do Projeto foram divulgados no site externo do Banco

Mundial e na página do Projeto no país (https://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoas-do-norte/). Exemplares impressos dos cinco RAPs finais estão disponíveis na sede da Prefeitura. Foram distribuídos folhetos com informações sobre o Projeto durante as consultas, distribuídas de porta em porta nas áreas de intervenções do Projeto e divulgados na página do Projeto na Internet. (Ver no Anexo 2 detalhes dos RAPs).

- 52. Engajamento das partes interessadas com o Projeto. De acordo com a estratégia de engajamento com as partes interessadas no Projeto, são realizados encontros em cada área de trabalho nas fases de preparo e planejamento. Estes incluem audiências públicas com as comunidades locais afetadas e reuniões e apresentações técnicas para apresentar o Projeto, descrever os instrumentos de salvaguarda e tratar de questões e preocupações. Antes do início das obras, no momento da implementação dos RAPs, a equipe da UPS se ocupa das famílias afetadas, realizando reuniões com cada uma, reuniões em grupo, visitas ao local, reuniões de negociações e visitas guiadas às novas casas para pessoas deslocadas, entre outras.
- 53. As equipes da UPS atuam em cada uma das áreas afetadas pelo Projeto. Elas são responsáveis por: tratar do processo de reassentamento com as pessoas afetadas (reuniões individuais com as famílias, inclusive negociações); oferecer aos integrantes da comunidade afetados um canal para solução de reclamações e esclarecimento de dúvidas; ajudar a comunidade a se organizar; e, em geral, trabalhar com a comunidade na promoção da melhor compreensão do Projeto, seus impactos e as medidas de mitigação e indenização às quais têm direito as pessoas por ele afetadas.
- 54. As comunidades são representadas por um Comitê de Engajamento do Cidadão, conhecido localmente como Comitê de Mobilização ("Comitê"), cuja criação foi apoiada pela equipe da UPS. Constitui-se o referido Comitê de Mobilização representantes de 17 organizações comunitárias, representando 13 bairros. O mesmo é responsável por: mobilização da comunidade; apoio à divulgação de informações sobre o Projeto e os interesses das comunidades afetadas; representação dos interesses e dúvidas dos moradores; monitoramento da implementação do Projeto; garantia de que as reuniões com os residentes sejam realizadas com frequência, garantindo o engajamento e a participação das pessoas e comunidades nas atividades do Projeto. Os membros do Comitê são eleitos anualmente por suas respectivas comunidades, sendo que o Comitê de Mobilização se reúne mensalmente. A participação nestas reuniões é aberta a todos os moradores. O Comitê realiza inspeções nas áreas do Projeto uma vez por mês. Durante estas visitas, o Comitê de Mobilização também ouve dúvidas e reúne reclamações, se houver, de integrantes da comunidade, reportandose à UGP por escrito sobre suas conclusões e propondo soluções e atividades que considera relevantes para as comunidades.
- 55. Outros canais de comunicação abertos para a comunidade são as audiências municipais; o aplicativo de telefone GRM (COLAB); a página do Projeto no Facebook; e os números de WhatsApp da UGP (em especial do especialista em comunicação) e dos membros da equipe da UPS. Desde a criação do COLAB em 2017, foram feitas 18.279 reclamações em todo o município. Do total de reclamações, apenas nove diziam respeito ao Projeto. As reclamações sobre o Projeto tratavam da falta de manutenção da infraestrutura pública e incidentes de trânsito na região do Parque Lagoas do Norte, as quais foram resolvidas.
- **56. Implementação dos RAPs.** Uma vez finalizados os Projetos e elaborados os RAPs, a UGP, apoiada pela UPS, convoca a população afetada para reuniões de grupo. Reuniões individuais são então realizadas para iniciar negociações sobre o pacote de indenização. Uma vez que a família tenha escolhido uma das três formas de indenização disponíveis para a Fase 2 do Projeto, o processo

¹⁹ São estes os RAPs para: Mocambinho, divulgado em 30 de março de 2017; Canal do Matadouro, divulgado em 12 de julho de 2017; Obras no. 2 (Mafrense, Rua Manoel de Aguiar Filho Trecho 2), divulgada em 11 de fevereiro de 2019; Obras no. 1 (São Joaquim), divulgada em 25 de fevereiro de 2019; e Obras no. 3 (Porção Sudoeste da Lagoa dos Oleiros), divulgada em 23 de setembro de 2019.

segue para o Procurador-Geral do Município para liberação e conclusão. Com base nas lições aprendidas na Fase 1 do Projeto, a UGP convoca reuniões por fases, por seções de obra, e com três grupos distintos para cada seção: (i) as pessoas cujos bens serão totalmente afetados; (ii) as pessoas cujos bens serão parcialmente afetados; e (iii) as pessoas cujos bens foram registrados, porém devido a melhorias nas plantas do Projeto, não serão afetados. Após esta fase inicial, são organizadas reuniões com cada família para iniciar negociações com as pessoas parcial e totalmente afetadas.²⁰

- 57. O engajamento com as pessoas afetadas pelo Projeto por meio de rodadas de informações sobre seus direitos, alternativas de indenização disponíveis e negociação leva em média três meses antes que seja alcançado um acordo. As pessoas afetadas pelo Projeto trouxeram lideranças comunitárias e advogados para as negociações. Por exemplo, na implementação do RAP para Matadouro na Fase 2 do Projeto, a Ordem dos Advogados do Brasil, ou OAB, filial do Piauí) se envolveu como Câmara de Mediação e Arbitragem, sendo contratada pelo Projeto para apoiar as pessoas afetadas pelo Projeto na negociação.
- 58. A Gerência acredita que os RAPs foram devidamente consultados e divulgados às pessoas afetadas pelo Projeto. No entanto, a Gerência observa que, conforme manifestado pelos representantes dos Solicitantes durante a reunião com a missão de supervisão do Banco em setembro, o Comitê de Engajamento do Cidadão e a UGP, as comunicações com as pessoas afetadas pelo Projeto poderiam se beneficiar de diversas melhorias. A equipe do Banco recomendou, portanto, que o Projeto: (i) reforce ainda mais a qualidade da consulta e a comunicação; e (ii) melhore ainda mais a divulgação de informações sobre o Projeto (ver parágrafo 63 a seguir).

Interações com os Solicitantes e demais pessoas afetadas pelo Projeto

- 59. Interação com os Solicitantes. Em 9 de setembro de 2019, a equipe do Banco juntamente com a UGP se reuniu com os Solicitantes e representantes do MPE, a DPU Defensoria Pública da União no Piauí e a DPE Defensoria Pública do Estado do Piauí, para entender suas reclamações e preocupações. Após a reunião, foram assinadas atas e agendada reunião de acompanhamento, para dar à UGP a oportunidade de abordar as questões suscitadas.
- 60. Durante uma missão de alto nível realizada em Teresina, de 17 a 20 de setembro de 2019, o Banco participou da reunião de acompanhamento agendada pela UGP com os representantes dos Solicitantes, da DPU e da DPE, e de outras reuniões com o MPE e a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina. Na reunião de acompanhamento, a UGP teve a oportunidade de esclarecer muitas das preocupações levantadas em relação aos motivos para o reassentamento involuntário; as alternativas que estavam sendo consideradas para reforçar o dique Boa Esperança; o processo adotado na formulação dos RAPs, incluindo consultas; critérios de elegibilidade para indenização segundo o RAP para os moradores estabelecidos na área após o censo inicial de 2014; e a situação da construção do complexo habitacional Parque Brasil, entre outros. Os participantes demonstraram satisfação com as explicações fornecidas pela UGP, contudo suscitaram preocupações com as demolições na área do Projeto, a necessidade de apoio às pessoas afetadas pelo Projeto na negociação das opções de reassentamento, a falta de informações sobre o Projeto, assim como a impressão de que foi dada pouca atenção ao patrimônio cultural²¹ na planta do Projeto

²⁰ Em 5 de setembro de 2019, 177 imóveis foram reassentados, totalizando 301 famílias

__

²¹ Os solicitantes afirmam que o desenho do Projeto é focado no turismo e não integra aspectos culturais locais; enfatizaram ainda a necessidade de realizar estudos sobre as comunidades, em especial as comunidades tradicionais antes da elaboração do Projeto. Também mencionaram um novo estudo antropológico que compartilhariam com a autoridade do Projeto.

e solicitaram a criação de um comitê técnico multidisciplinar para analisar o andamento do Projeto.

- 61. Interação com pessoas afetadas pelo Projeto. A equipe do Banco se reuniu com duas famílias reassentadas pelo Projeto. Uma família selecionou a opção de reassentamento monitorado, a outra família optou pela indenização em espécie. Durante estas interações, a equipe do Banco pôde confirmar que o Projeto realmente está melhorando as condições de vida das famílias vulneráveis que não possuíam segurança de posse (título) de suas habitações anteriores e cujos bens tinham baixo valor pecuniário, oferecendo-lhes a oportunidade de possuir uma casa com melhores condições do que anteriormente.
- 62. O Banco também conheceu diversas pessoas afetadas pelo Projeto que viviam nas margens da lagoa de Oleiros, sujeita a inundações durante a estação chuvosa. Tais pessoas afetadas pelo Projeto solicitam a reinstalação antes da próxima estação chuvosa, temendo por sua segurança. Durante a visita, o Banco também dialogou com uma pessoa afetada pelo Projeto que costumava produzir tijolos/cerâmica com argila da lagoa e que recebeu treinamento profissional patrocinado pelo Projeto, para ter uma fonte alternativa de subsistência menos prejudicial aos ecossistemas da lagoa bem como à saúde das comunidades. Tal treinamento permitiu que a mesma abrisse seu próprio salão de cabeleireiro.

Ações em Andamento

- 63. Com base nas conversas com a comunidade e a UGP, foram iniciadas as seguintes iniciativas para tratar das dúvidas apresentadas na Solicitação. Tais ações foram debatidas e acordadas com o Mutuário:
- Ação 1: Concluir a atualização do censo e divulgar informações sobre a data de corte até 20 de novembro de 2019. Isso inclui: (i) estabelecer data limite de 14 de outubro de 2019; (ii) preparar e colocar cartazes a serem afixados na área do Projeto para transmitir a seguinte mensagem em português:²² "O Projeto está finalizando o processo do censo para as pessoas que serão afetadas pelas obras: as pessoas estabelecidas na área após 14 de outubro de 2019 não serão elegíveis para indenização, e toda pessoa que acredite ser elegível para receber os beneficios do reassentamento poderá levar suas reclamações/reivindicações aos canais do Mecanismo de solução de reclamações do Projeto" e entregar a mensagem de porta em porta; (iii) registrar casas com imagens/lacres e fornecer o lacre de registro para todas as "ocupações consolidadas"²³ na área do Projeto para os imóveis ainda não registrados nos RAPs; (iv) divulgar informações sobre a conclusão do processo de atualização do censo; e (v) após a conclusão do registro no censo, divulgar a relação de todas as propriedades lacradas (nomes redigidos) cujas famílias são elegíveis aos registros no âmbito do Projeto, de acordo com os RAPs publicados no Diário Oficial do Município. Andamento: O Mutuário obrigou-se a implementar esta iniciativa no prazo acima mencionado, após os diálogos realizados com o Banco sobre a inclusão de novos ocupantes na área depois do censo e o lacre realizados em 2014, a data limite original. O Mutuário concordou com a data limite de 14 de outubro de 2019, confeccionou cartazes e mensagens conforme acordado e aprovado pelo Banco; colocou os cartazes na área do Projeto e distribuiu a mensagem de porta em porta.²⁴ O Mutuário se obriga a realizar todas as demais atividades.

²² Antes de colocar o cartaz, a UGP solicitou a não objeção do Banco à linguagem proposta.

²³ "Ocupações consolidadas" refere-se a famílias estabelecidas na região do Projeto, não apenas pela construção, mas incluindo mobiliário e ocupação por famílias.

²⁴ O Mutuário informou ao Banco que havia cartazes na área do Projeto, sendo que um folheto informando a nova data limite foi distribuído de porta em porta para as pessoas afetadas pelo Projeto. A UGP enviou ao Banco fotos de alguns dos cartazes colocados e de confirmação de recebimento dos folhetos distribuídos. O Mutuário informou ao Banco que foram tiradas fotos e vídeos da área do Projeto entre 8 e 11 de outubro de 2019, para documentar os imóveis existentes. Também foram tiradas fotos aéreas usando câmeras de drone, em 14 de outubro de 2019, para o mesmo objetivo.

- Ação 2: Analisar e revisar todos os RAPs até 13 de dezembro de 2019. Os RAPs revisados deverão incluir a data limite de 14 de outubro de 2019. Esta ação inclui: i) atualização dos RAPs²⁵ pela UGP e submissão dos mesmos para não-objeção do Banco; e (ii) realização de consultas sobre os RAPs revisados. <u>Andamento</u>: O Mutuário se obrigou a implementar esta ação no prazo acima, e a UGP está atualmente revisando e atualizando os RAPs.
- Ação 3: Suspender a demolição de toda estrutura na área do Projeto construída antes da data limite ora definida, conforme a política do Banco. Isto se baseia na solicitação da Gerência do Banco de 19 de setembro de 2019. <u>Andamento</u>: O Mutuário confirmou à Gerência que não foi demolida nenhuma outra estrutura entre a missão de 19 de setembro e a data limite definida de 14 de outubro de 2019.
- Ação 4: Apresentar até 20 de novembro de 2019 o relatório técnico e social das estruturas clandestinas na área do Projeto, demolidas pelas autoridades em agosto de 2019. O Mutuário preparará e enviará o relatório técnico e social com base no esboço e nas informações acordadas com o Banco. Andamento: O Mutuário obrigou-se a implementar esta ação no prazo acima mencionado. A equipe do Banco já forneceu ao Mutuário as informações e o esboço do relatório social técnico. Após as conclusões desta avaliação, a Gerência trabalhará com o Mutuário para garantir que os proprietários elegíveis destas estruturas sejam indenizados de acordo com a política do Banco.
- Ação 5: Reforçar ainda mais a qualidade da consulta até 29 de novembro de 2019. Esta medida requer a mobilização pela Gerência de um consultor local para treinamento dirigido à equipe da UGP, sobre como conduzir consultas significativas com as partes interessadas. <u>Andamento</u>: A equipe do Banco espera contar com o consultor até 29 de novembro de 2019.
- Ação 6: Melhorar a qualidade das comunicações até 29 de novembro de 2019. Isso inclui: (i) mobilização do apoio de empresa de comunicação especializada para a formulação de estratégia de comunicação e plano de ação; (ii) início da implementação do plano de ação, com base em informações técnicas e transformando-as em linguagem compreensível para as pessoas afetadas pelo Projeto; (iii) atualização e distribuição de folhetos com informações resumidas do Projeto, inclusive atualizações sobre as diversas frentes de trabalho bem como a elegibilidade e os direitos de indenização nos termos dos RAPs, e (iv) abertura/fortalecimento de locais de informações nos diversos canteiros de obras, incluindo o Parque Brasil. Andamento: O Mutuário obrigou-se a implementar esta ação no prazo acima mencionado. Até o momento o Mutuário já contratou uma empresa de comunicação, que está trabalhando na formulação da estratégia de comunicação e plano de ação.

²⁵ Juntamente com a data limite, os RAPs revisados também incluirão (i) informações sobre a atualização do censo; (ii) descrição detalhada do sistema GRM; (iii) maior justificativa para reassentamento e estrutura legal; (iv) explicação detalhada da metodologia padronizada de avaliação de bens; e (v) melhor reflexão do feedback do processo de consulta.

- Ação 7: Melhorar mais a divulgação das informações sobre o Projeto até 30 de dezembro de 2019. Isso inclui: (i) melhorar a página do Projeto na Internet, corrigindo eventuais falhas técnicas; e (ii) garantir que a página contenha informações atualizadas sobre os avanços na implementação de todos os RAPs. <u>Andamento</u>: Atividade (i) concluída. O Mutuário comprometeuse a realizar a atividade (ii) acima, uma vez que receba a não-objeção do Banco às versões revisadas dos RAPs, e esses RAPs sejam divulgados nas páginas do Projeto e do Banco na Internets. As atualizações serão informadas a cada trimestre.
- Ação 8: Fortalecer o mecanismo de solução de reclamações do Projeto até 20 de dezembro de 2019. Isso inclui: (i) garantir que o COLAB, o sistema de tratamento de reclamações do Projeto, mantenha comunicação com o reclamante durante o processo de resolução da reclamação; (ii) manter a UPS diretamente em contato com a comunidade e garantir que a UPS também registre reclamações recebidas no sistema COLAB; (iii) oferecer treinamento aos integrantes da UPS e do Comitê de Mobilização para o tratamento de reclamações; (iv) divulgar informações sobre o sistema GRM, o processo de envio de reclamações e como elas são tratadas, inclusive os prazos; e (v) manter a Ouvidoria do Município como canal de apelação. Andamento: O Mutuário obrigou-se a implementar esta ação no prazo acima mencionado, porém as atividades ainda não começaram.
- Ação 9: A Gerência fará o acompanhamento com a UGP da implementação das recomendações relativas a aspectos do patrimônio cultural identificados pelo Estudo Antropológico durante a implantação da Fase 2 do Projeto. O mesmo incluirá apoio a (i) um programa de educação patrimonial; (ii) um inventário de referências do patrimônio cultural; iii) fortalecimento institucional do Município para valorizar os aspectos culturais; e (iv) acompanhamento do andamento destas iniciativas. Estas iniciativas terão a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), serão monitoradas por ele e seguirão suas diretrizes nacionais. Andamento: O Mutuário obrigou-se a continuar a implementar as recomendações do Estudo Antropológico.
 - **Conclusão**. A Gerência acredita que o Banco Mundial empreendeu todos os esforços para cumprir as políticas e procedimentos pertinentes aos assuntos suscitados na Solicitação, tendo cumprido sua missão no contexto do Projeto. Porém, a Gerência identificou algumas falhas nos RAPs do Projeto, ora sendo revisadas consoante a política do Banco, e concordou com o Mutuário sobre iniciativas para melhorar ainda mais a implementação do Projeto. Em decorrência, a Gerência acredita que os direitos ou interesses dos Solicitantes não foram, nem serão direta e negativamente afetados por uma falha do Banco na implementação de suas políticas e procedimentos.

Anexo 1. Reivindicações e Respostas

No.	Reivindicação	Respostas
1.	Não concordamos e não aceitamos o reassentamento de nossas famílias que resulta em	Sob o Projeto, o reassentamento é necessário para reduzir o risco de inundação na área e é realizado de acordo com a política do Banco.
	nossa saída de nossos locais de residência atuais. De acordo com o esboço do RAP, existem 119	Elaborou-se o projeto para responder aos principais desafios de desenvolvimento da Região de Lagoas do Norte.
	famílias afetadas na área da Fase 2, 34 delas serão parcialmente afetadas e 85 serão completamente afetadas. Fazemos parte desse último grupo-alvo, juntamente com outras famílias que moram na mesma área, mas não são consideradas nos registros (carimbo) do governo da cidade, ou seja, novas residências e famílias que chegam depois que o carimbo [sic] foi realizado em	A Região de Lagoas do Norte é altamente vulnerável e sujeita a enchentes. A região está localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba e fica em uma planície de inundação com uma série de lagoas interligadas. Enfrenta inundações perenes em baixadas na confluência dos rios. É uma das regiões mais vulneráveis e pobres em termos ambientais e sociais da cidade. O RPF para a Fase 2 do Projeto, elaborado em 2014, indicou a necessidade de reassentamento de famílias devido à: (i) reabilitação do sistema de drenagem; (ii) obras de modernização urbana; (iii) regiões sujeitas a inundações; (iv) conformidade com a zona tampão das áreas protegidas; (v) melhoria da rede de estradas urbanas; e (v) segurança da área de amortecimento do aeroporto.
	2014 e o plano de reassentamento desenvolvido.	A planta original da Fase 2 do Projeto considerou diversas alternativas viáveis, na tentativa de minimizar o reassentamento da população local conforme exigido pela política do Banco (consulte as Reivindicações 3 e 4). Durante a implementação, foram adotadas modificações adicionais com o objetivo de atingir um equilíbrio entre reduzir os riscos de inundações e minimizar o reassentamento. As seguintes considerações foram cogitadas ao decidir quais famílias seriam reassentadas efetivamente ou parcialmente afetadas: casas sujeitas a riscos de inundação e em áreas ambientalmente protegidas; casas construídas em áreas que comprometem a segurança dos diques; casas na servidão de drenagem, abastecimento de água, esgoto e águas residuais; e a vulnerabilidade das condições das casas.
		Em decorrência das revisões das soluções e prioridades do Projeto e após consultas com as pessoas por ele afetadas, reduziu-se a quantidade estimada de imóveis afetados pelo reassentamento na Fase 2 do Projeto, de 1730 (em 2014) para 997 (em 2019). Realizou-se um censo preliminar da região geral do Projeto para identificar famílias afetadas potencialmente, durante a fase 2 da elaboração do Projeto. O mesmo teve início em outubro de 2014 e terminou em 2015. Naquela ocasião estimou-se que a Fase 2 do Projeto afetaria 1730 imóveis, abrangendo 2180 domicílios.
		De acordo com a OP/BP 4.12, as pessoas serão indenizadas se tiverem ocupado a área do Projeto antes da data limite estabelecida pelo Mutuário e aceita pelo Banco. As pessoas que invadiram a área após a data limite não terão direito a indenização ou outra forma de auxílio para reassentamento.

No.	Reivindicação	Respostas
		Os RAPs não declararam nem comunicaram formalmente a data limite para determinar quem seria elegível para a indenização. A Gerência então solicitou ao Mutuário para atualizar o censo e estabelecer e divulgar adequadamente uma data limite.
		O censo preliminar originalmente elaborado em 2014/15 será formalmente atualizado e finalizado até 20 de novembro de 2019 e a relação atualizada de pessoas afetadas pelo Projeto incluídas nos RAPs. Determinou-se a data limite de 14 de outubro de 2019, a qual já foi amplamente anunciada na região do Projeto. De acordo com o censo de 2014/2015, as propriedades potencialmente afetadas receberam um selo e um código de censo, registrado no Município. O censo preliminar realizado em 2014/2015 foi validado e atualizado como parte do processo de implementação do RAP, em especial no estágio onde se dá a negociação dos pacotes de indenização. Como não havia uma data limite adequadamente estabelecida e divulgada, a UGP incluiu novos domicílios que se formaram e ocuparam a região na relação das pessoas afetadas pelo Projeto a serem indenizadas à medida que a implementação do RAP avançava. No entanto, os RAPs não incluem esta relação atualizada de pessoas afetadas pelo Projeto, e apenas descrevem o censo de 2014/2015. A Gerência solicitou ao Mutuário a revisão e atualização formal e devida do censo e dos RAPs, conforme exigido pela política do Banco.
		Todas as pessoas afetadas pelo Projeto que precisem ser reassentadas independentemente de sua situação jurídica como proprietários ou posseiros do terreno, terão três opções de indenização entre as quais escolher, de acordo com suas necessidades: (i) indenização em espécie; (ii) novas unidades habitacionais, ou (iii) ou o reassentamento monitorado. O reassentamento monitorado significa que, embora algumas pessoas precisem ser reassentadas por razões de segurança e não deverão permanecer em seu atual local de residência, o Projeto oferece a opção de transferência para uma casa próxima, mas isenta risco, a ser adquirida pelo Projeto. Nesta opção, a família procurará nova moradia no mercado imobiliário, com incentivo monetário (parcela em dinheiro para a compra de outro imóvel, adquirido pela UGP para a pessoa afetada pelo Projeto, depois registrada em seu nome).
		Ademais, as pessoas afetadas pelo Projeto poderão optar por se mudar para unidades habitacionais em construção em um complexo residencial de nome Parque Brasil, e neste sentido receberão moradias de aluguel temporário até que as unidades habitacionais no Parque Brasil estejam prontas, o que está previsto para março de 2020. O Município de Teresina constrói, mediante financiamento da Caixa Econômica Federal, cerca de 1022 unidades habitacionais de cerca de 45 m², casas unifamiliares (350 unidades, das quais 100 terão uma área para atividades comerciais) e apartamentos

No.	Reivindicação	Respostas
		(672 unidades), localizados a cerca de 4 km ao norte da Região de Lagoas do Norte, onde serão prestados todos os serviços públicos (por exemplo, drenagem, abastecimento de água, saneamento e energia). Infraestrutura e serviços gerais, tais como escolas, saúde e transporte coletivo, estão disponíveis regularmente no bairro. Para as famílias que optarem por se mudar para o Parque Brasil, o Projeto garante oportunidades para preservar e promover redes familiares e sociais por meio da construção de centros comunitários, espaços de lazer e locais de culto, entre outros.
2.	Enfatizamos que estas famílias estão sendo drasticamente impactadas em termos de condições sociais, políticas, culturais e econômicas. O projeto em execução carece de transparência e não há diálogo entre a cidade e os moradores. O Plano de Ação de Reassentamento não foi disponibilizado até que pudéssemos obter a assistência de um promotor e defensor público.	Conforme declarado na resposta à Reivindicação 1, o Projeto visa melhorar as condições de vida da região mais vulnerável e atingida pela pobreza de Teresina, reduzindo as inundações perenes, a poluição e melhorando o saneamento e as estradas. É necessário o reassentamento de algumas famílias para cumprir estes objetivos do Projeto. Os pacotes de indenização no âmbito do Projeto visam restaurar, se não melhorar, as condições de vida das pessoas afetadas pelo Projeto. Houve inúmeras consultas e atividades de engajamento pelas partes interessadas durante o planejamento e implementação do Projeto. Os documentos de salvaguarda foram divulgados adequadamente para a Fase 2 do Projeto. As consultas levaram à contratação de estudos complementares, a exemplo do Estudo Antropológico, que forneceram dados técnicos para planejar o Projeto e minimizar o reassentamento involuntário, fortalecer o GRM e oferecer importantes benefícios sociais e culturais às pessoas afetadas pelo Projeto. A Gerência acredita que os RAPs foram devidamente consultados e divulgados às pessoas afetadas pelo projeto. No entanto, a Gerência observa que, conforme expresso pelos representantes dos Solicitantes durante a reunião com a missão do Banco em setembro, o Comitê de Engajamento do Cidadão e a UGP, as comunicações com as pessoas afetadas pelo Projeto poderiam se beneficiar de diversas melhorias, e
		recomendou ao Projeto: (i) fortalecer ainda mais a qualidade da consulta e da comunicação; e (ii) melhorar ainda mais a divulgação de informações sobre o Projeto. Consultas e acesso a informações sobre a ESIA e RPF para
		a Fase 2 do Projeto: As consultas sobre a ESIA e o RPF para a Fase 2 do Projeto começaram em outubro de 2014 e ainda estão em andamento.
		As consultas trataram dos possíveis impactos ambientais e sociais e como estes serão mitigados mediante instrumentos como os ESMPs, os RAPs e estudos complementares, a exemplo do Estudo Antropológico encomendado em 2017 (ver Reivindicações 5, 6 e 8).

No.	Reivindicação	Respostas
		Neste contexto, desde 2014 foram realizadas mais de 60 audiências públicas, reuniões e apresentações com as comunidades afetadas e demais partes interessadas. Entre 2016 e 2018, foram realizadas 87 atividades gerais de consulta à comunidade, incluindo: 25 reuniões comunitárias e 25 oficinas sobre aspectos ambientais do Projeto. Tais reuniões de consulta fomentaram a participação da comunidade e visaram estabelecer e manter um diálogo com os integrantes da comunidade para permitir às pessoas afetadas pelo Projeto apresentarem feedback e levantarem possíveis dúvidas sobre as atividades do Projeto que as afetam, bem como seus beneficios.
		A minuta da ESIA e do RPF para a Fase 2 do Projeto foram divulgados para consulta em 24 de outubro de 2014.¹ no site www.semplan.teresina.pi.gov.br O RPF foi consultado com várias partes interessadas em 4 de novembro de 2014. As consultas incluíram o Fórum Lagoas do Norte, composto por representantes de associações de bairros da Zona Norte da cidade, e uma audiência pública aberta para a qual foram convidadas diversas associações de bairro. Cerca de 180 pessoas participaram das consultas da ESIA e do RPF. A ESIA (Anexo 6) inclui a relação de associações comunitárias e organizações sociais convocadas para as consultas sobre a ESIA, e as atas da audiência pública.
		O anexo 5 desta Resposta da Gerência inclui a relação das consultas realizadas durante a Fase 2 do Projeto. Por ocasião da elaboração da Fase 2 do Projeto, a ESIA observou que as comunidades apoiavam o Projeto e seu andamento até aquela data. A ESIA, os RAPs recentes (divulgados em fevereiro de 2019) e as consultas refletem a ênfase na participação efetiva para garantir bons resultados de projeto e implementação, bem como a sustentabilidade e responsabilidade de longo prazo na manutenção dos sistemas e equipamentos. As consultas também se concentraram em garantir a conclusão do censo, esclarecendo a localização e o cronograma das obras e definindo em detalhes o processo de reassentamento, incluindo mediação/ negociações com a UPS sobre
		indenização. Também houve troca de ideias sobre o projeto e a construção da Praça Orixás, local cultural em torno de uma das lagoas que está sendo reabilitado no âmbito do Projeto. Consultas em andamento sobre as plantas do Projeto levaram a trabalhos técnicos adicionais que resultaram em queda do reassentamento (por exemplo, porque não foi ampliada uma estrada ou as pessoas afetadas pelo

 $^{^{1}\,\}underline{\text{https://semplan.teresina.pi.gov.br/2014/10/24/lagoas-do-norte-divulga-relatorio-de-avaliacao-ambiental-e-social-e-realiza-consulta-publica/}$

No.	Reivindicação	Respostas
		Projeto puderam permanecer no local na região das lagoas), melhorias no GRM, restauração dos meios de subsistência e benefícios culturais.
		A Gerência observa que em novembro de 2014 um grupo de pessoas - "Atingidos pelo Lagoas do Norte" - queixaram-se na mídia sobre as possíveis medidas de reassentamento involuntário pelo Projeto no âmbito da Fase 2, devido às obras propostas para ampliar a Avenida Boa Esperança. O Banco respondeu com uma missão de supervisão, recomendando à UGP um plano de ação para realizar estudos técnicos adicionais e outra avaliação da segurança do dique por uma CdE, além de melhorar a comunicação e o engajamento, a fim de esclarecer à população que a necessidade de reassentamento estava ligada à segurança do dique e não à ampliação da estrada. A UGP ainda avalia alternativas para melhorar a segurança do dique Boa Esperança (Obra no. 6), minimizando as necessidades de reassentamento, sendo que o alargamento da Avenida Boa Esperança não está mais em consideração pela Fase 2 do Projeto. A viabilidade de possíveis alternativas para melhorar a segurança do dique Boa Esperança estará sujeita a consultas suplementares.
		Divulgação dos RAPs: No âmbito da Fase 2 do Projeto, estão previstos oito RAPs, dos quais cinco foram concluídos; um foi submetido à não objeção do Banco e dois estão sem elaboração. As minutas dos RAPs foram conhecidas pelas pessoas afetadas pelo Projeto antes das consultas públicas, sendo que as versões finais também foram divulgadas. Até o momento, cinco RAPs elaborados no âmbito da Fase 2 do Projeto foram divulgados no site externo do Banco Mundial e no site do Projeto (https://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoasdo-norte/). São estes: o RAP para Mocambinho, divulgado em 30 de março de 2017; o RAP para o Canal do Matadouro, divulgado em 12 de julho de 2017; o RAP para a Obra no. 2 (Mafrense, Rua Manoel de Aguiar Filho Trecho 2), divulgado em 11 de fevereiro de 2019; o RAP para a Obra no. 1 (São Joaquim), divulgada em 25 de fevereiro de 2019; e o RAP para a Obra no. 3 (Porção Sudoeste da Lagoa dos Oleiros), divulgada em 1º de fevereiro de 2019. Estão disponíveis exemplares impressos na sede da Prefeitura; folhetos com informações sobre o Projeto foram distribuídos nos eventos das consultas, distribuídos de porta em porta nas áreas de intervenções do Projeto e divulgadas no site do Projeto. O anexo 6 inclui um exemplar deste folheto.
		Engajamento das partes interessadas com o Projeto: Consoante a estratégia de engajamento das partes interessadas com o Projeto, os encontros são realizados em cada área de trabalho nas fases de preparação e planejamento. Estes incluem audiências públicas com as comunidades locais afetadas e reuniões e apresentações técnicas para apresentar o Projeto, descrever os instrumentos de salvaguarda e debater questões

No.	Reivindicação	Respostas
		e dúvidas. Antes do início das obras, no momento da implementação dos RAPs, a equipe da UPS se ocupa das famílias afetadas, realizando reuniões com cada uma, reuniões de grupo, visitas ao local, reuniões de negociações e visitas guiadas às novas casas para pessoas deslocadas, entre outras.
		As equipes da UPS operam em cada uma das regiões afetadas pelo Projeto. Elas são responsáveis por: lidar com as pessoas afetadas no processo de reassentamento (reuniões individuais com as famílias, inclusive negociações); oferecer um canal para solução de queixas aos integrantes da comunidade afetados, para suscitar suas dúvidas; ajudar a comunidade a se organizar; e em geral trabalhar com a comunidade na promoção da melhor compreensão do Projeto, seus impactos e as medidas de mitigação e indenização às quais têm direito as pessoas afetadas pelo Projeto.
		As comunidades são representadas por um Comitê de Engajamento do Cidadão, conhecido localmente como Comitê de Mobilização, cuja criação foi apoiada pela equipe da UPS. Constitui-se o referido Comitê de representantes de 17 organizações comunitárias, representando 13 bairros. O mesmo é responsável por: mobilização da comunidade; apoio à divulgação de informações sobre o Projeto e os interesses das comunidades afetadas; representação dos interesses e dúvidas dos moradores; monitoramento da implementação do Projeto; garantia de que as reuniões com os moradores sejam frequentes, garantindo o engajamento e a participação das pessoas e comunidades nas atividades do Projeto. Os membros do comitê são eleitos anualmente por suas respectivas comunidades, sendo que o Comitê de Mobilização se reúne mensalmente. A participação nestas reuniões é aberta a todos os moradores. O Comitê realiza inspeções nos locais do Projeto uma vez por mês. Durante estas visitas, o Comitê de Mobilização também ouve dúvidas e reúne reclamações, se houver, de integrantes da comunidade, reportando-se à UGP por escrito sobre suas conclusões e propondo soluções e atividades que considera relevantes para as comunidades.
		Outros canais de comunicação abertos para a comunidade são as audiências municipais; o aplicativo de telefone GRM (COLAB); a página do Projeto no Facebook; e os números no WhatsApp da UGP (em especial do especialista em comunicação) e dos membros da equipe da UPS. Desde a criação do COLAB em 2017, foram feitas 18.279 reclamações em todo o município. Do total de reclamações, apenas nove diziam respeito ao Projeto. As queixas sobre o Projeto tratavam da falta de manutenção da infraestrutura pública e incidentes de trânsito na região do Parque Lagoas do Norte, os quais foram abordados.
		<i>Implantação dos RAPs:</i> Uma vez finalizados as plantas e os RAPs revisados, a UGP, apoiada pela UPS, convoca a

No.	Reivindicação	Respostas
		população afetada para reuniões de grupo. Reuniões individuais são então realizadas para iniciar negociações sobre o pacote de indenização. Uma vez que a família tenha escolhido uma das três opções de indenização oferecidas na Fase 2 do Projeto, o processo segue para o Procurador-Geral do Município para liberação e conclusão. Com base nas lições aprendidas com fase 1 do Projeto, a UGP convoca reuniões de abordagem em fases, por seções de trabalho, e com três grupos distintos para cada seção: (i) as pessoas cujos bens serão totalmente afetados; (ii) as pessoas cujos bens serão parcialmente afetados; e (iii) as pessoas cujos bens foram registrados, porém devido a melhorias nas plantas do Projeto, não serão afetados. Após esta fase inicial, são organizadas reuniões familiares individuais para iniciar negociações com as pessoas parcial e totalmente afetadas. O engajamento com as pessoas afetadas pelo Projeto por meio de rodadas de informações sobre seus direitos, alternativas de indenização disponíveis e negociação leva em média três meses antes que seja alcançado um acordo. As pessoas afetadas pelo Projeto trouxeram lideranças comunitárias e advogados para as negociações. Por exemplo, na implementação do RAP para Matadouro na Fase 2 do Projeto, a OAB, filial do Piauí, atuava como Câmara de Mediação e Arbitragem, sendo contratada pelo Projeto para apoiar as pessoas afetadas na negociação.
3.	Também solicitamos determinar se as obras estão sendo realizadas de acordo com a política do Banco Mundial. Perguntamos: Para quem é o Parque Lagoas do Norte? Este projeto requer o reassentamento de mais de 70% das casas durante a fase atual. Algumas famílias moram lá há 40 anos. Suas casas têm um grande valor sentimental. Outras sustentam suas famílias com o trabalho realizado em suas próprias casas. Além disso, existem pessoas carentes que dependem da ajuda de outras pessoas, como seus vizinhos mais próximos, uma vez que vivem há tanto tempo nessa área. Há idosos que fazem parte da história da comunidade. Agora, com a chegada do Parque, pensávamos que nos beneficiaríamos com as maravilhas do projeto adotado pela	Os trabalhos do Projeto estão em implementação de acordo com a política do Banco, incluindo as OP/BP 4.01, OP/BP 4.04, OP/BP 4.11, OP/BP 4.37, OP/BP 4.12 e os requisitos do ESMP. As famílias em áreas propensas a inundação, ocupando as lagoas ou canais de drenagem ou comprometendo a segurança dos diques que protegem a região, precisam ser removidas mas possuem a opção de permanecer próximas ao Parque Lagoas do Norte, que foi criado como medida de controle de inundações. Conforme observado acima na resposta à Reivindicação 1, a Região de Lagoas do Norte está sujeita a inundações causadas por fortes chuvas e transbordamento de rios. Muitas das lagoas da região, incluindo os canais de drenagem, estão parcial ou totalmente assoreadas. A expansão urbana exacerbou e interrompeu o processo de drenagem natural, que exerce impacto negativo na segurança e na qualidade de vida da população local. Em 1960 e 1970 ocorreram enchentes em toda a Região de Lagoas do Norte. Em razão da baixa densidade populacional na região naquela na época, os danos causados pelas enchentes foram limitados. A pós a enchente de 1970, foi

No.	Reivindicação	Respostas
	Prefeitura, visto que aguardávamos melhorias há tanto tempo, mas não teremos a opção de permanecer para aproveitar esses benefícios.	como o rápido aumento da população, iniciou-se a expansão irregular na baixada delineada pelos diques.
		Em abril de 1985 os rios Parnaíba e Poti passaram por altos níveis de inundação simultaneamente, resultando no transbordamento do rio Poti. Tal evento motivou a extensão do dique até a lagoa Mocambinho, ao longo do rio Poti.
		O topo do dique Boa Esperança e parte do dique Mocambinho estão pavimentados e integrados à rede de trânsito da cidade, formando a Avenida Boa Esperança. Com o passar dos anos, invasões de vários tipos ocorreram no topo dos diques, e estima-se que há cerca de 174 casas erguidas clandestinamente no topo e nos taludes do dique Boa Esperança. Tal fato constitui ameaça à integridade do dique e, por sua vez, compromete a segurança da população local da Região de Lagoas do Norte, de aproximadamente 100.000 pessoas.
		Em 1995, fortes chuvas em um breve período resultaram em inundação que deixou cerca de 2000 famílias desabrigadas. Enchentes desastrosas também ocorreram no início de 2004, deixando cerca de 3000 famílias desalojadas. As inundações tornaram a ocorrer em 2009, 2018 e a mais recente em abril de 2019, quando as fortes chuvas e inundações pelos rios na região do Projeto levaram o Município a declarar estado de emergência. ² Mais de 500 famílias foram afetadas pelo evento e três pessoas perderam a vida.
		Para a melhor proteção dos moradores locais das inundações recorrentes e melhora de sua qualidade da vida, o Projeto busca reabilitar e atualizar a infraestrutura de proteção contra inundações. O mesmo inclui a melhoria do sistema de drenagem, restaurando e preservando as lagoas, além de fortalecer e modernizar os diques de Boa Esperança e Mocambinho, canais e aterros.
		Conforme exigência da legislação ambiental do Brasil para a proteção dos corpos d'água e prevenção das constantes invasões das lagoas recuperadas, o Projeto também apoia a reabilitação das APP - Áreas de Proteção Permanente, em faixas de até 30 metros de largura (a largura média das faixas na região do Projeto é de 10 metros) medidas a partir das lagoas em seu nível máximo, que varia entre 55-56 metros acima do nível do mar, como zona tampão na forma de parques lineares, para minimizar ainda mais as invasões.

² Declara-se estado de emergência por decreto Municipal e em estreita consulta com a Defesa Civil, na ocasião de situação anormal causada por fatores adversos que resulta em danos iminentes à saúde e aos serviços públicos das populações vitimadas. Durante o estado de emergência e em resposta à situação de emergência, o Município poderá executar excepcionalmente os procedimentos de compras definidos pelo legislação brasileira, podendo se habilitar a obter recursos adicionais dos fundos federais e estaduais.

No.	Reivindicação	Respostas
		As demais atividades urbanas de melhoria, como as do sistema de saneamento, das unidades habitacionais e de mobilidade e integração urbanas também são visadas pelo Projeto, para melhorar a qualidade vida da população local, bem como a qualidade das águas das lagoas.
		As obras são orientadas pelos procedimentos do Banco. Foram realizadas obras por empreiteiras selecionadas por meio de processos de licitação competitivos e transparentes, de acordo com as regras de aquisições do Banco Mundial. Também foi contratado um consórcio de engenharia independente para supervisionar as obras, em conformidade com as regras de aquisições do Banco Mundial, mediante termos de referência aprovados pelo Banco. Este consórcio é responsável pela supervisão de todos os aspectos da construção, inclusive medidas ambientais relacionadas ao Manual de Construção Ambiental, as medidas de mitigação constantes das licenças ambientais, bem como outras medidas descritas no ESMP, elaboradas de acordo com os procedimentos do Banco Mundial e também aprovadas pelo Banco. Por sua vez, a UGP possui uma equipe de engenheiros encarregada de supervisionar a implementação e o gerenciamento do contrato. Ademais, o Banco supervisiona rotineiramente a execução das obras e o cumprimento do ESMP, pelo menos a cada semestre. As missões de supervisão indicam que a execução das obras está em conformidade com o ESMP.
4.	Acreditamos que, de acordo com a política do Banco, o reassentamento involuntário é a opção de último recurso para um projeto, mas a verdade é que isto não está acontecendo desta maneira. Os moradores não têm a opção de ficar em suas casas	Conforme indicado acima na resposta à Reivindicação 3, é necessário o reassentamento para reabilitar a infraestrutura de proteção contra inundações, inclusive o estabelecimento da APP necessária em torno das lagoas, na forma de parques lineares. Tais medidas ajudarão a minimizar os impactos das inundações na população. A Gerência observa que o reassentamento deve de fato ser evitado ou minimizado, sempre que possível.
	porque o município exige que eles deixem o local; não há necessidade disso, pois há espaço suficiente para construir o parque sem deslocar as famílias. O que queremos é permanecer em nossas casas e, no futuro, apreciar a beleza do parque.	Assim, não há outros locais possíveis para os parques lineares necessários para evitar invasões da área da APP e garantir a restauração das funções das lagoas de proteção contra inundações. Quando possível, do ponto de vista da gestão de risco de inundação, o Projeto procurou acomodar as famílias para permanecer na região, por exemplo, não aplicando a faixa da zona-tampão de 30 metros e permitindo algumas estruturas de habitação já consolidadas dentro das mesmas. (Ver o gráfico abaixo).

No.	Reivindicação	Respostas
		Existing consolidated housing
		Embora o reassentamento seja necessário por razões de segurança/saúde, continuaram os esforços empreendidos para minimizá-lo sempre que possível, de acordo com a política do Banco. Reveja a reivindicação 9 sobre as alternativas consideradas. Mudanças na planta do Projeto após as consultas auxiliaram a reduzir a quantidade de famílias a serem reassentadas (veja Reivindicação 1). Os cinco RAPs aprovados pelo Banco visam o reassentamento de 577 imóveis (dos quais 25% serão parcialmente afetados). No total, esperase que oito RAPs sejam elaborados e implementados pela Fase 2 do Projeto. Ainda há espaço para maiores reduções deste número, melhorando os projetos de obras ainda por começar ou para os quais as plantas encontram-se em andamento.
5.	O reassentamento involuntário realizado pela cidade de Teresina infringe o documento de nome Manual Operacional do Banco Mundial - 2001, na medida em que não considera o seguinte: Os graves riscos econômicos, sociais e ambientais causados pelo reassentamento involuntário e pelo colapso dos sistemas de produção;	De acordo com a política do Banco, o Projeto considerou impactos sociais, ambientais e econômicos no desenvolvimento do programa de reassentamento e meios de subsistência. Após a OP/BP 4.12, a RPF da Fase 2 do Projeto bem como os RAPs posteriores aprovados com base nos princípios de que: (i) seriam oferecidas várias alternativas de indenização economicamente adequadas (conforme descrito nas Reivindicações 1 e 15); (ii) as famílias cujas atividades produtivas fossem interrompidas ou reduzidas em decorrência de impactos relacionados ao Projeto seriam indenizadas por estas perdas, a fim de lhes permitir reconstruir suas vidas no menor prazo possível (e também descrito nas respostas às Reivindicações 6, 7 e 8)
		Social: O Projeto fornece apoio a atividades de: (i) fortalecimento de associações comunitárias e organizações da sociedade civil, para melhorar o acesso das famílias a programas sociais; (ii) promoção da educação ambiental e sanitária; (iii) criação de empregos e programas de geração de renda, incluindo apoio ao microempreendedorismo; e (iv) construção de um Centro de Tradições Culturais.

No.	Reivindicação	Respostas
		As atividades do Projeto que visam beneficiar as pessoas a serem reassentadas, levaram em conta as características sociais, econômicas e ambientais da comunidade, as quais incluem: (a) revitalização do Teatro Boi (o Boi é considerado importante manifestação cultural/popular) na região do Projeto; (b) atividades de inclusão econômica visando os oleiros; (c) atividades de empreendedorismo voltadas para mulheres e jovens; e (d) apoio a propostas da comunidade para a prevenção de crimes e violência. Em especial, foi construída a Praça Orixás (espaço urbano temático cujo projeto foi inspirado nas tradições e religiões afro-brasileiras). A planta final da Praça foi selecionada por uma comissão formada por seis representantes (um do município e cinco destes grupos afro-brasileiros). Paralelamente, o Estudo de Antropologia realizado pelo Projeto identificou 480 grupos tradicionais e religiosos afro-brasileiros na cidade e 210 na região do Projeto.
		O programa de reassentamento leva em conta questões de acesso e mobilidade. A região selecionada para a construção dos novos locais de reassentamento (Parque Brasil) está próxima das áreas de intervenção (cerca de 8 km do Parque Lagoas do Norte e 5 km do Parque Mocambinho), acessíveis por meio de nove linhas de ônibus urbanos e estradas pavimentadas, servidas por quatro escolas públicas, duas unidades de saúde de pronto atendimento e um hospital localizado em um raio de um quilômetro. As famílias que escolherem esta alternativa terão a opção de se instalar em casas e prédios de apartamentos próximos uns dos outros, para manter intactos seus laços sociais e redes.
		Oportunidades para geração de renda (ver também respostas às Reivindicações 7 e 8). O Projeto também promove atividades de geração de emprego e renda dirigidas tanto às famílias afetadas pelo reassentamento quanto à população beneficiada nas áreas diretas de intervenção. Os RAPs preveem a elaboração de um projeto geral de assistência em apoio à integração das famílias reassentadas, permitindo-lhes reconstruir laços familiares e comunitários, bem como a capacidade de geração de renda. O Projeto custeou uma série de atividades de apoio, tais como reciclagem profissional e, em consequência, diversas pessoas afetadas pelo Projeto aprenderam novas habilidades e iniciaram novos negócios (por ex: cabeleireiros e construção civil). A restauração dos meios de subsistência dos oleiros se concentra na promoção da extração lícita de argila de outras jazidas de boa qualidade.
		Especificamente, o Projeto oferece: (i) treinamento profissional para emprego em atividades com demanda do mercado; (ii) apoio à formação de empreendedores e à criação de pequenas empresas; (iii) apoio a empreendimentos cooperativos; (iv) apoio à melhoria da qualidade dos produtos cerâmicos; e (v) apoio à regularização das atividades de olaria e identificação de novas jazidas. Além destas atividades, o

No.	Reivindicação	Respostas
		Projeto - através do SDU do Centro-Norte e com o apoio da UGP - garante aos oleiros participarem da organização de atividades de treinamento para que estes atendam às suas necessidades. Em parceria com a Fundação Wall Ferraz e outras instituições, o Projeto oferece cursos de reciclagem profissional, priorizando mulheres e jovens. Os cursos já oferecidos incluem: pintor, ladrilheiro, caixa, operador de call center, operador de microcomputador, barbeiro, programador de aplicativos Android, programador Java e programador Web on Rail.
		Informações disponíveis em:
		https://fwf.pmt.pi.gov.br/cursos-profissionalizantes-gratuitos- chegam-a-varios-bairros-de-teresina/;
		https://fwf.pmt.pi.gov.br/programa-de-incentivo-ao-primeiro- emprego-esta-com-inscricoes-abertas/;
		https://fwf.pmt.pi.gov.br/parceria-entre-lagoas-do-norte-e-fwf-oferece-cursos-para-moradores-de-13-bairros-beneficiados-com-o-programa/;
		https://fwf.pmt.pi.gov.br/lagoas-do-norte-e-fwf-iniciam-cursos-na-area-da-construcao-civil-para-comunidade/;
		http://www.uespi.br/site/?p=86263).
		Ambiental: Como parte do Programa de Educação Ambiental (ESIA, p. 171), o Projeto promove um conjunto de atividades dirigidas à população afetada, com o objetivo de manter as novas casas e áreas comuns, apoiando a inserção social da população reassentada nas comunidades anfitriãs bem como a convivência pacífica nas novas unidades habitacionais. As atividades para famílias reassentadas incluem oficinas de preservação ambiental, uso adequado da água e hábitos de higiene; Eventos "Conhecer, Conservar e Preservar"; artes teatrais em "Lagoas do Norte" para sensibilizar a população para as questões ambientais; oficina de coleta e reciclagem de resíduos para jovens; campanhas para erradicar doenças causadas por hábitos sanitários e ambientais inadequados; arborização ao longo das ruas residenciais e incentivos ao plantio de mudas no quintal.
6.	Empobrecimento associado à perda de bens ou fontes de renda;	As opções de indenização oferecidas pelo Projeto permitirão às pessoas reassentadas melhorarem suas casas e condições de vida, de acordo com a política do Banco. De acordo com a OP/BP 4.12, o RPF do Projeto e os cinco RAP aprovados, tiveram como base os princípios de que as pessoas cujas atividades produtivas serão interrompidas ou reduzidas em decorrência de impactos do Projeto seriam indenizadas por tais perdas ao custo total de reposição, a fim de permitir às mesmas reconstruir suas vidas no menor prazo possível. As propriedades afetadas serão avaliadas e indenizadas conforme

No.	Reivindicação	Respostas
		sua utilização (apenas habitação, apenas para fins comerciais/econômicos, utilização mista). A região de imóveis utilizados para fins comerciais/econômicos será indenizada a um valor 50% maior do que a aquela utilizada apenas para fins habitacionais, pelo custo de reposição. Sendo as atividades econômicas/comerciais de pessoas afetadas pelo Projeto, e estas optarem por uma nova unidade habitacional no Parque Brasil como indenização, receberão casas com espaço adicional para restabelecer suas atividades comerciais/ econômicas com prioridade.
		As pessoas afetadas pelo Projeto que deverão ser reassentadas se mudarão para casas melhores e mais seguras, e terão a posse mais garantida do terreno. Os instrumentos de reassentamento do Projeto preveem indenização à pessoas afetadas além do exigido pelos requisitos da política do Banco e das leis brasileiras. Os proprietários serão indenizados pelo custo total de reposição de seus imóveis e pelas benfeitorias feitas. Os invasores (pessoas sem direito lícito e comprovado ou que reivindicam a terra que ocupam) serão indenizados em 70% do valor das mesmas e ao custo total de reposição pelos bens perdidos e benfeitorias feitas. Os locatários estarão elegíveis para a assistência de reassentamento durante o prazo de 12 meses (indenização em espécie de BRL 5.770,65 ou USD 1.407,47). Em benefício dos mais vulneráveis, o esquema de direitos também prevê que as pessoas afetadas pelo Projeto (proprietários e posseiros) cujos valores de bens sejam inferiores ao limite de BRL77.000 (US\$ 18.780) escolham entre indenização em espécie pelo valor real de seus bens, reassentamento monitorado nas casas que selecionam até este valor limite (com a escritura em seu nome), ou uma nova unidade em seu nome no Parque Brasil. Todas as pessoas afetadas pelo Projeto também poderão transportar gratuitamente para as suas casas os seus bens e demais materiais reutilizáveis e recuperados antes de demolir suas habitações.
		Existem opções de restauração de meios de subsistência destinadas a melhorar as condições de vida das pessoas afetadas pelo Projeto e da população local, em geral. Veja resposta à Reivindicação 5 acima. Durante a Fase 1 do Projeto, foram adotadas ações especiais para restaurar os meios de subsistência dos horticultores e oleiros comunitários (Veja resposta à Reivindicação 7 a seguir). Durante a Fase 2 do Projeto, foi inaugurado o novo Mercado São Joaquim, melhorando as condições de trabalho dos pescadores artesanais; e pretende-se revitalizar o "Polo Cerâmico" para melhoria das condições de trabalho dos oleiros.
7.	As condições oferecidas para a produção de bens e serviços quando movidas de seus locais de origem	O Projeto visa restaurar os meios de subsistência para que as pessoas afetadas pelo Projeto continuem a trabalhar em suas comunidades. O Projeto inclui esforços para apoiar pessoas em ocupações tradicionais, a exemplo da cerâmica, pesca e pequenos cultivares/jardins. O Projeto também oferece oportunidades para

No.	Reivindicação	Respostas
	e realocadas a locais mais desfavorecidos;	as pessoas afetadas receberem treinamento em novas ocupações (ver resposta à Reivindicação 5).
		A avaliação social realizada durante a elaboração da Fase 1 do Projeto em 2005 detectou 150 pessoas trabalhando na época na extração ilícita de argila em 50 campos das lagoas, para a produção de tijolos. O diagnóstico social realizado durante a implementação da Fase 1 do Projeto, em agosto de 2011, observou a existência de 59 ditos "proprietários" das jazidas de extração de argila e de 189 trabalhadores nos campos de argila na região do Projeto. Um Estudo Antropológico encomendado após o feedback recebido das partes interessadas na Fase 2 do Projeto, em 2017 e concluído em 2018, avaliou os possíveis impactos nas atividades culturais e nos grupos tradicionais localizados na região do Projeto. Foram analisados os impactos em hortas comunitárias, pesca artesanal, "vazanteiros" (pequenos campos de cultivo nas ilhas fluviais e na vazante dos rios), campos de extração de argila localizados na lagoa São Joaquim e artesãos de cerâmica localizados no Polo Cerâmico.
		Oleiros: Embora a cerâmica tenha uma história cultural na região, mudanças foram necessárias visto que a extração tradicional de argila representava risco à saúde dos trabalhadores, além de poluir as lagoas e intervir em seus meios de drenagem natural.
		O Projeto elaborou um plano de subsistência e restauração do trabalho para estes grupos sociais ("Projeto de Reassentamento Econômico e Social dos Oleiros do Poti Velho") em resposta à interrupção das atividades de extração de argila. Tal plano abordou as perdas econômicas e sociais e incluiu as seguintes atividades: (i) indenização em espécie aos 59 chamados "proprietários" dos campos de argila; (ii) pagamento de subsídios iguais ao salário mínimo a 189 trabalhadores durante quatro meses; e (iii) sete cursos de reciclagem oferecidos a 106 trabalhadores.
		O Projeto também apoiará a revitalização do "Polo Cerâmico" - centro de produção e comercialização de artesanato em argila. A restauração dos meios de subsistência dos oleiros se concentrou em promover a extração de argila de outras jazidas de boa qualidade, extração esta de acordo com a legislação sobre a matéria. Consulte a resposta à Reivindicação 5 para obter maiores informações sobre a restauração dos meios de subsistência dos oleiros.
		Viveiros de pesca: Os potenciais impactos negativos sobre os meios de subsistência pela pesca artesanal foram abordados através do apoio ao projeto para a revitalização do Mercado de São Joaquim (dezembro de 2017), cujo objetivo foi melhorar a comercialização dos pescados anteriormente vendidos por intermediários sem a devida higiene, nas calçadas e

No.	Reivindicação	Respostas
		esquinas das ruas. Os pescadores e intermediários se beneficiaram da revitalização do mercado de São Joaquim.
		Agricultura/hortas: De modo a enfrentar os possíveis impactos adversos nas hortas comunitárias, o Projeto apoiou a criação de novas hortas comunitárias em Mocambinho, na Vila Carlos Feitosa e na Vila Apolônia. Os horticultores comunitários receberam cursos sobre olericultura; construção e manutenção de infraestrutura; aquisição de sementes, kits de irrigação e outros insumos e ferramentas, além da assistência técnica prestada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. Mais de 120 famílias foram beneficiadas por estas atividades. Estão previstas atividades semelhantes para os vazanteiros e demais hortas comunitárias da região da Avenida Boa Esperança, que ainda não foram atingidas pelo Projeto. Em 2017 os vazanteiros foram organizados na associação de produtores composta por 50 famílias, para representarem melhor seus interesses e melhorar seus meios de subsistência.
		Os ESMPs do Empreiteiro, elaborados para cada uma das obras promovidas pelo Projeto, abordam os possíveis impactos negativos temporários relativos à fase de construção. Estes incluem a estratégia robusta de comunicação com as comunidades vizinhas e medidas de segurança e acessibilidade. Por exemplo, é necessário que em cada rua uma pista e uma calçada permaneçam abertas ao fluxo de pedestres e veículos, reduzindo os impactos ao comércio local e às atividades dos vendedores ambulantes.
8.	Efeito nas redes e instituições sociais de base comunitária que agora atendem famílias que serão deslocadas, levando à dispersão de grupos familiares e lançando um ataque à identidade cultural das pessoas que fundaram a cidade de Teresina;	Redes sociais, laços familiares e de vizinhança foram considerados no processo de reassentamento. O projeto levou em conta as redes sociais e os impactos existentes, conforme consta dos documentos. As avaliações sociais iniciais mapearam a participação em organizações comunitárias. Por exemplo, a avaliação definitiva das atividades de reassentamento realizadas durante a Fase 1 do Projeto mostrou que 77% das pessoas afetadas perceberam a melhoria em suas redes familiares e sociais. Suas redes sociais se mantiveram intactas porque foram transferidas a uma área próxima. Conforme indicado na resposta à Reivindicação 1 acima, durante a Fase 2 do Projeto, as opções de indenização do reassentamento incluíram a opção monitorada de reassentamento para as pessoas afetadas pelo Projeto que optaram por permanecer perto da região. A Fase 2 do Projeto identificou 200 casas disponíveis para venda em áreas próximas, dentro do valor máximo do reassentamento monitorado. Conforme observado na resposta à Reivindicação 5, a região selecionada para a construção das novas unidades habitacionais (Parque Brasil) está localizada próxima às áreas de intervenção. As famílias que escolherem esta alternativa terão a opção de se instalar em casas e prédios de apartamentos próximos uns dos outros, para manter intactos seus laços e redes sociais. A UGP planeja atividades de trabalho social para promover

No.	Reivindicação	Respostas
		a interação e organização comunitária. No Componente 3, o Projeto também tem promovido atividades para fortalecer associações comunitárias e organizações da sociedade civil, além de melhorar o acesso das famílias a programas sociais.
		As questões culturais foram levadas em conta na criação e implementação do Projeto (ver resposta à Reivindicação 5). O Estudo Antropológico de 2018 foi encomendado durante a implementação da Fase 2 do Projeto, após o feedback recebido das partes interessadas durante o processo de licenciamento ambiental. O mesmo constatou as seguintes atividades culturais/grupos tradicionais no território: religiões africanas, artesanato em cerâmica, pesca artesanal, dança "Bumba Meu Boi", hortas comunitárias, artesanato religioso e pequenos agricultores que semeiam nas vazantes dos rios (ou seja, em trechos ao longo dos rios durante o recuo das enchentes). O Estudo Antropológico avaliou os potenciais impactos positivos e negativos das atividades do Projeto nas tradições culturais, que trouxeram potenciais impactos negativos a quatro domicílios que servem de locais de culto para as religiões afro-brasileiras, os Terreiros de Umbanda ou Candomblé. ESIA e RPF/RAPs afirmam que, caso as casas de culto para as religiões afro-brasileiras precisem ser demolidas, o Projeto as substituirá; até o momento foram reassentadas duas destas casas. As pessoas afetadas foram realocadas em casas e receberam indenização adicional para prosseguir com suas atividades. Seus novos locais de culto foram devidamente consagrados segundo os rituais religiosos e mantiveram suas atividades nos novos locais. O Estudo Antropológico também recomenda um plano de ação de gestão em conformidade com a legislação brasileira sobre o patrimônio cultural, incluindo quatro programas: (i) o programa de educação sobre o patrimônio; (ii) registro da referência cultural, inventário e programa de patrimonialização; (iii) programa de monitoramento. O plano de ação de gestão encontra-se em implementação pela UGP, com apoio da firma de supervisão que contratou um arqueólogo, e será monitorado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
9.	Alternativas para evitar o reassentamento involuntário;	Alternativas viáveis de soluções para o Projeto, de modo a minimizar o reassentamento sem comprometer a segurança da população, foram e continuarão em consideração. O projeto conceitual de sete das oito atividades de obras civis da Fase 2 baseia-se nos resultados do estudo hidrológico e hidráulico atualizado de 2014, para todo o sistema de drenagem da Região de Lagoas do Norte, que determinou o nível ideal da água nas lagoas, levando-se em conta

No.	Reivindicação	Respostas
		aspectos sociais e ambientais (inclusive a qualidade da água), o funcionamento das lagoas e a existência de uma área tampão para absorver as inundações com ocorrência a cada 25 anos. A análise das alternativas para o estabelecimento do APP em torno das lagoas levou à adoção do conceito de "janela da paisagem", levando-se em conta a necessidade de minimizar o reassentamento.
		Análise de alternativas para o sistema de drenagem: Estudouse em 2005/06 a situação das inundações na região norte das lagoas com base em análises hidrológicas e hidráulicas as quais avaliaram cenários de intervenção no sistema das lagoas e canais para encontrar um equilíbrio entre a redução do risco de inundação e as necessidades de reassentamento. Com o objetivo de maximizar a capacidade de vazão das lagoas, tornou-se necessário aumentar a capacidade de bombeamento a partir da lagoa de Oleiros para o rio Parnaíba. Em decorrência, durante a Fase 1 do Projeto instalou-se uma estação de bombeamento com capacidade adicional de 8 m³/s, aumentando a capacidade existente de 2 m³/s.
		Durante a elaboração da Fase 2 do Projeto em 2014, Tucci e Souza, em um estudo denominado "Controle de Inundação e Manutenção dos níveis da Região de Lagoas do Norte: simulações hidrológicas e hidráulicas dos cenários de inundação", reavaliaram o sistema global de macrodrenagem e a Região de Lagoas do Norte com o uso de diversos cenários. De acordo com a legislação brasileira, o sistema de macrodrenagem foi projetado para um retorno de 25 anos. O estudo teve como objetivo simular e projetar um risco de 25 anos de condições de inundação nas lagoas do sistema que desembocam na lagoa de Oleiros. Estudou-se uma série de cenários para o sistema, o que permitiu aos autores obter os níveis máximos de inundação para o prazo de reincidência de 25 anos nas lagoas.
		O estudo de 2014 definiu que a manutenção do nível de 55 m na lagoa de Oleiros era o cenário operacional mais adequado, pois reduzia a necessidade de reassentamento nas margens da lagoa e permitiria maximizar o nível da água no início da estação seca. O estudo também verificou o cenário para uma vazão de 50 anos durante o prazo de alta descarga.
		Análise de alternativas para estabelecer o APP: As lagoas e suas faixas ribeirinhas são protegidas pela legislação ambiental brasileira. A APP significa a área protegida ou zona tampão, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar corpos d'água, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade; facilitar o fluxo gênico da fauna e flora; proteger o solo; e garantir o bem-estar das populações humanas.
		Conforme demonstrado na ESIA, duas alternativas distintas foram também analisadas para a definição da APP em torno das lagoas, de modo a evitar futuras invasões: Alternativa 1,

No.	Reivindicação	Respostas
		a reabilitação da APP das lagoas com uma faixa de 30 m de largura medida a partir do nível máximo da lagoa, com o acréscimo de uma faixa de 10 m para instalações de saneamento, acesso rodoviário, etc.; e Alternativa 2, a reabilitação da APP das lagoas com base em um planta urbana³ que cria disposições para estruturas de moradias já consolidadas na APP, com o uso da planta de "janelas panorâmicas". Foi adotada a segunda alternativa em razão da redução significativa da necessidade de relocar famílias, no momento da presente análise estimadas em 763 domicílios totalmente afetados e 131 domicílios parcialmente afetados, em comparação aos 1214 totalmente afetados e 65 parcialmente afetados na primeira alternativa.
		A análise de alternativas para a planta das obras civis para fortalecimento dos diques Boa Esperança e Mocambinho (Obra no. 6) encontra-se em andamento. Considerando a importância crítica para o Projeto da operação e manutenção dos diques Boa Esperança e Mocambinho, foi criada em 2005 a Comissão independente de especialistas em segurança de barragens (CdE), durante a elaboração da Fase 1 do Projeto, para avaliação da estabilidade e segurança destes diques (em conformidade com a OP/BP 4.37 sobre Segurança de Barragens. A CdE visitou o local em janeiro de 2006 e examinou o estado e a inclinação dos taludes dos diques, recomendando a remoção das casas construídas no topo do dique Boa Esperança, entre o mesmo e o rio, entre outras medidas.
		Durante o preparo da Fase 2 do Projeto, estabeleceu-se em 2015 uma nova CdE para revisar e atualizar a avaliação de segurança realizada durante a Fase 1do Projeto à luz dos eventos ocorridos desde 2006 (a exemplo das inundações de 2008 nos rios Parnaíba e Poti, a adoção do plano diretor de drenagem urbana de Teresina, o aumento da capacidade de bombeamento da estação Boa Esperança, bem como a avaliação de risco dos diques em 2015, realizada pelo Serviço Geológico do Brasil), e levando-se em conta uma proposta de ampliação da Avenida Boa Esperança. Os objetivos específicos deste trabalho foram: (i) revisar e avaliar a situação atual do dique no que tange à estabilidade e segurança, (ii) avaliar o investimento na estação de bombeamento realizado na Fase 1 do Projeto ao longo do dique, e determinar a necessidade de mais obras de forma a garantir a segurança e a estabilidade do dique; e (iii) revisar os projetos de engenharia detalhados que ainda estavam em elaboração, avaliando se os mesmos teriam algum impacto na estabilidade ou segurança do dique. A CdE concluiu sua avaliação em fevereiro de 2016 e

³ De acordo com os critérios estabelecidos na decisão do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Decisão CONAMA 396/2006), substituída ainda pelo Código Florestal 12.651/2012; e a lei nacional 11.977/2009 - Programa Minha Casa Minha Vida.

No.	Reivindicação	Respostas
		seu relatório de 2015/2016 também concluiu que as moradias e demais estruturas construídas no topo e nos taludes dos diques representavam um risco de possíveis danos à integridade destes últimos, o que poderia levar ao enfraquecimento de sua estrutura a médio e longo prazos, e risco de tubulação. ⁴
		A pedido do MPE, entre 2017 e 2018 a mesma CdE realizou uma segunda revisão para avaliar as possíveis alternativas sugeridas pela comunidade, ou seja, a ampliação da Avenida Boa Esperança e a mudança do eixo do dique para mais perto das margens do rio Parnaíba de modo a evitar a remoção de casas, e assim produziu outro relatório. O relatório 2017/2018 determinou que, para fins de manutenção da segurança e da estabilidade geotécnica do dique, a ocupação da parte externa do dique Boa Esperança (entre o dique e o rio Parnaíba) representava alto risco à integridade estrutural e segurança do mesmo, e por este motivo, os moradores desta região deveriam ser transferidos. ^{5,6} A CdE também concluiu que a alternativa de mudar o eixo do dique para evitar a remoção de casas não era viável, devido às dificuldades com relação aos paleocanais ao longo da margem esquerda do rio Parnaíba assim como os elevados custos de investimento e manutenção.
		A revisão 2017/2018 da CdE também constatou que o dique Boa Esperança não estava de acordo com os critérios de segurança ⁷ devido às intervenções existentes nos taludes, a exemplo da construção de fundações para sustentar casas e estabelecimentos comerciais, perfuração de poços de abastecimento d'água e escavação de poços de saneamento. (Veja Figuras 2 e 3.) Ademais, a CdE recomendou a elevação do bordo livre do dique Boa Esperança em 1 metro acima da marca d'água de 1985 para fazer frente ao pico de inundação equivalente ao de 100 anos.
		Em fevereiro de 2019, durante missão de supervisão pelo Banco, foram abordados dois cursos de ação com o Município: prosseguir com a reabilitação do dique conforme as recomendações da CdE, inclusive o reassentamento de famílias; ou realizar estudos complementares para analisar outras alternativas para reabilitar o dique e aumentar a segurança,

_

⁴ A tubulação começa quando há uma diferença nos níveis de água, resultando na elevação da camada de manta no interior do dique. Um fluxo do lençol freático lava a areia abaixo do dique. O resultado é um tubo que mina o dique, levando a uma possível falha

⁵ Município de Teresina. 2017. *Parte 1 do Relatório da Terceira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens*. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2017.pdf

⁶ Município de Teresina. 2018. Parte 2 do Relatório da Terceira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2018.pdf

⁷ Diretrizes nacionais e internacionais para a segurança de barragens, inclusive critérios hidrológicos hidráulicos e geotécnicos.

No.	Reivindicação	Respostas
		visando minimizar o reassentamento. O município optou pelo segundo curso de ação. Atualmente uma empresa de consultoria contratada pelo Mutuário está analisando alternativas com base em novas pesquisas / avaliações a serem realizadas para minimizar ainda mais as necessidades de reassentamento, sempre que viável, ao garantir a segurança da população local. Esta análise será concluída até o final de dezembro de 2019 e serão realizadas consultas com as comunidades. Ademais, o Projeto incluirá a introdução de medidas não estruturais para minimizar os riscos para a população, tais como um sistema de alerta precoce e plano de ação de emergência.
10.	 Possibilidades de participação nos benefícios proporcionados pelo projeto; 	O Projeto pretende beneficiar os moradores locais, garantindo a proteção contra inundações, melhorando a qualidade da água das lagoas, aumentando o acesso a áreas de lazer ambientalmente limpas e melhorando o acesso a água e saneamento. Ademais, o Projeto promove oportunidades de treinamento, atividades culturais, de gênero e incentivos para os jovens. O projeto apoiou a criação do Parque Lagoas do Norte e o Parque de Mocambinho, assim como a reabilitação do Parque Encontro dos Rios, todos com acesso gratuito à população.
		O projeto também promoveu estudos/planos importantes com impacto na cidade como um todo, a exemplo do Plano Diretor de Drenagem, o Plano Diretor de Água e Saneamento; Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana; capacitação e modernização do governo municipal.
		O componente 3 do Projeto oferece treinamento, bolsas de estudo, aulas de reciclagem profissional, etc. para moradores bem como pessoas afetadas. Ver respostas às Reivindicações 5 e 7. O projeto inclui apoio dirigido em garantia de que as mulheres também se beneficiem destas atividades. Os domicílios chefiados por mulheres compreendem uma grande quantidade de pessoas afetadas pelo Projeto na Região de Lagoas do Norte. Conforme abordado em maior detalhe na resposta à Reivindicação 13, a Gerência deseja destacar que o Projeto - no Componente 3 - inclui apoio a diversas atividades voltadas para gênero. Tais atividades incluem: (i) treinamento profissional (construção civil, mecânica de automóveis, cabeleireiro) e inserção no mercado de trabalho feminino (em andamento); (ii) o diagnóstico de violência contra as mulheres (concluído); (iii) atividades de capacitação de funcionários municipais para auxiliar mulheres vítimas da violência e a melhoria e padronização de procedimentos para prestar assistência a mulheres vítimas de violência, nos centros de atendimento municipais (em andamento); (iv) reciclagem de emprego para mulheres vítimas de violência (planejada); e (v) atividades de fortalecimento da Secretaria Municipal de Direitos da Mulher.

No.	Reivindicação	Respostas
		Conforme abordado anteriormente, entre 2016 e 2018, foram realizadas 87 atividades comunitárias gerais no Parque Lagoas do Norte. Estas englobam: (a) 25 reuniões da comunidade; (b) 25 oficinas sobre aspectos ambientais; (c) atividades culturais para estudantes e crianças; (d) oficinas e treinamento para mulheres afetadas pelo Projeto (ver Reivindicação 14).
11.	Oportunidades de participação no planejamento e implementação do programa de reassentamento, para que suas demandas sejam ouvidas e respondidas, para que sejam auxiliadas em seus esforços para restaurar suas condições de vida, se a alternativa de melhorar essas condições prevalecer;	Conforme mencionado acima, o Projeto planejou e implantou um processo para o engajamento e consulta das partes interessadas, e participação das pessoas afetadas pelo Projeto nas atividades e em todas as fases do mesmo (Ver resposta à Reivindicação 2). Há diversos canais de comunicação com a comunidade para garantir o envolvimento e a participação significativos das pessoas afetadas pelo Projeto em suas atividades, e para servir como meio para os moradores suscitarem dúvidas e preocupações sobre os esforços para restaurar as condições de vida das pessoas reassentadas. Foram realizadas diversas rodadas de consultas durante a elaboração do RPF e RAPs seguintes, de modo a garantir que as pessoas afetadas pelo Projeto expressem suas opiniões e preferências em relação às opções de indenização e restauração dos meios de subsistência.
		As preocupações das pessoas afetadas pelo Projeto, suscitadas durante as audiências públicas e outras instâncias das consultas e participação, levaram a mudanças no desenho do Projeto e à redução da quantidade de pessoas a serem reassentadas (ver resposta à Reivindicação 3).
		O Projeto também promove o envolvimento ativo bem como a participação dos moradores através da UPS e do Comitê de Mobilização (ver resposta à Reivindicação 2).
		O Projeto estabeleceu um sistema de solução de reclamações com vários canais disponíveis para o envio dessas reclamações pelas pessoas afetadas pelo Projeto. O principal mecanismo de solução de reclamações para utilização pela população é o aplicativo de telefone COLAB, o canal oficial do Município para receber reclamações. O COLAB foi fundado em 2017 e recebeu até hoje 18.279 reclamações de moradores de Teresina. Apenas nove destas queixas tratavam da Fase 2 do Projeto, sendo que as queixas suscitavam reclamações com relação especial à falta de manutenção da infraestrutura pública e incidentes de trânsito na região do Parque Lagoas do Norte, os quais foram tratados. Não foram recebidas reclamações relativas ao reassentamento pelo COLAB. No prazo de três dias após o recebimento da reclamação, o COLAB a avalia antes de encaminhá-la ao departamento municipal competente para tratar das questões levantadas. O departamento tem 23 dias para adotar medidas para resolver a reclamação (3 dias para avaliação, 20 para a solução). O reclamante receberá uma

confirmação de recebimento e comunicação de que as questões foram resolvidas. Durante o processo de solução, o COLAB mantém comunicação com o reclamante.

Antes da adoção do COLAB, a UPS era um "balcão único" colocado na área do Projeto como GRM para resolver problemas e reclamações e lidar com as perguntas dos cidadãos, papel ainda desempenhado pela UPS. O Ombudsman do Município também é parte integrante do GRM.

As reclamações recebidas pela UPS são anotadas em um registro de reclamações. As reclamações são encaminhadas à UGP para serem tratadas. A UGP também poderá encaminhar reclamações ao órgão Municipal competente, dependendo do objeto da reclamação. O Comitê de Mobilização também receberá reclamações de pessoas afetadas pelo Projeto.

A Gerência avaliou a eficácia do sistema GRM e sugeriu melhorias para garantir que as reclamações sejam avaliadas e analisadas em tempo hábil, seja mantida a comunicação com o reclamante durante todo o processo de tratamento das reclamações, estando disponível um processo recursal.

As melhorias sugeridas são:

- O COLAB deverá garantir que seja mantida comunicação com o reclamante durante o processo de solução da reclamação.
- A UPS deverá se relacionar diretamente com a comunidade e registrar as reclamações recebidas no sistema COLAB, as quais serão encaminhadas ao órgão Municipal encarregado de tratar as reclamações.
- Integrantes da UPS e do Comitê de Mobilização deverão receber treinamento sobre o tratamento das reclamações.
- A UGP deverá divulgar ainda mais informações sobre o sistema e processo de GRM.

O Ombudsman Municipal continuará como meio para recursos

No.	Reivindicação	Respostas
12.	[sic] As condições sob as quais a população afetada vive, usadas como base para encontrar maneiras de recuperar seu sustento;	Em atendimento às políticas do Banco, realizou-se pesquisa socioeconômica e de linha de base para cada região, como parte do preparo de cada RAP. A análise socioeconômica abrangeu todos os aspectos relevantes para o desenvolvimento do programa de reassentamento, garantir que o mesmo lide e proteja contra riscos de empobrecimento e permita às pessoas afetadas aproveitarem os benefícios do Projeto. A análise avaliou, entre outros itens, composição familiar, aspectos de gênero, atividades de geração de renda, estruturas e seu uso pelas pessoas afetadas (residencial, comercial). Realizou-se também uma pesquisa de linha de base da região geral do Projeto em 2012, para reunir informações sobre as condições e qualidade de vida da população geral da Região de Lagoas do Norte. A análise focou na sustentabilidade ambiental e social.
		Estes dados servirão de base para monitorar e avaliar a implementação do reassentamento, inclusive o programa de restauração dos meios de subsistência. O monitoramento e a avaliação posteriores serão desenvolvidos em um processo paralelo à fase de planejamento e execução do reassentamento, pois tais processos visam verificar se os objetivos, o plano de ação e a política do RAP vêm sendo cumpridos. A Gerência solicitou ao Município que garanta que a avaliação posterior inclua a recuperação de meios de subsistência (atividades comerciais e acesso ao emprego), acesso a serviços, inclusive saúde, educação, transporte público e redes sociais nas comunidades reassentadas, remanescentes e hospedeiras.
		Embora o RAP não defina medidas específicas de mitigação para recuperar os meios de subsistência, outros estudos a exemplo do Estudo Antropológico e o estudo denominado Projeto Socioambiental: Participação Popular e Controle Social (volumes I e II), resumem as medidas para apoiar o reassentamento das pessoas afetadas pelo Projeto, para melhorar ou pelo menos restaurar suas condições de subsistência, conforme consta das respostas às Reivindicações 6, 7 e 8.
		A Gerência solicitou ao Mutuário que melhore e atualize a discriminação do programa de restauração dos meios de subsistência nos RAPs atualizados.

No.	Reivindicação	Respostas
13.	Participação das famílias envolvidas, considerando o princípio da	As mulheres são favorecidas nas negociações sobre as formas alternativas de indenização e o planejamento e implementação do reassentamento.
	propriedade compartilhada entre homens e mulheres, nos bens e nas negociações relativas às formas alternativas de indenização inerentes ao planejamento e implementação de todo tipo de reassentamento;	O Projeto segue as Leis 11977/2009 e 12693/2012, que dispõem que todos os contratos sob o Minha Casa Minha Vida darão preferência ao registro da casa em nome da mulher.
		A Lei 1263/2012 também define que, em caso de divórcio, a casa será registrada em nome da mulher (salvo quando o homem obtiver a custódia total dos filhos, caso no qual o imóvel deverá ser registrado ou transferido para ele). O censo das famílias afetadas identifica o gênero do chefe da família. Por exemplo, o RAP para a obra no. 2 identificou que, nos domicílios afetados, as mulheres representam 77% das chefes de família.
		Para as casas financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, tais como as do Parque Brasil, os títulos de propriedade para as novas casas serão, de preferência, registrados em nome das mulheres. Estando a casa em região não coberta pelo programa, os títulos serão emitidos em nome de ambos os cônjuges.
		Por exemplo, o RAP para Matadouro, datado de março de 2017, na página 10, a seção 2.6.1 declara que "o chefe da família é considerado <u>a pessoa responsável por tomar decisões em relação à vida doméstica</u> ", demonstrando que o RAP foi bem pensado e teve uma abordagem progressiva e inclusiva em sua elaboração. As seguintes informações de linha de base divulgadas no RAP moldaram o instrumento: "constatou-se que 65% das famílias são chefiadas por mulheres e 29% por homens, revelando o papel predominante das mulheres na condução da vida destas famílias" (página 11).
		No caso de indenização em espécie e reassentamento monitorado, a indenização caberá ao casal.
		O Projeto promove a institucionalização de uma abordagem integrada de valorização de gênero, que visa promover o empoderamento, a inclusão e a proteção das mulheres.
		Em especial, no Componente 3: O Desenvolvimento Social e Econômico da Região de Lagoas do Norte, o Projeto promoveu um Diagnóstico Participativo de Crime e Violência, que subsidiou a elaboração e a implantação de um Plano Municipal de Prevenção da Violência, com foco especial na violência de gênero, também custeado pelo projeto. Estas atividades foram acompanhadas por uma série de eventos de capacitação, com forte foco na juventude e na violência de gênero, que também contribuíram para institucionalizar uma abordagem integrada de gênero ao desenvolvimento social e econômico (2017-2019). Este componente também inclui o projeto transversal,
		"Teresina Mais Mulher", em processo de implantação, que vi capacitar e proteger as mulheres das regiões mais vulneráveis

		das Lagoas do Norte, oferecendo treinamento contínuo em
		áreas de alta demanda na cidade, tais como construção e
		tecnologia da informação; promovendo a conscientização
		pública sobre a violência doméstica; e prestando apoio
		psicológico e jurídico às vítimas de violência.
		O componente 3 também incluiu atividades específicas de capacitação para a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), encarregada de garantir a inclusão de gênero nas políticas municipais e responsável por programas específicos voltados para o apoio às mulheres sobreviventes de violência doméstica.
		Realizou-se, durante a implementação da Fase 2 do Projeto, um Diagnóstico da Violência contra Mulheres em Teresina, entre 2017 e 2018. Esta foi a primeira análise completa realizada na
		cidade relativa a este assunto. O estudo serviu de insumo para o projeto do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de
		Teresina, bem como para a estratégia geral e o plano de ação seguidos pela SMPM. Estava incluída a análise de inventários
		dos serviços atuais disponíveis às vítimas e recomendações
		sobre como preencher as lacunas na prestação de serviços. O
		Projeto contratou recentemente uma nova empresa de
		consultoria para continuar a fornecer assistência técnica à
		SMPM nas áreas identificadas como lacunas prioritárias pelo
		diagnóstico (por exemplo, monitoramento e avaliação dos
		serviços prestados às vítimas da violência).
14.	 Pagamento obrigatório 	O RPF e os cinco RAPs aprovados exigem claramente o
	de indenização antes	pagamento da indenização do valor total de reposição antes
	do reassentamento;	de qualquer reassentamento. O Mutuário manteve registros
		documentando o pagamento a todas as pessoas habilitadas e
		afetadas pelo Projeto, das indenizações do valor total da
		reposição (em parcela única) antes de desocupar o imóvel. Conforme indicado nos RPF e RAPs, após o pagamento da
		indenização às pessoas habilitadas e afetadas pelo projeto, estas
		têm até 15 dias para desocupar a propriedade, que poderá ser
		estendida caso a caso, mediante solicitação das pessoas
		afetadas pelo Projeto.

No.	Reivindicação	Respostas
15.	Necessidade de serviços de consultoria jurídica durante a negociação de indenização; sua falta resultou em avaliações injustas de propriedades e imóveis que nem sequer foram conduzidas com antecedência. O método do custo de reposição, que deve incluir os custos de transação, não foi adotado.	A prestação de serviços jurídicos durante a negociação da indenização não é requisito da política do Banco. No entanto, o RPF do projeto e os cinco RAPs aprovados estabelecem, por questão de boas práticas, a opção da prestação de assessoria jurídica gratuita às pessoas afetadas pelo Projeto, durante a negociação da indenização. Os RAPs passam a afirmar que as pessoas afetadas pelo Projeto também poderão se valer do apoio de advogados ou da Defensoria Pública para assuntos jurídicos. A possibilidade de obter auxílio jurídico ao negociar a indenização é opção amplamente divulgada entre as pessoas afetadas pelo Projeto, inclusive por meio de folhetos com perguntas e respostas fornecidas às pessoas afetadas pelo Projeto durante as consultas públicas (ver Anexo 6). Nesse sentido, as pessoas afetadas pelo Projeto já se beneficiaram de diferentes formas de assessoria jurídica gratuita, inclusive através do emprego bem-sucedido de serviços de mediação independentes pagos pelo Projeto e prestados por advogados da OAB nas negociações para pagamento de indenização por reassentamento involuntário. Finalmente, o Município confirmou à Gerência o seu compromisso de continuar oferecendo às pessoas afetadas pelo Projeto a faculdade de obter serviços de consultoria jurídica gratuita para as negociações de indenização em andamento e futuras, conforme consta dos RPF e RAPs. O princípio do custo total de reposição, de acordo com a OP 4.12, reflete-se em toda a documentação do Projeto, inclusive no RPF e nos cinco RAPs aprovados e aplica-se de forma coerente nos pacotes de indenização oferecidos nos termos do Projeto. Embora não conste referência explícita à inclusão de "custos de operação" no cálculo do custo de reposição em todos os instrumentos de reassentamento do Projeto, todos estes custos foram cobertos pelo Projeto ou dispensados. No entanto, para evitar qualquer dúvida, o Banco solicitou ao Mutuário a atualização de todos os instrumentos de reassentamento do Projeto, garantindo a incorporação de uma referência explícita.
		solicitará ao Mutuário que reveja e explique toda suposta avaliação injusta levada ao seu conhecimento.

No.	Reivindicação	Respostas
16.	As famílias sem direito jurídico à propriedade (posseiros) e famílias ou indivíduos sem direito jurídico ao terreno (locatários, cedentes, inquilinos, vendedores ambulantes ou vendedores informais) perderão o direito de acessar e utilizar parte do terreno (em razão do início da construção).	Os direitos de reassentamento (indenização e assistência) oferecidos a todas as pessoas afetadas pelo Projeto elegíveis (inclusive posseiros ou locatários/ inquilinos, entre outros) no âmbito do Projeto, conforme estabelecido nos RPF e RAPs, acham-se alinhados com a OP 4.12. Por exemplo, no caso de posseiros, os RAPs oferecem não apenas indenização a custo total de reposição pela perda de bens (incluindo indenização pelas melhorias e opção de recuperar e transportar bens gratuitamente), mas também indenização de 70% do valor da terra que ocupam, enquanto a OP 4.12 não estipula a indenização pela terra no caso de pessoas afetadas pelo Projeto sem registro de propriedade. No caso de locatários e cedentes, estes recebem subvenções de aluguel equivalentes a 12 meses em aluguel e transporte
		gratuito para a mudança dos bens. Com relação aos impactos de deslocamento, os ESMPs elaborados para cada uma das obras promovidas pelo Projeto abordam os possíveis impactos negativos temporários relativos à fase de construção. Estes incluem uma estratégia robusta de comunicação com as comunidades vizinhas e medidas de segurança e acessibilidade. Por exemplo, é necessário que em cada rua uma pista e uma calçada permaneçam sempre abertas ao fluxo de pedestres e veículos, reduzindo os impactos ao comércio local e às atividades dos vendedores ambulantes.
17.	Que o Parque Lagoas do Norte seja dedicado a quem já mora perto do seu espaço! Temos certeza de que isto acarretará menor custo financeiro e produzirá maior valor social.	O Parque Lagoas do Norte está aberto a todos os moradores, inclusive os que serão relocados devido ao Projeto. Primeiro, os moradores são atendidos pelas funções de gerenciamento de inundações do Parque Lagoas do Norte. O mesmo protege as lagoas, ajudando a garantir sua capacidade de absorção das inundações sazonais, reduzindo a frequência e gravidade em toda a região da ocorrência das inundações. Segundo, o Parque Lagoas do Norte oferece uma área de lazer para todos os moradores das Lagoas do Norte. O referido Parque possui 13,2 hectares de área de lazer (um total de 25,7 ha, inclusive a área das lagoas). Este Parque está aberto ao público em todos os momentos. Além do mais, os 4,8 ha do Parque Mocambinho são cercados em virtude da segurança pública, embora seus três portões permaneçam abertos de terça a domingo, das 5:30 às 11:00 e das 15:00 às 21:00, e às segundas-feiras das 5:30 às 10:00 (nas segundas-feiras também é feita manutenção). Finalmente, as famílias reassentadas poderão permanecer próximas do parque. Para as famílias que optam pela mudança para o Parque Brasil, o complexo fica a cerca de 8 km do Parque Lagoas do Norte e a 5 km do Parque Mocambinho, com fácil acesso de ônibus e outros meios de transporte particulares. As famílias reassentadas que selecionarem o reassentamento monitorado ou a indenização em espécie poderão optar por se localizar na mesma região, com boa proximidade ao Parque. Uma pesquisa realizada em agosto de 2018 identificou mais de 200 casas disponíveis na região do Projeto, com potencial para aquisição pelas famílias afetadas.

Anexo 2. Quadro Resumo da Situação das Obras e Respectivos Planos Ambientais e de Reassentamento na Fase 2 do Projeto

Contrat os de Obras	Bairro	Situação dos Projetos	RAP Elaborado No. do Banco Data Publicado WB	Plano de Gestão Ambiental Data Publicado WB	Seções de Obras em 5/set de 2019 ¹	Situação das Obras/Implementação RAP	Quantidade estimada de propriedades afetadas em 5/set de 2019
MOCAMBINHO	Mocambinho	Concluídas	Sim 17/mar 17/mar	16/out	Mocambinho	RAP implementado por completo. Obras concluídas	1
MATADOURO	Matadouro	Concluídas	Sim 17/jul- 17/mar	19/set	Matadouro	RAP em implementação. 2ª fase das obras contratadas. Obras Plano Ambiental e Social apresentado ao Banco sem objeções.	36
	São Joaquim e Nova Brasília	Concluídas	Sim 18/jul- 19/fev	19/set	Seção 1	RAP em negociação nas Seções 2 e 3. Contrato de obra assinado. Plano Ambiental e Social de Obras aprovado. Obras não iniciadas. RAP em negociação na Seção 1. Negociações da Seção 2 ainda não iniciadas. Contrato de obras assinado. Plano Ambiental e Social apresentado ao Banco para Numeração. Obras não iniciadas na Seção 1. Atividades Seção 2 não iniciadas	0
Obra No.1 (E1)					Seção 2		76
					Seção 3		104
Obra No.2 (E2) Ma	Mafrense Concluídas	Concluídas	Sim Concluídas 19/jan- 19/fev	19/set ³	Seção 1		60
					Seção 2		61
01 34 2 (52)	São Joaquim e Olarias		Sim 19/fev - 19/fev	19/set	Seção 1	RAP em negociação na Seção 1. Obras em contratação. Seção 2 não iniciou implementação RAP.	68
Obra No.3 (E3)					Seção 2		171
Obra No.4 (E4)	Mafrense e Olarias	Em finalização	Não - -	-	Polo Cultural	Aguardando plantas definitivas para elaborar o RAP, o ESMP e documentos de licitação.	152

Os RAPs originais são objeto de revisitas para incluir as seções de obras coerentes com o planejamento atual e a estimativa revisada das Pessoas afetadas pelo Projeto, com base no atual censo atualizado.

² Estes números estão sujeitos a revisão, pois as plantas de algumas atividades do Projeto ainda estão sob análise de modo a reduzir ainda mais o número de famílias a serem reassentadas. O estabelecimento da data limite de 14 de outubro de 2019 também poderá levar a um ajuste do número à medida que o censo seja atualizado.

³ O ESMP foi aprovado pelo Banco, porém não foi divulgado.

Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Contratos de Obras	Bairro	Situação dos Projetos	RAP Elaborado No. do Banco Data Publicado WB	15 5 5 5 5 5	Seções de Obras em 5/set de 2019 ¹	Situação das Obras/Implementação RAP	Quantidade estimada de propriedade s afetada em 5/set de 2019 ²
Obra No.5 (E5)	Mafrense	Concluída e apresentada ao Banco sem objeções	Sim - -	-	Piçarreira	Aguardando RAP e ESMP revisados e aprovados pelo Banco para iniciar o processo de licitação.	94
Obra No. 6 (E6) para Segurança dos Diques.	São Joaquim, Poti Velho e Olarias	Alternativas em estudo	Não - -	-	Avenida Boa Esperança	Aguardando desenvolvimento de plantas alternativas. Em seguida, os RAP, ESMP e documentos de licitação serão elaborados.	174
							997

Anexo 3. Relação de Documentos Disponíveis em Arquivo

- Serviços Geológicos do Brasil. 2015. *Mapeamento das Áreas de Risco e Desastres Naturais Avenida Boa Esperança entre a Rua Minas Gerais e o Restaurante Pesqueirinho*. Ministério das Minas e Energia. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/ESTUDO CPRM Detalhamento-Poligonal.pdf.
- Município de Teresina. 2006. *Relatório Final da Primeira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens*. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2006.pdf
- Município de Teresina. 2012. *Relatório da Linha de Base do Programa das Lagoas do Norte*. Elaborado por Tecnometrica. Teresina. http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2015/05/PLN-ESTUDO-DE-LINHA-DE-BASE-2013.pdf
- Município de Teresina. 2012. *Plano Diretor de Drenagem Urbana para o Município de Teresina*. Elaborado por Concremat Engenharia. http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/PDDrU THE VF TOMO01 impressao.pdf
- Município de Teresina. 2014. Controle de Inundações e Manutenção dos Níveis das Lagoas na Região de Lagoas do Norte Simulações Hidrológicas e Hidráulicas de Inundações Elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Município de Teresina, por C. Tucci. C. e R. Souza.
- Município de Teresina. 2015. *Audiência Pública Março de 2015 Segunda Fase do Programa Lagoas do Norte*. http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/Lagoas-do-Norte-audi%C3%AAncia-p%C3%BAblica-dia-17-de-mar%C3%A7o.pdf
- Município de Teresina. 2016. *Plano de Saneamento Básico de Teresina*. Elaborado por DRZ Geotecnologia e Consultoria. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/plano-municipal-de-saneamento-basico/
- Município de Teresina. 2016. *Relatório Final da Segunda Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens*. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2016.pdf
- Município de Teresina. 2017. Parte 1 do Relatório da Terceira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2017.pdf
- Município de Teresina. 2018. Parte 2 do Relatório da Terceira Comissão de Especialistas em Segurança de Barragens. Teresina. https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Painel-de-Seguranca-2018.pdf
- Plano de Reassentamento Involuntário para Canal do Matadouro no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Plano de Reassentamento. Washington, DC: Banco Mundial, 2017. http://documents.worldbank.org/curated/en/109651499878835889/pdf/SFG3507- RP-PORTUGUESE-P088966-PUBLIC-Disclosed-7-12-2017.pdf
- Plano de Reassentamento Involuntário para Mocambinho no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Plano de Reassentamento.

 Washington, DC: Banco Mundial, 2017. https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/document-detail/P088966

Plano de Reassentamento Involuntário para Pri Edital-1 no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Plano de Reassentamento. Washington, DC: Banco Mundial, 2019.

http://documents.worldbank.org/curated/en/470721551242426024/pdf/PRI-EDITAL-1-P9.pdf

Plano de Reassentamento Involuntário para Pri -Rua Manoel de Aguiar Filho - Trecho 2 no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida:

Plano de Reassentamento. Washington, DC: Banco Mundial, 2019. http://documents.worldbank.org/curated/en/470721551242426024/pdf/PRI-EDITAL-1-P9.pdf

Banco Mundial. 2007. Plano de Avaliação Ambiental no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/583721468021292553/pdf/E16180v20RAA04final053Mar306072.pdf

Banco Mundial. 2007. Sumário Executivo em Inglês - Avaliação Ambiental no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/585741468006635585/pdf/E16180exec0sum10final01March0301071.pdf

Banco Mundial. 2007. Fase de Avaliação ISDS no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Folha de Dados de Salvaguardas Integradas. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/357591468019776219/pdf/Integrated0Saf1et010Appraisa 10Stage.pdf

Banco Mundial. 2007. Fase de Conceito ISDS no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Folha de Dados de Salvaguardas Integradas.

Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/729341468239983724/pdf/Integrated0Saf1heet010Conce pt0Stage.pdf

Banco Mundial. 2007. Fase de Avaliação do Documento de Informações do Projeto no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Documento de Informações do Projeto.

Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/539781468743767776/pdf/Teresina0PID010appraisal0stage.pdf

Banco Mundial. 2007. Marco da Política de Reassentamento no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Plano de Reassentamento. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/808081468020061367/pdf/RP5480REVISED010final01 March0301071.pdf

Banco Mundial. 2008. Contrato de Financiamento para o Empréstimo 7523-BR no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Contrato. Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/750701468201238682/pdf/L75230BR0CONFORMED.pdf

98759020520.pdf

- Banco Mundial. 2008. Documento de Avaliação do Projeto no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Documento de Avaliação do Projeto. Washington, DC: Banco Mundial.
 - $http://documents.worldbank.org/curated/en/457731468019778469/pdf/426680PAD0P08810only10Se\ cM200810095.pdf$
- Banco Mundial. 2011. Sequência ISR No. 06 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/870971468767985746/pdf/P0889660ISR0Di0226201112
- Banco Mundial. 2011. Sequência ISR No. 07 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/568781468769194347/pdf/ISR0Disclosabl009201201341867195301.pdf
- Banco Mundial. 2012. Sequência ISR No. 08 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/568781468769194347/pdf/ISR0Disclosabl009201201341867195301.pdf
- Banco Mundial. 2013. Sequência ISR No. 09 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/957291468016759739/pdf/ISR-Disclosable- P088966-03-03-2013-1362357559943.pdf
- Banco Mundial. 2013. Sequência ISR No. 10 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/445641468232150320/pdf/ISR-Disclosable-p088966-12-07-2013-1386465192174.pdf
- Banco Mundial. 2013. Contrato de Financiamento para o Empréstimo 7523-BR no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Contrato. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/414031468228875616/pdf/RAD15078280.pdf
- Banco Mundial. 2013. Parecer do Projeto para o Empréstimo 7523-BR no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Parecer do Projeto.

 Washington, DC: Banco Mundial.

 http://documents.worldbank.org/curated/en/294031468015577986/pdf/798960PJRP0P080Box0379795800PUBLIC0.pdf

- Banco Mundial. 2014. Anexos de Avaliação Ambiental para Financiamento Adicional no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida:
 Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial.

 http://documents.worldbank.org/curated/en/421811468017449924/pdf/E46750v10EA0P10losed011012014000v10.pdf
- Banco Mundial. 2014. Plano de Avaliação Ambiental para Financiamento Adicional no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial.

 http://documents.worldbank.org/curated/en/774641468224700865/pdf/E46750v20EA0P10losed011012014000v20.pdf
- Banco Mundial. 2014. Fase de Avaliação ISDS para Financiamento Adicional no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Folha de Dados de Salvaguardas Integradas.

Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/754621468213580934/pdf/AppraisalISDS-Print-P146870-01-02-2015-1420235252208.pdf

- Banco Mundial. 2014. Sequência ISR No. 11 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/291411468020961379/pdf/ISR-Disclosable- P088966-07-19-2014-1405771874128.pdf
- Banco Mundial. 2014. Sequência ISR No. 12 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/541631468013206885/pdf/ISR-Disclosable- P088966-11-28-2014-1417222789765.pdf
- Banco Mundial. 2014. Marco da Política de Reassentamento para Financiamento Adicional no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Plano de Reassentamento.

Washington, DC: Banco Mundial.

http://documents.worldbank.org/curated/en/341981468226149739/pdf/RP17040RP0P1460t0Instrument0P146870.pdf

- Banco Mundial. 2015. Sumário Executivo em Inglês Avaliação Ambiental para Financiamento Adicional no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/338591468214488807/pdf/942700BR0P14680OUO0900 SecM201500038.pdf
- Banco Mundial. 2015. Sequência ISR No. 13 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/142631468237284001/pdf/ISR-Disclosable- P088966-05-06-2015-1430929408526.pdf
- Banco Mundial. 2015. Sequência ISR No. 14 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial.
 - http://documents.worldbank.org/curated/en/365561468015573045/pdf/ISR-Disclosable-P088966-11-

- Banco Mundial. 2015. Parecer do Projeto para o Empréstimo 8586-BR no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Parecer do Projeto. Washington, DC: Banco Mundial.
 - http://documents.worldbank.org/curated/en/242131468233069560/pdf/Teresina-Restructuring-Paper-Nov-17-15-final.pdf
- Banco Mundial. 2016. Sequência ISR No. 15 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial.
 - $http://documents.worldbank.org/curated/en/340571468015056900/pdf/ISR-Disclosable-\ P088966-05-12-2016-1463060926126.pdf$
- Banco Mundial. 2016. Sequência ISR No. 16 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial.

 http://documents.worldbank.org/curated/en/842131481987076524/pdf/ISR-Disclosable-p088966-12-17-2016-1481987066086.pdf
- Banco Mundial. 2016. Contrato de Financiamento para o Empréstimo 8586-BR no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Contrato. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/346981468020964164/pdf/RAD1035301880.pdf
- Banco Mundial. 2016. Contrato de Financiamento para o Empréstimo 8586-BR no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Contrato. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/430471468232160880/pdf/RAD1800469580.pdf
- Banco Mundial. 2016. Contrato de Financiamento no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Contrato. Washington, DC: World
 Bank.http://documents.worldbank.org/curated/en/439501484772818255/pdf/ITK171540-201700181552.pdf
- Banco Mundial. 2016. Plano de Controle Ambiental Lagoa do Mocambinho no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/492181570596123242/pdf/Plano-de-Controle-Ambiental-Lagoa-do-Mocambinho-Segmento-Uma.pdf
- Banco Mundial. 2016. Parecer do Projeto para Financiamento Adicional no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Parecer do Projeto. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/664961467999720331/pdf/PAD1136-PJPR-P088966-R2016-0015-1-PUBLIC.pdf
- Banco Mundial. 2017. Sequência ISR No. 17 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/120621498690188993/pdf/ISR-Disclosable- P088966-06-28-2017-1498690177162.pdf

- Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina
- Banco Mundial. 2018. Estudo Antropológico: Programa Lagoas do Norte Fase 2 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/494641569394833317/pdf/Estudo-Antropologico-Programa-Lagoas-do-Norte-Etapa-Segundo.pdf
- Banco Mundial. 2018. Sequência ISR No. 18 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/235091513917347276/pdf/Disclosable- Version-of-the-ISR-BR-Municipal-APL-Teresina-Enhancing-Municipal-Governance-and-Quality-of- Life-Project-P088966-Sequence-No-18.pdf
- Banco Mundial. 2018. Sequência ISR No. 19 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial.

 http://documents.worldbank.org/curated/en/794931530072199317/pdf/Disclosable-Version-of-the-ISR-BR-Municipal-APL-Teresina-Enhancing-Municipal-Governance-and-Quality-of-Life-Project-P088966-Sequence-No-19.pdf
- Banco Mundial. 2019. Aviso do Painel de Inspeção sobre Registro no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Aviso sobre Registro Washington, DC: Banco Mundial.

 http://documents.worldbank.org/curated/en/359851569858270694/pdf/Brazil-Teresina-Enhancing-Municipal-Governance-and-Quality-of-Life-and-Additional-Financing-Projects-Notice-of-Registration.pdf
- Banco Mundial. 2019. Sequência ISR No. 20 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/604971546887248357/pdf/Disclosable- Version-of-the-ISR-BR-Municipal-APL-Teresina-Enhancing-Municipal-Governance-and-Quality-of- Life-Project-P088966-Sequence-No-20.pdf
- Banco Mundial. 2019. Sequência ISR No. 21 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Relatório de Implementação de Situação e Resultados. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/690851561091686969/pdf/Disclosable- Version-of-the-ISR-BR-Municipal-APL-Teresina-Enhancing-Municipal-Governance-and-Quality-of- Life-Project-P088966-Sequence-No-21.pdf
- Banco Mundial. 2019. Plano de Controle Ambiental Mazerine-São-Joaquim-Oleiros-Prioridade no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/603191568870759583/pdf/Plano-de-Controle-Ambiental-Mazerine-Sao-Joaquim-Oleiros-Prioridade.pdf
- Banco Mundial. 2019. Plano de Controle Ambiental Oleiros Oeste Edital 3 no Brasil Município de Teresina Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/999951568870897756/pdf/Plano-de-Controle-Ambiental-Oleiros-Oeste-Edital-3.pdf

Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Banco Mundial. 2019. Plano de Controle Ambiental: Canal Matadouro no Brasil – Município de Teresina Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em-: Avaliação Ambiental. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/535941568870619898/pdf/Plano-de-Controle-Ambiental- Canal-Matadouro.pdf

Banco Mundial. 2019. Plano de Reassentamento Involuntário para Pri Edital 3 Porção Sudoeste da Lagoa dos Oleiros no Brasil - Município de Teresina - Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida: Plano de Reassentamento. Washington, DC: Banco Mundial. http://documents.worldbank.org/curated/en/421891569322362359/pdf/Plano-de-Reassentamento-Involuntario-para-Pri-Edital-3-Porcao-Sudoeste-da-Lagoa-dos-Oleiros.pdf

Anexo 4. Fotos do Projeto

Inundação em 1995 na área do Projeto



Inundação em 2008 na área do Projeto



Inundação em 2018 que chegou até a praça reformada "Encontro dos Rios"



Inundação em abril de 2019 na área do Projeto



Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Obras apoiadas pelo Projeto						
Projeto fase 1 - 2008 a 2012						
Descrição Conclusão do complexo cultural Teatro do Boi (capacidade para 150 pessoas)	Antes	Depois				
Limpeza das lagoas Lourival e Cabrinha						
Limpeza de lagoas, melhoria da mobilidade urbana e urbanização das margens dos canais						
Limpeza e revitalização ambiental e melhorias urbanas						

Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Limpeza de lagoas e canais, e restabelecimento do APP com parque de lazer.		
Eventos de capacitação		
Atividades sociais na área do Projeto		CAPATI COURSE
Atividades de educação socioambiental	IPS VIDES VI	

Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Fase 2 do Projet	to - 2016 a 2022	
Descrição	Antes	Depois
Lagoa de Mocambinho	Google Earth	Google Earth
Praça do Encontro dos Rios	Situação prete	endida
	PROGRAMA LAGOAS DO NORTE	
Praça dos Orixás		
	Exemplos de reassenta	mento

Reassentamento: Olim 056-Antônio Nilson Lopes Cunha Reassentamento: Olim 012-Raquel Cardoso Da Silva Reassentamento: Olim 595-Samara Jaqueline Lima Silva

Situação em setembro de 2019





Situação atual das pessoas afetadas pelo Projeto e ainda não reassentadas.

Região da Lagoa Oleiros





Registros das reuniões com as pessoas afetadas pelo Projeto.



Registros das reuniões com as pessoas afetadas pelo Projeto na sede da UGP.



Reunião com famílias afetadas pelo Projeto, na casa de uma pessoa afetada, no bairro Mafrense



Reunião com famílias afetadas pelo Projeto, na casa de uma pessoa afetada, no bairro Mafrense.



Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Reuniões individuais com pessoas afetadas pelo Projeto na UPS.



Dique Mocambinho que protege a área do Projeto das inundações do Rio Poti

Fotos dos Diques



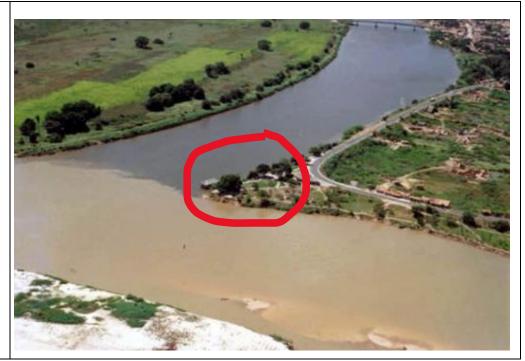
Dique Boa Esperança que protege a área do Projeto das inundações do rio Parnaíba



Família que reside entre o dique Boa Esperança e o rio Parnaíba inundação de 2018



Junção dos rios Parnaíba (abaixo) e Poti (acima) - com a praça do "Encontro dos Rios" (em vermelho).



Anexo 5. Eventos de Consulta e Divulgação

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
1	Elevação do greide da Av. Boa Esperança.	-	13/02/2004
2	Prefeito empossa membros do Fórum Lagoas do Norte.	PLN, Comitê Lagoas Norte, Secretários do Município. 30 a 50 municípios.	04/07/2014
3	Divulgação do Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAAS).	-	24/10/2014
4	Registro de apresentação do PLN, consulta pública, e apresentação do RAAS para a comunidade.	PLN, comunidade. 200 participantes.	06/11/2014
5	Esclarecimentos sobre o cadastramento de famílias para efeitos de desapropriação e propostas de remoção e reassentamento das famílias da Av. Boa Esperança do Bairro São Joaquim.	MPE, PLN, OAB/PI (CDH), Comunidade da Av. Boa Esperança. 20 a 30 participantes.	23/02/2015
6	Audiência pública sobre o Programa Lagoas do Norte destacando as realizações da fase 1 e proposições para fase 2.	PLN, Câmara de Teresina, MPE, Comunidade da Av. Boa Esperança. 150 a 200 participantes.	27/02/2015
7	Registro de apresentação do PLN no bairro Matadouro. Audiência proposta pela Câmara Municipal de Teresina	PLN, comunidade Matadouro. 30 a 50 participantes.	06/03/2015
8	Diálogo para esclarecimentos sobre o processo de desapropriação.	MPE, PLN, DPE, PGM(PMT), Câmara de Teresina, Comunidade da Av. Boa Esperança. 50 a 100 participantes.	17/03/2015
9	Continuidade dos diálogos entre a comunidade afetada e o PLN.	MPE, PLN, DPE, SPU, Comunidade da Av. Boa Esperança, CPRM, Câmara de Teresina, PGM(PMT). 50 a 100 participantes	23/03/2015
10	Registro de apresentação do Programa Lagoas do Norte, fase 2, para os ceramistas da zona norte de Teresina.	PLN, ceramistas. 50 a 100 participantes.	26/03/2015
11	Registro da "Ação Cívico-Social" no Parque Lagoas do Norte.	-	28/03/2015
12	Registro de diálogo com a comunidade sobre o planejamento da fase 2 do PLN.	-	10/04/2015
13	Registro de participação no evento "Sanear é Viver".	-	13/04/2015
14	Registro de visita do Prefeito ao bairro Parque Alvorada.	-	02/05/2015

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
15	Registro de apresentação do PLN para o curso de Economia da UFPI.	-	06/05/2015
16	Registro de reunião sobre a segurança no Parque Lagoas do Norte.	PM, PLN, comunidade	22/06/2015
17	Prefeito participa de posse do Comitê Gestor do Lagoas do Norte.	Prefeito de Teresina, Comitê Lagoas do Norte. 20 a 30 participantes	30/06/2015
18	Prefeito participa de reunião com comunidade dos bairros Nova Brasília e Alto Alegre.	PMT, Câmara de Teresina, comunidades da Nova Brasília e Alto Alegre	05/07/2015
	VI Mostra de Teatro de Bonecos de Teresina – Parque Lagoas do Norte	-	29/07/2015
19	Informando a promoção do segundo Painel de Segurança dos diques referente a segunda fase do PLN.	-	14/08/2015
20	Registro da apresentação do PLN na Semana Mundial da Água em Estocolmo.	-	21/08/2015
21	Registro de reunião de apresentação às lideranças comunitárias do bairro Mafrense sobre o PLN.	PLN, comunidade Mafrense. 5 a 10 participantes	27/08/2015
22	Registro de participação do PLN em evento de gestão energética em sistemas de saneamento na Colômbia.	-	16/09/2015
23	Registro de reunião do Fórum Comunitário Lagoas do Norte de avaliação e monitoramento do Programa Lagoas do Norte.	PLN, Comitê Lagoas do Norte, Secretário da PMT. 30 a 50 participantes	23/09/2015
24	Registro de apresentação do PLN aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do ICF.	-	29/09/2015
25	Registro de visita técnica às áreas de intervenção do PLN com alunos de engenharia.	PLN, UNINOVAFAPI. 30 a 50 participantes.	07/10/2015
26	Apresentação do PLN na mesa de debates "Cidades, Comunidade e Desenvolvimento Urbano" durante o encontro Mambembe Teresina 2015 de estudantes de Arquitetura e Urbanismo.	-	18/10/2015
27	Registro de reunião com os pais, mães e filhos de santos sobre o projeto da Praça dos Orixás.	PLN, pais, mães e filhos de santos. 20 a 30 participantes.	04/11/2015
28	Registro de reunião com o Presidente da Associação Comunitária dos Moradores do bairro Mafrense.	-	04/11/2015
29	Registro da apresentação do PLN na Semana de Engenharia da Faculdade Santo Agostinho.	-	18/11/2015

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
30	Registro da apresentação do PLN do Painel "Resiliência Urbana na África – Perspectivas de Peritos e Gestores Públicos".	Prefeito de Teresina, Banco Mundial, UNHabitat, ONU	19/11/2015
31	Registro da consagração do local onde seria construída a praça dos orixás.	-	23/11/2015
32	Apresentação do segundo Painel de Segurança dos diques.	DPE, Defesa Civil do Piauí, PGM(PMT), SDU-CN, Arsete, CREA, Chesf, CEF, 2 BEC, CPRM.	17/02/2016
33	Registro de audiência pública no bairro Nova Brasília para informar sobre os projetos do PLN.	PLN, MPE, Comunidade. 100 a 200 participantes.	20/02/2016
34	Destaque dos benefícios do PLN para Teresina.	-	27/02/2016
35	Diálogo com a comunidade para esclarecimentos sobre as futuras obras de reestruturação do dique boa esperança.	Arquidiocese (CDH), MPE, PLN, Prefeito de Teresina , IFPI, Comunidade da Av. Boa Esperança. 50 a 100 participantes.	11/03/2016
36	Registro do diálogo com a comunidade para esclarecimentos sobre as futuras obras de reestruturação do dique boa esperança no Palácio Episcopal.	-	11/03/2016
37	Informando sobre a fase 2 do PLN.	-	12/03/2016
38	Acompanhamento Social - PRI Canal Matadouro	-	11/05/2016
39	Registro de reunião com a comunidade do matadouro apresentando as intervenções sobre as obras do canal.	PLN, Comunidade Matadouro. 50 a 100 participantes.	14/05/2016
40	Registro de reunião com a comunidade do Mercado São Joaquim sobre sua gestão.	PLN, Permissionários do Mercado São Joaquim	20/05/2016
41	Registro de diálogo em audiência pública na Câmara Municipal de Teresina com a comunidade sobre o andamento do PLN. 12a. Audiência	PLN, Câmara de Teresina, Comunidade, UFPI, FSA, ICF. 100 a 200 participantes.	23/05/2016
42	Informando a realização do estudo antropológico da região do PLN.	-	25/05/2016
43	Registro de reunião com os permissionários do Mercado São Joaquim para preparação de sua inauguração.	PLN, Permissionários do Mercado São Joaquim	31/05/2016
44	Registro de reunião do Fórum Comunitário do Programa Lagoas do Norte.	PLN, Comitê Lagoas do Norte, Secretários do Município	01/06/2016

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
45	Registro de apresentação do PLN aos presidentes do CREA Nordeste	PLN, CREA, CONFEA. 5 a 10 participantes.	02/06/2016
46	Diálogo com a comunidade sobre as futuras obras de reestruturação do dique boa esperança.	Arquidiocese (CDH), Comunidade da Av. Boa Esperança, Nova Brasília, Mafrense, Olarias. MPE, PLN, MPF, Câmara de Teresina. 50 a 100 participantes.	10/06/2016
47	Registro do diálogo com a comunidade no Palácio Episcopal.	-	10/06/2016
	Circuito de Folguedos do Parque Lagoas do Norte	-	25/06/2016
48	Registro e reunião com moradores dos bairros São Joaquim, Parque Alvorada, Matadouro e Acarape sobre as obras das ligações intradomiciliares.	PLN, Comunidade São Joaquim, Parque Alvorada, Matadouro e Acarape	12/07/2016
49	Relatório das ações de requalificação socioambiental da Lagoa do Mocambinho.	-	29/07/2016
50	Lançamento de edital para seleção de artistas plásticos para Praças dos Orixás.	-	04/10/2016
51	Lançamento da segunda fase do Programa Lagoas do Norte.	-	17/10/2016
52	Resposta ao MPE - Esclarecimentos sobre o andamento do PLN fase 2.	-	28/10/2016
53	Registro da assinatura da ordem de serviço das obras da Praça dos Orixás.	Prefeito de Teresina, Martin Raiser (Banco Mundial), Vice- governadora Margareth Coelho, Comunidade de Terreiro.50 a 100 participantes.	01/11/2016
54	Informando a composição da comissão que fará o julgamento durante a seleção do artista plástico que criou as esculturas para a praça dos orixás.	-	03/11/2016
55	Divulgação do resultado da seleção do artista plástico que criou as esculturas para a praça dos orixás.	-	07/11/2016
56	Informar sobre a preocupação das autoridades municipais com a exacerbação das manifestações em eventos relacionados ao Programa Lagoas do Norte.	-	16/11/2016
57	Registro de reunião sobre a confecção de esculturas da Praça dos Orixás com representantes da Umbanda e Candomblé.	8 a 10 participantes.	23/11/2016

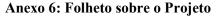
Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
58	Sistema de macrodrenagem evita alagamentos de bairros da zona norte.	-	16/02/2017
5	Reunião setorial de apresentação do projeto do parque mocambinho.	PLN, comunidade do Mocambinho. 20 a 30 participantes.	05/04/2017
60	Apresentação do PLN para o curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Camilo Filho	PLN, ICF. 30 a 40 participantes.	03/05/2017
61	Apresentação de intervenção no Bairro Mocambinho é apresentada a comunidade.	PLN, comunidade Mocambinho	17/05/2017
62	Reunião mostra importância do esgotamento sanitário no Bairro Matadouro.	PLN, comunidade Matadouro	24/05/2017
63	Técnicos conscientizam comunidade do bairro Parque Alvorada sobre esgotamento sanitário.	PLN, comunidade Parque Alvorada	25/05/2017
64	Pais de Santo visitam obra da Praça dos Orixás.	PLN, Pais de Santo	29/05/2017
	São João no Parque Lagoas do Norte.	-	14/06/2017
65	Mobilização da comunidade Matadouro para obras do Canal.	PLN, comunidade Matadouro	05/07/2017
	I Festival de Tambozeiros de Teresina, na sede administrativa do Parque Lagoas do Norte	-	11/07/2017
66	Beneficios do PLN para a zona norte de Teresina.	-	17/08/2017
67	Registro da apresentação do PLN na Semana Mundial da Água em Estocolmo na Suécia.	-	30/08/2017
74	Oficina Tambores Naginga: Toques de atabaques – Parque Lagoas do Norte	-	02/09/2017
68	Registro de reunião do PLN com a comunidade da Avenida Boa Esperança.	PLN, MPE, Arquidiocese, DPU, OAB	16/10/2017
69	Esclarecimentos sobre desapropriações no bairro Matadouro.	DPE, PLN, Arquidiocese (CDH). 15 participantes.	01/11/2017
70	Registro do dia da inauguração da Praça dos Orixás.	-	10/11/2017
71	Reunião técnica de apresentação do terceiro Painel de Segurança.	PLN, CPRM, Painel de Segurança, MPF, DPE, DPU, IFPI, SEMAM, SDU-CN, JB Engenharia*, Eng. José Medeiros*.	29/11/2017
72	Apresentação para a comunidade do terceiro Painel de Segurança. Vale ressaltar que o mesmo foi elaborado a pedido do MPE.	PLN, MPE, MPF, DPE, DPU.	11/12/2017
73	Informando sobre as interferências no dique Boa Esperança bem como sobre os riscos que toda a região está correndo.	-	14/12/2017

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
74	Registro de reunião entre autoridades reafirmando o compromisso da PMT com o adequado reassentamento de famílias.	MPE, DPU, MPF, Prefeito de Teresina, Câmara de Teresina.	21/12/2017
75	Registro de reunião com os vazanteiros do bairro Olarias sobre as futuras obras de intervenção no dique Boa Esperança.	PLN, vazanteiros, comunidade São Joaquim. 30 a 50 pessoas.	21/01/2018
76	Registro de diálogo com a comunidade da Vila Santo Afonso (bairro Matadouro) sobre as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário.	-	25/01/2018
77	Encaminhando Parecer Técnico n. 393/2018/SPPEA-MPF sobre o projeto de duplicação da Av. Boa Esperança (que faz parte da implantação do Projeto Lagoas do Norte), situada no Bairro São Joaquim, nesta capital, cujo programa de trabalho prevê o reassentamento de famílias que residem nos imóveis ao longo da avenida.	-	13/04/2018
78	Registro de reunião com o Comitê Lagoas do Norte para tratar de demandas das comunidades dos 13 bairros beneficiados pelo PLN.	Comitê Lagoas do Norte, UPS/UGP. 13 participantes.	13/04/2018
79	Informando sobre o acolhimento pelo MPF dos resultados do Painel de Segurança dos Diques.	-	24/04/2018
80	Registro de reunião de acompanhamento das ações do PLN com os membros do Comitê Lagoas do Norte e membros da ONG CABAR (protetores dos animais silvestres de Teresina).	UGP/UPS, Comitê Lagoas do Norte, CABAR. 20 a 30 participantes.	04/05/2018
	A escola de capoeira NaGinga comemorou quatro anos de atividades exercidas no Parque Lagoas do Norte	-	17/05/2018
81	Celebração de acordo para elaboração do projeto executivo de re-conformação e requalificação urbana e ambiental para segurança do dique.	MPE, MPF, DPU, PLN, PGM(PMT)	30/05/2018
	Apresentação do caso "How to use citizen engagement in Operations?"	-	30/05/2018
82	Registro de visita de comitiva internacional ao PLN.	PLN, Banco Mundial, representantes da Indonésia, Gana e Etiópia.	25/06/2018
83	Reunião com moradores do entorno da Lagoa do São Joaquim de apresentação dos projetos do Edital 1.	50 a 60 participantes	19/07/2018
84	Reunião com moradores do entorno da Lagoa do São Joaquim de apresentação dos projetos do Edital 1.	50 a 60 participantes	23/07/2018

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
85	Esclarecimentos para manifestantes da Av. Boa Esperança sobre projeto executivo de reconformação e requalificação urbana e ambiental para segurança do dique.	-	17/09/2018
86	Registro de reunião sobre apresentação do App Colab aos representantes dos 13 bairros beneficiados pelo PLN (Comitê Lagoas do Norte).	20 a 30 participantes	08/11/2018
87	Relatório de Atividades Socioambientais e de Monitoramento do PLN (jan a ago/19)	-	01/01/2019
88	Informando sobre a preparação da licitação do projeto para reestruturação dos diques.	-	07/01/2019
89	Registro de reunião com a comunidade beneficiadas pelo Edital 1 (Lagoas do Mazerine, São Joaquim, Oleiros e Piçarreira) sobre as opções de reassentamento.	40 a 60 participantes	17/01/2019
90	Destacando sobre o trabalho voluntário durante a Colônia de Férias do Parque Lagoas do Norte.	-	04/02/2019
91	Acompanhamento Social – PRI 2/ Frentes 1 e 2.	-	13/02/2019
92	Registro de visita com as famílias que serão reassentadas pelo PLN no Residencial Parque Brasil.	25 a 30 participantes	22/02/2019
93	Registro da reunião com a comunidade Mafrense no "Bar da Dilma".	PLN, DPU, MPE, comunidade Mafrense	13/03/2019
94	Informando os contatos da Defesa Civil do município.	-	25/03/2019
95	Informando sobre o programa "Cidade Solidária" para as famílias que moram em área de risco e que estão enfrentando o severo período chuvoso.	-	25/03/2019
96	Informando sobre a execução do Residencial Parque Brasil.	-	26/03/2019
97	Registro do curso de capacitação de mulheres na área de construção civil que o PLN ofertou para a comunidade beneficiada.	-	26/03/2019
98	Informando que o Rio Poti atingiu a cota de atenção durante o período chuvoso.	-	03/04/2019
99	Registro de reunião com a comunidade do bairro Olarias e Vila Apolônia que ficam localizados às margens da Avenida Boa Esperança.	PLN, SEMGOV, MPE. 50 a 100 participantes	06/04/2019
100	Informando a licitação para contratação da empresa que irá elaborar o projeto de reestruturação do dique.	-	11/04/2019
101	Resposta ao MPE e sua Notificação Recomendatória 001/2019 e informando que o PLN atende à O.P 4.12 do Banco Mundial.	-	03/06/2019

Brasil: Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida em Teresina

Número	Principal assunto tratado	Participantes	Data
102	Acompanhamento Social – PRI 3/ Frente 1	-	24/06/2019
103	Registro de reunião com moradores da Vila Apolônia.	PLN, moradores da Vila Apolônia. 30 a 50 participantes.	27/06/2019
104	Registro de reunião com a comunidade do Matadouro sobre a retomada das obras do canal.	PLN, SEMCASPI, SEC. Estadual de Segurança, SDU-CN	07/08/2019
105	Reunião com o Comitê Lagoas do Norte.	Liderança dos bairros que compreendem o PLN, Direção da UGP/PLN	21/08/2019





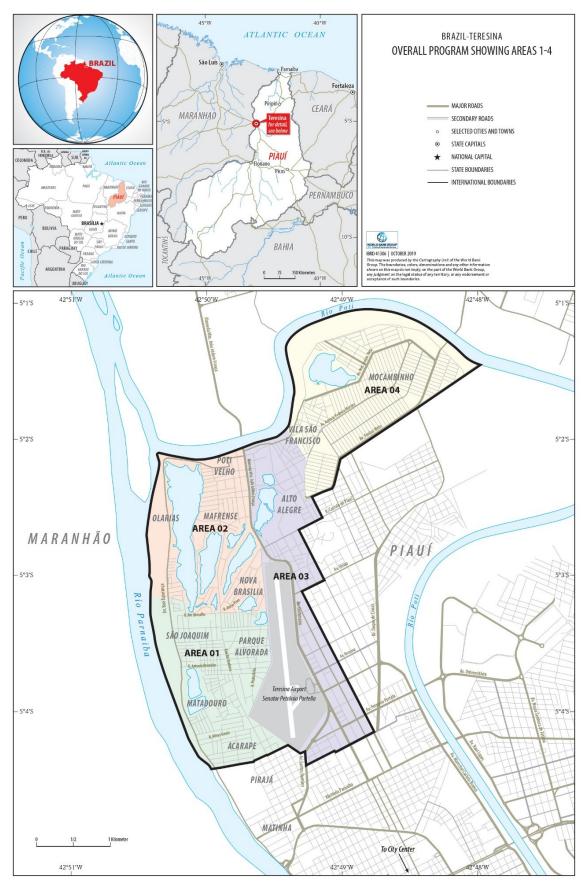




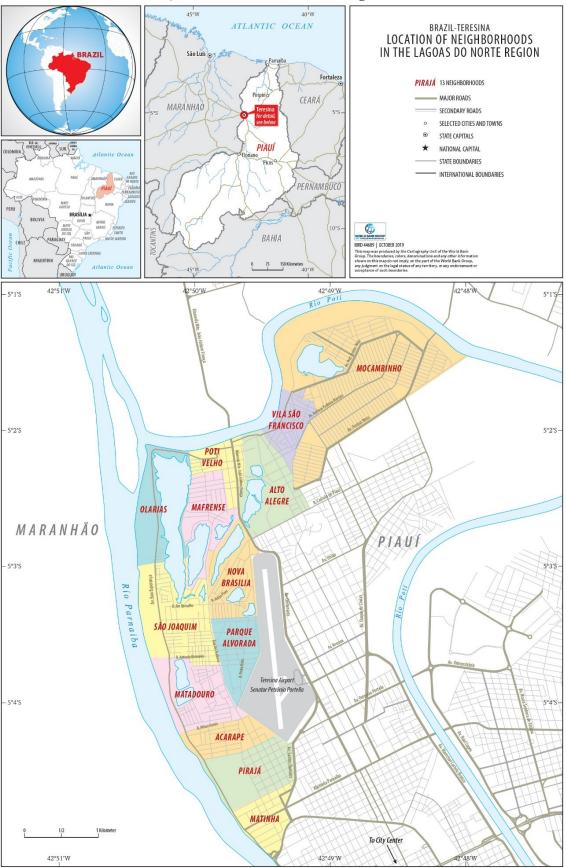




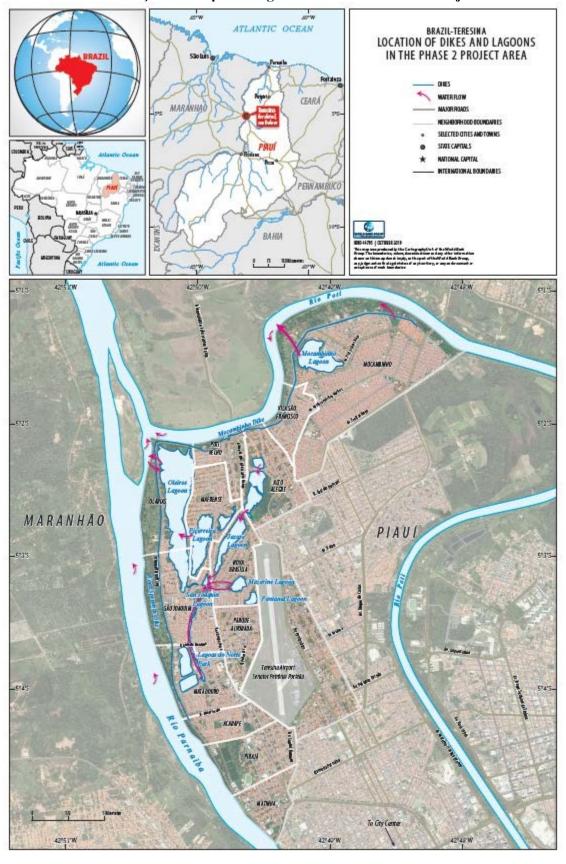
Programa em Geral com Descrição das Áreas 1-4



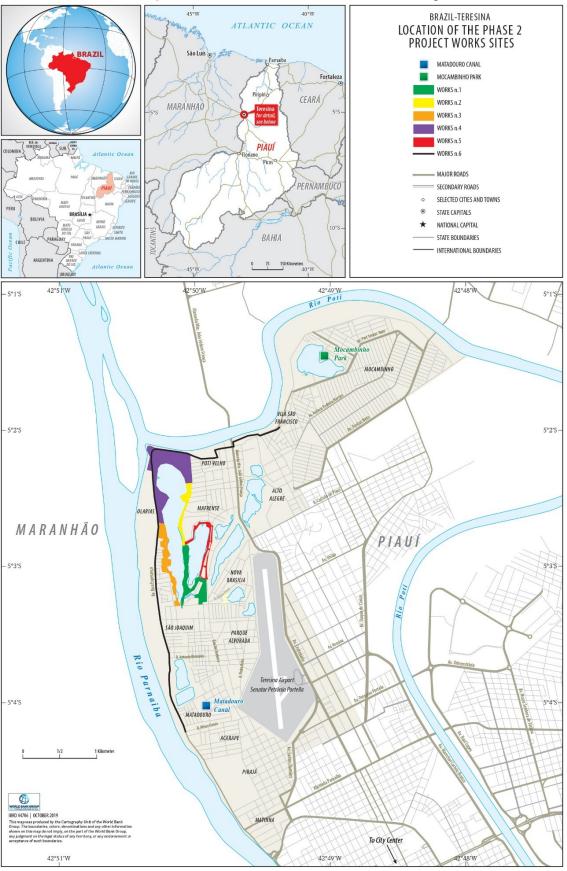
Localização dos Bairros na Área de Lagoas do Norte



Localização dos Diques e Lagoas na Área da Fase 2 do Projeto



Localização dos Canteiros de Obras da Fase 2 do Projeto



TERMO DE RESPONSABILIDADE - Traducão

Este documento é uma tradução da versão original do texto em Inglês. Caso existam discrepâncias entre a versão original em Inglês e a presente tradução, a versão original prevalecerá.